

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

PEDRO ALVES FERNANDES

**RELAÇÕES ENTRE O IDEAL E O REAL:
a efetivação do Projeto Ético Político do Serviço Social**

FRANCA

2014

PEDRO ALVES FERNANDES

**RELAÇÕES ENTRE O IDEAL E O REAL:
a efetivação do Projeto Ético Político do Serviço Social**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” como pré-requisito para a Obtenção do Título de Doutor em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social, Trabalho e Sociedade.

**Orientadora: Profa. Dra. Cirlene Aparecida Hilário
Silva Oliveira**

FRANCA

2014

Fernandes, Pedro Alves

Relações entre o ideal e o real : a efetivação do Projeto Ético
Político do Serviço Social / Pedro Alves Fernandes. —Franca :
[s.n.], 2014
148 f.

Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual
Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Cirlene Aparecida Hilário Silva Oliveira

1. Serviço social – Orientação profissional. 2. Serviço Social –
Ética profissional. 3. Assistentes sociais. 4. Trabalho profissional.
I. Título.

CDD – 362.85

PEDRO ALVES FERNANDES

**RELAÇÕES ENTRE O IDEAL E O REAL:
a efetivação do Projeto Ético Político do Serviço Social**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” como pré-requisito para a Obtenção do Título de Doutor em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social, Trabalho e Sociedade.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
 Profa. Dra. Cirlene Aparecida Hilário Silva Oliveira

1º Examinador: _____

2º Examinador: _____

3º Examinador: _____

4º Examinador: _____

Franca, ____ de _____ de 2014.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é reconhecer a importância do outro em nossa vida.

Foram muitos “os outros” que tiveram participação e importância nessa caminhada rumo ao doutorado. Alguns destes serão nomeados nessa página.

Reconheço aqui com mais vivacidade:

À Professora Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira, pela acolhida, a orientação e a amizade;

À Lázara Cristina, minha esposa, ao Vinicius e à Marina, meus filhos, pelo incentivo, apoio, compreensão e carinho;

Aos professores da UNESP, com os quais tive a oportunidade de conviver e ampliar conhecimentos;

Aos membros da diretoria do CFESS- 2008/2011 gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta pela experiência ímpar de crescimento pessoal e profissional;

Aos colegas do doutorado pelos momentos de convivência e partilha;

Às colegas do Hospital de Clínicas de Uberlândia HC/UFU por entender e cooperar com as demandas ocorridas pelas exigências do estudo;

Aos Professores(as) e alunos(as) da Faculdade Católica de Uberlândia por muitos momentos de convivência e aprendizado mútuo

Às assistentes sociais, sujeitos e colaboradoras dessa pesquisa pela disponibilidade e contribuição

Nenhuma das nossas realizações é individual, todas são frutos de uma construção social.

Dedico esse trabalho aos (às) Assistentes Sociais que no trabalho profissional, nos diversos espaços ocupacionais, buscam cotidianamente, proporcionar visibilidade, concretude e efetivação ao Projeto Ético Político do Serviço Social.

I nostri mattoni nel presente sono, alla fin fine, i frammenti della nostra, umana città futura. (VECA, 1990, p. 45).

Os nossos tijolos no presente são, no final das contas, os fragmentos da nossa, humana, civilização futura. (Tradução nossa).

FERNANDES, Pedro Alves. **Relações entre o ideal e o real: a efetivação do Projeto Ético Político do Serviço Social**. 2014. 148 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2014.

RESUMO

O Projeto Ético Político do Serviço Social é temática de várias pesquisas. O presente trabalho é resultado de um desses estudos, realizado na região do Triângulo Mineiro, no estado de Minas Gerais. Para tal finalidade, essa pesquisa foi desenvolvida para o Programa de Pós Graduação em Serviço Social, como tese de doutorado na UNESP, campus de Franca. A investigação realizada teve como objetivo explicitar e compreender os limites e as possibilidades da inserção do Projeto Ético Político do Serviço Social no cotidiano do trabalho profissional do(a) assistente social na região do Triângulo Mineiro. Para tanto, correlacionamos os princípios do Projeto com o exercício profissional desses assistentes sociais, por meio de entrevistas semiestruturadas. Foram entrevistados, por amostragem, 11 (onze) profissionais, os quais representaram quatro cidades polos localizadas no Triângulo Mineiro/MG: Uberlândia, Uberaba, Patos de Minas e Ituiutaba, sendo que, para tanto, foi considerado um profissional para cada 100.000 (cem mil) habitantes. Para participação como sujeito da pesquisa, foram estabelecidos dois critérios: a graduação do profissional após a implantação definitiva das Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social em 2002, e, no mínimo, dois anos de exercício profissional. Como resultado, concluímos que a investigação revelou um bom conhecimento do Projeto Ético Político do Serviço Social pelos profissionais que atuam na região do Triângulo Mineiro, bem como, que esses profissionais buscam, nas suas práticas cotidianas, implementar os princípios balizadores desse Projeto, utilizando os espaços de articulação para a efetivação da teoria na prática profissional.

Palavras-chave: assistente social. exercício profissional. Projeto Ético Político do Serviço Social

FERNANDES, Pedro Alves. **Relações entre o ideal e o real: a efetivação do Projeto Ético Político do Serviço Social**. 2014. 148 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2014.

ABSTRACT

The Ethical Political Project of Social Services is subject of various researches. This work is a result of these studies, conducted in the Triângulo Mineiro region. Search this developed for the Graduate Program in Social Work - as a doctoral thesis at UNESP, Franca. The research aimed to clarify and understand the limits and possibilities of insertion of Ethical Political Project of Social Work in the daily professional work of (a) a social worker of the Triângulo Mineiro region. Correlated to both the principles of design with the exercise of professional social workers, through semi-structured interview. Uberlândia, Uberaba, Patos de Minas and Ituiutaba, being a professional in every 100,000 thousand inhabitants: a sample of 11 professionals representing four cities eleven poles were interviewed . Two criteria for participation as a subject of research were established: training after the final implementation of the Curriculum Guidelines for courses in Social Work in 2002, and at least two years of professional practice. As a result we conclude that research has shown a good knowledge of Ethical Political Project of Social Work professionals working in the Triângulo Mineiro region , and that these professionals seek in their everyday practices hallmarks implement the principles of the Project using the spaces for the realization of joint of theory in professional practice .

Keywords: social worker. professional practice. Project Ethical Politician of the Social Service.

FERNANDES, Pedro Alves. **Relações entre o ideal e o real: a efetivação do Projeto Ético Político do Serviço Social**. 2014. 148 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2014.

RESUMEN

El Proyecto Político Ética de Servicios Sociales es objeto de diversas investigaciones. Este trabajo es el resultado de estos estudios , llevados a cabo en la región del Triângulo Mineiro . Buscar esta desarrollado para el Programa de Posgrado en Trabajo Social - como una tesis de doctorado en la UNESP, Franca. La investigación tuvo como objetivo aclarar y entender los límites y posibilidades de inserción del Proyecto Político Ética de Trabajo Social en la labor profesional diaria de (a) un trabajador social de la región del Triângulo Mineiro. Correlacionada tanto a los principios del diseño con el ejercicio de los trabajadores sociales profesionales, a través de entrevista semi-estructurada. Uberlândia, Uberaba, Minas y patos Ituiutaba, ser un profesional en cada 100.000 mil habitantes: Se entrevistó a una muestra de 11 profesionales representantes de las cuatro ciudades de once varas. Se establecieron dos criterios para la participación como sujeto de la investigación : la formación después de la aplicación final de las Directrices Curriculares para los cursos en Trabajo Social en 2002, y al menos dos años de ejercicio profesional . Como resultado se concluye que la investigación ha demostrado un buen conocimiento del Proyecto Político ético de los profesionales de Trabajo Social que trabajan en la región del Triângulo Mineiro, y que estos profesionales buscan en sus características prácticas cotidianas en práctica los principios del Proyecto utilizando los espacios para la realización de una junta de la teoría en la práctica profesional.

Palabras clave: trabajador social. práctica professional. Proyecto Político Ética del Servicio Social

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 : Demonstrativo dos elementos que compõem o Projeto Ético Político do Serviço Social.....	32
Figura 2 : Ação profissional em movimento – articulação entre as dimensões teóricas, éticas e técnicas do Serviço Social.....	44
Figura 3 : Divisão das Microrregiões do Triângulo Mineiro	62
Figura 4 : Regência Profissional Tridimensional: Articulação entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnica- operativa do Serviço Social.....	121

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Demonstrativo das instituições de formação dos sujeitos do estudo.....	67
Gráfico 2 - Demonstrativo do perfil de idade dos sujeitos do estudo.....	68
Gráfico 3 - Demonstrativo da área de atuação dos sujeitos do estudo.....	69
Gráfico 4 - Demonstrativo do sexo dos sujeitos do estudo.....	70
Gráfico 5 - Demonstrativo do ano de formação dos sujeitos do estudo.....	70
Gráfico 6 - Demonstrativo do tempo de atuação profissional dos sujeitos do estudo.....	71
Gráfico 7 - Demonstrativo da formação continuada <i>latu sensu</i> dos profissionais sujeitos do estudo.....	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro definidor dos elementos articuladores do estudo.....	64
Quadro 2 – Demonstrativo do perfil dos(as) assistente sociais, sujeitos da pesquisa	66

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
ABRACEC	Associação Brasil Central de Educação e Cultura
CAPS AD	Centro de Apoio Psicossocial - Álcool e droga
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CREAS	Centro de Referência da Assistência Social
CRESS	Conselhos Regionais de Serviço Social
EaD	Educação a Distância
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social
FASSU	Faculdade de Serviço Social de Uberlândia
FIT	Faculdades Integradas do Triângulo
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
PEPP	Projeto Ético Político Profissional
PNE	Política Nacional de Estágio
PSF	Programa de Saúde da Família
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Reuni	Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UDAs	Unidades Didáticas Avançadas
UFAs	Unidades de Formação Acadêmica
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNITINS	Fundação Universidade do Tocantins
UNITRI	Centro Universitário do Triângulo
UNIUBE	Universidade de Uberaba

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
A trajetória profissional e a imersão na temática.....	17
O estudo e suas redes.....	24
CAPÍTULO 1	
PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: Uma Construção	
Coletiva da Categoria.....	27
1.1 O Projeto Ético Político do Serviço Social e a Prática do Assistente Social.....	31
1.2 A Prática do Assistente Social.....	36
1.3 A Pesquisa como Afirmação do Projeto Ético Político.....	40
1.4 Elementos Constitutivos do Projeto Profissional do Serviço Social	46
1.4.1 A <i>Práxis</i> e a Complexidade da Vida Social.....	46
1.4.2 A <i>práxis</i> e a construção da realidade.....	47
1.4.3 <i>Práxis</i> e o Serviço Social.....	50
CAPÍTULO 2	
O CAMPO E A PESQUISA.....	53
2.1 Revisitando a discussão teórica sobre metodologia.....	53
2.2 O <i>corpus</i> do estudo.....	58
2.3 Os instrumentos de coleta, sujeitos do estudo e análise de dados.....	63
CAPÍTULO 3	
DESVENDANDO A REALIDADE: os encontros e desencontros dos	
profissionais com o seu Código de Ética.....	73
3.1 O Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.....	76
3.2 Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo.....	79

3.3 Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; e defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.....	81
3.4 Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática.....	86
3.5 Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças.....	90
3.6 Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual.....	95
3.7 Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação exploração de classe, etnia e gênero.....	99
3.8 Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores.....	105
3.9 O compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional.....	109
3.10 Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física, reafirma a valorização da liberdade, a qual determina a singularidade de cada um, com base cultural e social.....	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
REFERENCIAS.....	124
APÊNDICE	

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	132
--	------------

ANEXOS

ANEXO A - Parecer Consubstanciado do CEP.....	134
ANEXO B - Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social.....	136
ANEXO C - Lei de Regulamentação da Profissão.....	140

INTRODUÇÃO

A ação educativa não implica somente na transformação do saber, mas também na transformação dos sujeitos do processo, tanto dos técnicos quanto da população. O saber de transformação só pode produzir-se quando ambos os polos da relação dialógica também se transformam no processo. (PINTO, 1987, p. 15).

Apresentar um trabalho autoral exige a identificação do autor com sua obra. Assim, nessa introdução, além da apresentação da tese por mim elaborada, e com o objetivo de estabelecer a minha identidade com a temática objeto do estudo em pauta, ousou expor, com brevidade, parte da minha história de vida, buscando relacioná-la com o Serviço Social.

O Serviço Social, com mais de setenta anos de existência no Brasil, é hoje considerado uma profissão consolidada. Desde sua origem até os dias atuais, conquistou avanços significativos, seja no espaço ocupacional, seja no posicionamento ético político. Como parâmetros desse avanço, podemos citar a Lei nº 8.662 de 7 de Junho de 1993, que regulamenta a profissão de Assistente Social e o Código de Ética do Assistente Social, dois aparatos jurídicos que oferecem sustentação à postura política e ao fazer profissional.

Outro fator importante a considerar é a existência e o pleno funcionamento de suas entidades representativas: o conjunto CFESS/CRESS representado pelo Conselho Federal de Serviço Social e pelos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS); a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço social (ABEPSS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). Essas três entidades, dentro de suas especificidades, atuam de forma coesa, oferecendo direção política à profissão. Juntas, sustentam o Projeto Ético Político do Serviço Social Brasileiro, que deve estar presente na formação dos profissionais, consubstanciado nas diretrizes curriculares de cada curso e acompanhado pela ABEPSS. Bem assim, e na prática profissional, o exercício da profissão deve estar pautado pelo respectivo Código de Ética, normatizado pelo CFESS e fiscalizado pelos CRESS, além de ser norteado pelo movimento estudantil, por meio da atuação da ENESSO junto aos estudantes.

De maneira mais restrita, neste contexto, demarca-se que no Triângulo Mineiro, por mais de trinta anos, uma única escola de serviço social, fundada em Uberlândia/MG em 1975, formava os(as) assistentes sociais que atuavam na região.

Em decorrência deste fato, não existiam elementos que potencializassem a realização de comparação entre as condições de formação destes profissionais, de forma a aferir o envolvimento da unidade formadora respectiva com os rumos políticos da categoria.

Infere-se que se formavam bons profissionais, porém, limitados em sua rotina do exercício profissional. Um dos fatores que levam a este entendimento é o fato de que os mesmos pouco investiam para além do “praticismo”.

De forma empírica, é possível constatar esta assertiva mediante a verificação da existência de uma pequena produção teórica dos profissionais da região, mesmo em eventos da categoria, e, ainda, pelo baixo índice de pós-graduados em nível de mestrado e doutorado, revelando pouco investimento na pesquisa acadêmica.

A abertura de novas escolas de serviço social somente é verificada a partir da década de 1990, sendo que, a partir deste período, elas se multiplicaram rapidamente, tanto na região do Triângulo Mineiro como nas demais regiões do Brasil. A partir de então, o número de profissionais oriundos de outras regiões e de outras escolas, portanto, também foi ampliado. Paralelamente, observa-se, ainda, uma maior procura pela qualificação profissional pela via acadêmica.

Diante do exposto, delimita-se como problema deste estudo: os profissionais do serviço social, na região do Triângulo Mineiro, compreendem, apoiam e executam o Projeto Ético Político Profissional em suas práticas cotidianas de trabalho?

Para maior compreensão da escolha dessa temática, penso ser importante resgatar a minha história de vida, bem como sua íntima relação com o Serviço Social, pois ela é determinante nessa investigação. A minha trajetória nesta área é muito semelhante à de milhares de estudantes de Serviço Social, oriundos da classe trabalhadora, que buscam na graduação elementos para compreender e melhor interferir nos espaços em que vivem, visando torná-los mais humanizados para si e para os seus pares.

A trajetória profissional e a imersão na temática

Escrever sobre a minha trajetória é recontar a história da classe trabalhadora no Brasil, pois minha origem está condicionada a esta determinação social. Nasci numa tarde de sábado do dia 25 de abril, na zona rural do município de Esmeraldas,

região metropolitana de Belo horizonte. Décimo terceiro filho de uma família com muitas pessoas e poucos recursos, como tantas outras daquele nem tão longínquo ano de 1964.

Alguns meses após o meu nascimento, minha a família fez uma mudança radical, e deixou um grupo familiar de pequenos proprietários para estabelecer, na região do Triângulo Mineiro, novas relações de caráter pessoal e com a finalidade de sobrevivência. Minha família era composta, além de meus pais, por 13 (treze) irmãos, com faixa etária que variava entre 0 a 30 anos de idade. Existia ali, portanto, um grupo de pessoas que se subdividia em três gerações: os mais velhos já iniciando suas próprias famílias, os intermediários vivenciando a juventude e os mais novos ainda crianças e adolescentes. Na mudança acima mencionada, os filhos intermediários e nós, os mais novos, acompanhamos nossos pais.

Depois de residirmos em algumas cidades, dentro da nova região escolhida para vivermos, no ano de 1978, nos estabelecemos, finalmente, na cidade de Uberlândia. Eu estava com 14 anos. Em Uberlândia, cidade onde resido até os dias atuais, fui matriculado na escola estadual Américo Renné Gianetti para a conclusão da 6º série. Nessa escola, terminei o primeiro grau e iniciei o segundo, sendo transferido, em seguida, para a escola Estadual de Uberlândia, onde concluí o 2º grau.

Após o término do ensino médio, entrei em um período de letargia bastante afeito aos jovens, num compasso de espera para a convocação do serviço militar. Essa espera terminou em 1983, quando cumpri um ano de serviço como soldado do Exército Brasileiro.

Ao final desse período, com o 2º grau concluído e com as obrigações militares cumpridas, iniciei nova fase, agora voltada para o trabalho. Essa fase da minha vida foi permeada por um emprego na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Uberlândia e algumas tentativas de retornar aos estudos, agora no ensino superior. Naquela secretaria onde estava lotado, exerci inicialmente a função de Técnico em Higiene Dental (THD), no Programa Municipal de Odontologia que atende crianças nas escolas públicas e, posteriormente, exerci a função de Agente Sanitário na Vigilância Sanitária do município.

Concomitantemente ao trabalho na prefeitura, participava efetivamente de movimentos da igreja católica, num período de total efervescência social no Brasil, com o final do regime militar e a redemocratização. Na igreja fui participante da

Pastoral da Juventude que sofria a influência da Teologia da Libertação de Leonardo Boff e, politicamente, tínhamos a nossa militância no Partido dos Trabalhadores que se apresentava como alternativa de uma nova ordem.

Essas três instâncias de participação, quais sejam, o serviço público, a igreja progressista e o Partido dos Trabalhadores me aproximaram de pessoas e de ideais que possibilitaram e influenciaram a minha opção pela graduação em Serviço Social.

Assim, em 1989 iniciei o curso de Serviço Social, conciliando os estudos com o trabalho na Secretaria Municipal de Saúde. Fui aluno das Faculdades Integradas do Triângulo (FIT), única escola de serviço social à época no Triângulo Mineiro e hoje pertencente ao grupo Universo. Foram quatro anos de crescimento e satisfação pessoal por frequentar um curso superior e pela certeza da escolha certa.

A única insatisfação por mim sofrida nesse período foi a perda dos meus pais: minha mãe em 1991, no terceiro ano do curso, e meu pai em 1992, no quarto e último ano da graduação. Nesses momentos de tristeza contei com a solidariedade e o apoio dos professores e colegas. Senti ainda mais tal perda por conhecer a história de vida dos meus pais e por saber o quanto eles se orgulhavam da minha escolha por um curso superior, mas, que infelizmente, não puderam participar da conclusão desse projeto.

No ano de 1992, cursando o 4º ano da graduação, participei do primeiro, dentre os muitos e grandes futuros eventos que não perderia mais: o Sétimo Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado no Anhembi na cidade de São Paulo. A participação neste evento me aproximou da organização política da profissão e me motivou a participar das suas entidades representativas. Após essa participação passei a acompanhar com mais interesse o conjunto: Conselho Federal de Serviço Social e os Conselhos Regionais de Serviço Social.

Ao término do curso, no final de 1992, iniciei os movimentos para exercer a profissão, participando, já em 1993, de dois concursos. Em um deles, na Prefeitura Municipal de Uberlândia fui classificado em 1º lugar e, na Universidade Federal de Uberlândia, fui o 5º classificado na lista de aprovados. Essas classificações em concursos públicos bastante concorridos logo após a conclusão da minha graduação, vieram consolidar em mim a certeza que nutria em relação à profissão escolhida. Eu estava no caminho certo.

Ainda em 1992 conheci Lázara Cristina da Silva e naquele ano iniciamos um relacionamento afetivo. Em 1993 nos casamos e nos tornamos companheiros de

caminhada e corresponsáveis pelas várias conquistas que se concretizaram para nós dois desde então. Reconheço a participação e a importância de Lázara na minha vida já que ela me auxiliou a me tornar uma pessoa melhor em todos os sentidos. O carinho, o diálogo e o apoio recíproco em nossas escolhas é o que sempre permeou a nossa relação.

Iniciei minha primeira pós-graduação logo após minha graduação. Era início de 1993 e a instituição na qual me formei ofereceu o curso de especialização em Planejamento Social e Estratégias de Ação Profissional. Foi uma oportunidade bastante interessante, principalmente pelo contato com professores de outras cidades, possibilitando assim novas referências e o surgimento de novas possibilidades.

No primeiro semestre de 1994 fui convocado para tomar posse nos concursos em que fui aprovado. No mês de abril daquele ano, o da prefeitura, onde permaneci na mesma secretaria de saúde em que já trabalhava, mas agora na função de assistente social. Num primeiro momento surgiu um certo desconforto, gerado pela mudança de cargo na instituição em que já trabalhava há alguns anos: o mesmo local de trabalho, os mesmos colegas, mas agora em funções diferentes. Eu precisava ainda encontrar o tom adequado para as novas relações profissionais que se estabeleciam.

Não demorou muito, em junho daquele mesmo ano, o segundo concurso do qual participei me convocou para tomar posse também no cargo de assistente social, no Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Essa nova possibilidade profissional que se apresentou trouxe consigo alguma insegurança, própria das situações ainda não experimentadas, mas por outro lado, trouxe também a força do novo e a oportunidade de superar desafios. Sem grandes dilemas, e com apoio dos colegas e chefes, pedi exoneração do cargo recém-assumido na prefeitura e tomei posse como assistente social da UFU, onde permaneço até os dias atuais.

Minha atuação na UFU iniciou-se nas Unidades Didáticas Avançadas (UDAs). Essas unidades eram ambulatorios externos à estrutura central do Hospital de Clínicas e se localizavam em bairros da periferia da cidade, cumprindo o papel de ensino e assistência. Mesmo sem experiência profissional, logo me adaptei à nova realidade e cheguei a assumir a chefia da Unidade em que trabalhava durante o ano de 1997.

Agora, já exercendo minha profissão, sentia a necessidade de melhor qualificação. Na própria Universidade Federal de Uberlândia iniciei, no ano de 1995, o curso de especialização em Saúde Coletiva. O curso era voltado para a capacitação em saúde básica e possibilitou minha especialização na área em que atuava como assistente social.

Exercendo efetivamente a profissão que escolhi, me sentia motivado a participar da organização dessa categoria. Comecei então a acompanhar e a frequentar as atividades do Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (CRESS) 6º Região. Em 1996, período de renovação das diretorias do Conjunto, fui parte da chapa que foi eleita e assumiu a Seccional de Uberlândia do CRESS MG. Em consequência do trabalho que realizamos, no ano de 1999 fomos reeleitos e, assim, consolidamos o nosso propósito de tornar o CRESS presente na vida profissional dos assistente sociais da área de abrangência da Seccional Uberlândia.

O meu envolvimento com o ambiente de trabalho me proporcionava novas oportunidades, e em 1996 fui indicado, agora como parte do próprio trabalho, para fazer o curso de especialização em Gerenciamento de unidades Básicas de Saúde. O curso, uma parceria entre Ministério da Saúde, Prefeitura Municipal e a Universidade Federal de Uberlândia visava capacitar, ao mesmo tempo, todos os coordenadores das Unidades Básicas de Saúde do município.

Eu gostava muito do trabalho, mas ao mesmo tempo sentia a necessidade do aprimoramento profissional, aliado ao receio de cair no trefismo e perder as perspectivas de avançar profissionalmente. Decidi retornar aos estudos.

Passados os dois anos destinados ao estágio probatório solicitei liberação para cursar mestrado. Deferido o pedido, me inscrevi e fui aprovado no programa de Pós-graduação em Psicologia Social da PUC/SP, no ano de 1998. A escolha pela psicologia aconteceu em razão da necessidade de ampliar as possibilidades de compreensão dos sujeitos usuários do serviço público no qual trabalhava e, assim, qualificar o atendimento que prestava aos mesmos.

A temática da minha pesquisa estava voltada para a atuação profissional que desenvolvia na Unidade de Saúde. Dentre os vários programas de saúde coletiva em que atuava, de modo particular me chamava a atenção a hanseníase, doença milenar, mas ainda carregada de preconceito. Quis pesquisar, então, os significados que as pessoas, na atualidade, davam à doença e quais eram as fontes determinantes desse eventual (des)conhecimento a seu respeito.

No período compreendido entre o ano de 1998 até o início de 2001, dediquei-me ao mestrado, viajando semanalmente para São Paulo, pois continuava residindo em Uberlândia. Foram três anos de muito sacrifício, mas também, de muito aprendizado. Na condição de mestrando tive o privilégio de ser orientado pela professora Dra. Mary Jane Spink que, do alto da sua competência profissional, possibilitou-me realizar uma dissertação digna da melhor avaliação da banca examinadora. Nessa avaliação, tive a honra de contar com as contribuições da assistente social Regina Giffoni Marshiglia.

Em meio ao desenvolvimento do projeto de pesquisa do mestrado, no mês de junho de 1999, outro projeto pessoal se concretizou, com o nascimento do meu primeiro meu filho Vinícius. Com a chegada de uma criança em meio aos afazeres acadêmicos intensificaram-se as atividades, mas também, renovaram-se as esperanças, nos enchendo de ânimo e de mais sentido à vida.

No final do ano de 2000, antes ainda da defesa da minha dissertação de mestrado, reassumi minhas funções no Hospital de Clínicas da UFU. Era ano de eleições municipais e o grupo eleito solicitou minha cessão à Universidade para que eu coordenasse a Divisão de Assistência Social da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. No período compreendido entre 2001 a 2004 tive a oportunidade de contribuir e de ter um grande desenvolvimento pessoal e profissional em virtude da participação na operacionalização da política de Assistência Social do município de Uberlândia.

Ainda no ano de 2001, iniciei minha atuação na docência do ensino superior, compondo o quadro de professores do curso de Serviço Social da Universidade de Uberaba (UNIUBE). Recomeçaram as viagens, agora para uma localidade mais próxima de Uberlândia. Mas, ainda assim, a conciliação das várias atividades por mim exercidas não se tornou menos trabalhosa. Nessa Instituição permaneci até 2004 quanto, após ser vítima de acidente automobilístico em uma das muitas viagens que fazia, solicitei o meu desligamento, visando outros projetos.

Vale destacar que um dos projetos que se concretizou nesse ano foi o nascimento da minha filha Marina que com a sua graça, beleza e vivacidade preencheu ainda mais nossas vidas e nos fez ainda mais realizados.

Em 2005, com o encerramento de minha cessão à Prefeitura Municipal de Uberlândia, retornei às minhas atividades no Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia. Ainda no primeiro semestre do ano de 2005, fui convidado

para organizar e coordenar a criação do curso de Serviço Social na Faculdade Católica de Uberlândia. Após um momento de reflexão, assumi, juntamente com um pequeno grupo de profissionais, o desafio de organizar um curso que se tornasse referência de formação na região de Uberlândia.

Elaboramos o Projeto Político Pedagógico do novo curso e recebemos a Comissão Avaliadora do MEC, que aprovou a sua implantação. Aprovado por aquela instituição, tivemos a abertura do curso e as duas primeiras turmas, diurno e noturno, no segundo semestre de 2005. Do ponto de vista do exercício profissional, a coordenação deste curso constituiu-se em uma das atividades mais prazerosas que já realizei, em virtude da dinamicidade da formação. Alunos, professores e eventos institucionais, tudo junto, criando o ambiente acadêmico de produção do conhecimento.

Cuidamos com carinho do recém-criado curso e, no ano de 2008, recebemos novamente a visita do MEC, agora para o reconhecimento do curso que, no ano seguinte, formava suas primeiras turmas. Com algumas recomendações de pequenos ajustes, mas com muitos pontos de reconhecimento da seriedade e compromisso do trabalho realizado, tivemos novamente sucesso com a proposta pedagógica.

No ano de 2005 fiz parte do grupo que foi eleito para a diretoria do CRESS/MG Seccional Uberlândia. Ao final da gestão de três anos, fui indicado pela Regional de Minas Gerais para a composição da chapa que concorreria à diretoria do Conselho Federal de Serviço Social CFESS. Após o período de campanha, a nossa chapa denominada “Atitude Crítica para Avançar na Luta” foi eleita, numa das poucas oportunidades em que o CFESS teve duas chapas concorrendo.

Minha participação no CFESS possui um significado pessoal e profissional bastante especial. Foram três anos, de 2008 a 2011, de intensa participação nos movimentos dessa profissão, com muita responsabilidade assumida, mas também, com muita satisfação vivenciada. A oportunidade de fazer parte de um seleto grupo de profissionais que democraticamente construiu a direção política do Serviço Social brasileiro será motivo de orgulho por toda a vida.

Na esteira da participação no Conselho Federal, tive o privilégio de fazer parte, seja do ponto de vista da organização, quanto da efetiva participação, de inúmeros eventos dessa profissão que contribuíram sobremaneira para o meu crescimento enquanto assistente social. Longas e cansativas reuniões, mas plenas

de significado e de contribuição para um Serviço Social cada vez mais afinado com os necessários posicionamentos frente a realidade que teima em aguçar as desigualdades.

Vale ressaltar alguns dos eventos que o Conjunto realizou nesse período: os regimentais Encontros CFESS/CRESS, que acontecem a cada ano e estabelecem a pauta organizativa da categoria; a 19ª Conferência Mundial de Trabalho Social; os Seminários Temáticos sobre o trabalho do assistente social na Saúde, no Judiciário, no Sistema Único da Assistência Social e na Previdência. Participamos juntamente com outras entidades da organização do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS). Além dos grandes eventos, o CFESS se fez representar em muitos outros espaços que compõem a diversidade de inserções dessa profissão na sociedade.

Dentre todos esses momentos marcantes, merece destaque especial a manifestação que realizamos por ocasião do XIII CBAS que aconteceu em agosto de 2010 em Brasília. Nessa data histórica para a categoria, mais de três mil assistentes sociais marcharam pelas ruas da capital federal exigindo e conseguindo a aprovação da lei que limitava a carga horária semanal do assistente social, a chamada lei das trinta horas. Um marco histórico e um exemplo para toda a classe trabalhadora brasileira, que ainda luta para manter ou garantir direitos.

O envolvimento com a formação profissional demandava continuidade da qualificação profissional e, logo em 2010, retornei à sala de aula.

No momento atual, no doutorado na UNESP, campus de Franca, tive a satisfação de ser orientado pela professora Cirlene Aparecida Hilário Silva Oliveira. Nessa nova fase tenho o desafio e a felicidade de investigar a efetivação do projeto Ético Político do Serviço Social na região em que atuo como assistente social na prática, como docente e como militante dessa profissão que eu permiti que invadisse todo o espaço profissional da minha vida.

O estudo e suas redes

Este estudo objetivou explicitar e compreender as possibilidades e as dificuldades do espaço de inserção do Projeto Ético Político do Serviço Social no cotidiano do trabalho profissional do assistente social da região do Triângulo Mineiro,

no período de 2006 a 2009. Como objetivo específico se buscou identificar e compreender: a) o conhecimento que os assistentes sociais da região do Triângulo Mineiro possuíam do Projeto Profissional da categoria; b) a convergência do apreendido nos cursos de formação com o exercício profissional do assistente social; c) os espaços de articulação utilizados no cotidiano destes profissionais.

O compromisso do estudo foi o de esclarecer o entendimento que os profissionais têm do projeto profissional e contribuir no debate do exercício profissional à luz do Projeto Ético Político. A partir desses dados, contribuir com as entidades representativas para traçar estratégias de maior aproximação da direção política com a prática profissional cotidiana.

Ao desencadear o processo de diálogo sobre o Projeto Ético Político do Serviço Social, procurou-se ainda oportunizar a sua divulgação, bem como ampliar as perspectivas de estratégias para a sua efetiva implantação.

O *corpus* do estudo envolveu a formação e o exercício profissional de assistentes sociais formados por escolas da Região do Triângulo Mineiro no período compreendido entre 2006 a 2009. Esse recorte temporal atendeu aos critérios da pesquisa, quais sejam: os sujeitos deveriam ter a sua formação a partir da implantação efetiva das Diretrizes Curriculares em 2002 e o mínimo de dois anos de exercício profissional, tempo suficiente para conhecer e experimentar as possibilidades e os limites desses espaços ocupacionais.

Considerando a amplitude da região do Triângulo Mineiro e a influência de algumas cidades no processo de formação e do exercício profissional do assistente social na região, a pesquisa aconteceu em quatro cidades polos a saber: Uberlândia, Uberaba, Patos de Minas e Ituiutaba. A escolha das cidades, palco da pesquisa, fundamentou-se na população e na quantidade de profissionais atuando, bem como na existência ou na proximidade de escolas formadoras de assistentes sociais.

O estudo encontra-se organizado em 03 capítulos. O primeiro capítulo denominado Projeto Ético político do Serviço Social: Uma Construção Coletiva da Categoria, apresenta uma fundamentação histórica e conceitual da temática, indicando sua importância e desafios para a profissão. No tópico Os Elementos Constitutivos do Projeto Profissional do Serviço Social, trabalha-se a categoria *práxis*, entendendo-a como resultado da compreensão que se tem sobre a unidade entre teoria e prática. É ainda ressaltada a importância da mediação como conceito fundamental ao desvelamento do real dado, possibilitando, assim sua superação.

O segundo capítulo, intitulado O Campo e a Pesquisa, apresenta um resgate histórico do Triângulo Mineiro como elemento para a melhor compreensão da atual conjuntura regional, e apresenta ainda as suas cidades polos e a metodologia do estudo realizado.

Já o terceiro capítulo, Desvendando a Realidade: os encontros e desencontros dos profissionais com o seu Código de Ética, foi destinado à apresentação e análise dos dados coletados. Nele é realizado o confronto entre as concepções apresentadas pelos sujeitos da pesquisa e seus relatos e manifestações concretas no exercício profissional cotidiano, relacionando-as com os princípios fundamentais do Código de Ética do assistente social.

Por fim, às considerações finais do estudo, é apresentada, de forma sucinta, os resultados da pesquisa, bem como as considerações pertinentes ao Processo de efetivação do projeto Ético político do Serviço Social, a partir dos resultados da pesquisa.

CAPÍTULO 1

PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: Uma Construção Coletiva da Categoria

Não basta querer uma sociedade justa e igualitária, pois isso ainda é vago. É necessário ter claro quais são as ações tópicas, estratégicas, que se devem ter para avançar nessa direção. (CORTELA, 2006, p. 58).

O Projeto Ético Político é uma construção coletiva na medida em que é sustentado pelas entidades representativas da profissão e, portanto, sugere a direção política de suas lideranças, eleitas democraticamente. O desafio, para a sua efetiva implementação, encontra-se justamente nessa transposição da direção política para o exercício da prática profissional. Encontrar as estratégias profissionais para a intervenção em um campo adverso às propostas apresentadas pela categoria, requer que este comprometimento profissional esteja conectado com as diretrizes da profissão.

Neste contexto, importa resgatar o desenvolvimento da profissão no Brasil que, por sua vez, está coerente com as demandas apresentadas pela sociedade ao longo de sua história. Portanto, este capítulo tem como objetivo compreender a pertinência do Projeto Profissional e sua atualidade.

A profissão de assistente social tem sua história intrinsecamente ligada à da Assistência Social. Em um primeiro momento, existiu uma prática pontual e empírica baseada em fatores religiosos e de solidariedade, portanto, fundamentados na perspectiva assistencialista. Ao longo da história, com desenvolvimento da sociedade e da profissão, modificaram-se tanto a prática profissional quanto as exigências sociais depositadas na profissão.

A atualidade é marcada pela existência de políticas públicas sustentadas por aparatos legais que possibilitam à população a garantia dos seus direitos e, ao mesmo tempo, tais políticas acrescentam à prática profissional do assistente social um novo elemento, qual seja: as ferramentas legais que oferecem parâmetros à essa atuação.

Essa nova configuração das políticas públicas demanda aos profissionais do Serviço Social uma qualificação profissional que acompanhe essa progressão legal e amplie suas possibilidades de atuação, seu espectro de ação.

Um marco importante para a análise da política social no Brasil é a Constituição Federal de 1988. Até a Constituição de 05 de outubro de 1988, a Assistência Social, por

exemplo, não estava ainda consolidada como uma política pública no sentido moderno do termo, isto é, algo reconhecido pela Carta Magna como um direito de cidadania e, portanto, um dever do Estado. O que existia, até esta data, no campo da assistência, eram ações pautadas muito mais na boa vontade, individualizadas e paliativas do que a existência de ações efetivas resguardadas por políticas de atendimento às pessoas em situações de vulnerabilidade social.

No período anterior à Constituição e, ainda hoje em alguns municípios, o órgão público responsável pela gestão da assistência é chamado de Secretaria de Ação Social, sendo que esta nomenclatura não caracteriza uma política efetiva e articulada de Assistência Social. Isto porque, quando se trata meramente de ação social, não há a abrangência de uma política articulada com os demais segmentos de direitos da cidadania, mas apenas e tão somente uma ação pontual, qual seja, a política de Assistência Social, que, por sua vez, rompe com este caráter pontual e paliativo, para, enfim, construir ações planejadas que visem a garantia de direitos socialmente conquistados.

Ressalta-se que com a Constituição de 1988, houve avanços enquanto sociedade civilizada com o conceito e a efetivação da seguridade social. Isto, pois, amparada nas políticas de Saúde, Previdência e Assistência à Seguridade que visam garantir aos cidadãos as condições básicas e necessárias à dignidade humana.

Verifica-se, porém, diferenças entre as três políticas, seja no seu financiamento, seja na sua amplitude. Enquanto a Saúde, a mais abrangente das três, é universal, a Previdência é para quem contribuiu e a Assistência destinada a quem dela necessitar.

Essa forma conceitual, embora simplificada de defini-las, já sinaliza para diferentes formas de implementação das mesmas. Não é preciso muito esforço para entender que a Política de Assistência Social sofre desvantagem em relação às outras duas pela forma subjetiva com que é apresentada. O termo “quem dela necessitar” cria critérios de atendimento aos usuários que nem sempre são os mais justos do ponto de vista das necessidades humanas.

Note-se que há uma diferença primordial entre as atividades da saúde e as da assistência social. Embora as duas sejam políticas sociais da seguridade não contributivas, aquelas do campo da assistência social possuem um alcance menor que as do campo da saúde que, por sua vez, possuem um caráter de universalidade, mais amplo do que o previsto para a assistência social, portanto.

Logo, a assistência social visa garantir meios de subsistência às pessoas que não tenham condições de suprir o próprio sustento, dando especial atenção às crianças, idosos e pessoas com deficiências, independentemente da existência ou não da contribuição à seguridade social.

A atual formatação desta política é fruto da luta de diversos grupos e movimentos sociais, como sindicatos, partidos políticos, trabalhadores da área, intelectuais, profissionais liberais, parcelas da igreja, organizações públicas e privadas entre outros. Essa mobilização social proporcionou espaços nos quais foram sendo discutidos e construídos uma proposta de Lei Orgânica e de Política de Assistência Social em favor das pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão.

Buscando regulamentar a política de Assistência Social, foi promulgada em 1993 a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que traz como diretrizes a descentralização e o controle social através da participação da sociedade. Se, por um lado, a participação da sociedade imprime maior transparência na gestão da política por meio dos conselhos, por exemplo, por outro lado, possibilita a isenção do Estado da sua função de garantidor dessa mesma política, repassando-a para a sociedade civil, atendendo-se, assim, a um dos principais ditames do modelo Neoliberal, que é a assunção do Estado Mínimo¹.

Ainda nessa linha evolutiva, foi aprovada em 2004 a Política Nacional de Assistência Social, denominada agora de Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ela apresenta como foco prioritário o atendimento às famílias e seus membros, estabelecendo o território como base da organização, bem como defendendo a gestão compartilhada, nos três níveis de governo, reafirmando, assim, a participação da sociedade.

¹ Entende-se por Estado Mínimo a perspectiva de Estado na qual há um deslocamento das atribuições deste perante a economia e a sociedade. Neste se preconiza a não-intervenção do Estado nas ações consideradas da sociedade, há um afastamento deste em prol da liberdade individual e da competição entre os agentes econômicos, segundo, o qual, na perspectiva do neoliberalismo, fortalece a prosperidade econômica. Neste modelo de Estado, a única forma de regulação econômica deve acontecer pelas forças do mercado, consideradas as mais racionais e eficientes possíveis. Ao Estado, considerado Mínimo cabe garantir a ordem social, a legalidade, concentrando seu papel executivo naqueles serviços mínimos necessários para tanto: policiamento, forças armadas, poderes executivo, legislativo e judiciário etc. Não atuando diretamente nas questões econômicas. A concepção de Estado mínimo surge como reação ao padrão de acumulação vigente no século XX, no qual o Estado financiava não só a acumulação do capital, mas também, a reprodução da força de trabalho por meio de políticas sociais.

Mesmo nessa nova formatação da política de Assistência Social, já existem propostas de aperfeiçoamento como as apresentadas por Neri (2010)².

Em recente seminário sobre políticas sociais para a equipe de transição do governo Dilma, realizado em novembro de 2010, Neri sugere que a verificação da renda das famílias seja mais criteriosa e não se baseie apenas na informação da renda reportada. De acordo com ele, devem ser considerados também, dados sobre todos os “ativos” das pessoas do domicílio (tipo de trabalho, condições de moradia, acesso a serviços públicos, como saúde e educação) e “carências” (crianças lactantes, pessoas com deficiência e idosos na família). Neri resume sua ideia em uma frase que se tornou muito divulgada à época pelos meios de comunicação e informação: “Assim vai se olhar para quem é pobre e não apenas para quem está pobre ou diz que é pobre.”

Analizando esse processo, é possível afirmar que a Política de Assistência Social não está pronta e acabada, mas sendo socialmente construída. Progressivamente, a assistência vai se consolidando enquanto direito e poderá, dependendo da vontade, da mobilização e da participação efetiva da sociedade, tornar-se um direito universal.

O fato de a Assistência ser enfatizada nesse estudo, não assume o significado de ser a mesma mais importante do que as demais políticas sociais, nem tampouco tem-se a intenção de se reduzir a atuação profissional a ações assistenciais. Significa, isto sim, o fato de se considerar que, numa sociedade marcada pela desigualdade social, a assistência torna-se necessária e essencial para o acesso de grande parcela da população à outras políticas sociais.

Por outro lado, considera-se que, ao se reconhecer os avanços das políticas sociais, ainda que condicionadas aos ditames do capital, não se está assumindo o ideário do modelo vigente dessas políticas, e/ou se posicionando de forma inocente em relação à contrarreforma neoliberal que restringe os direitos dos usuários (BEHRING, 2003). Antes disso, parte-se de um entendimento de que houve uma ampliação dos parâmetros de atuação dos(as) Assistente Sociais, que poderá, em maior e/ou em menor medida e de acordo com a intervenção profissional, contribuir para o processo de emancipação humana. Não reconhecer e não utilizar esses pequenos espaços, ainda que limitados pela relativa autonomia profissional, pode aproximar do niilismo, que não corresponde aos propósitos da profissão.

² Economista e coordenador do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

1.1 O Projeto Ético Político do Serviço Social e a Prática do Assistente Social

No final da década de 1970 e início dos anos 1980, aprofunda-se o debate crítico ao conservadorismo. Nesse período, os profissionais do Serviço Social encontravam-se como meros executores de políticas e, portanto, não atendiam às necessidades da população.

Estes profissionais insatisfeitos com sua atuação, considerada limitada na teoria e na prática, ansiavam pela mudança para se qualificarem, política e profissionalmente, para melhor adequação ao contexto histórico e atender às demandas da sociedade. Assim, as raízes do atual projeto profissional, estão vinculadas à essa perspectiva de intenção de ruptura com o conservadorismo.

O papel desse intelectual tem sido assim basicamente instrumental, de difusão de teorias e ideologias, de articulação das classes trabalhadoras na órbita das instituições de poder da classe dominante. Ou seja: exerce suas funções intelectuais principalmente como educador, organizado da hegemonia e da coerção das classes que se vincula objetivamente. (IAMAMOTO, 2004, p. 53).

A luta dos setores democráticos contra a ditadura e pela consolidação das liberdades políticas propiciou uma rica experiência para todos os assistentes sociais, culminando com o Movimento de Reconceituação, em que a categoria passa a interpretar as relações sociais a partir de novas fundamentações teóricas e metodológicas, marcadas pela realização do 3º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em 1979.

Neste contexto, três dimensões articuladas entre si oferecem concretude ao Projeto Ético Político:

1ª- ***Dimensão da produção de conhecimento no cerne do Serviço Social.*** Sistematização das modalidades práticas da profissão. Dimensão investigativa da profissão, tendências teórico-críticas do pensamento social;

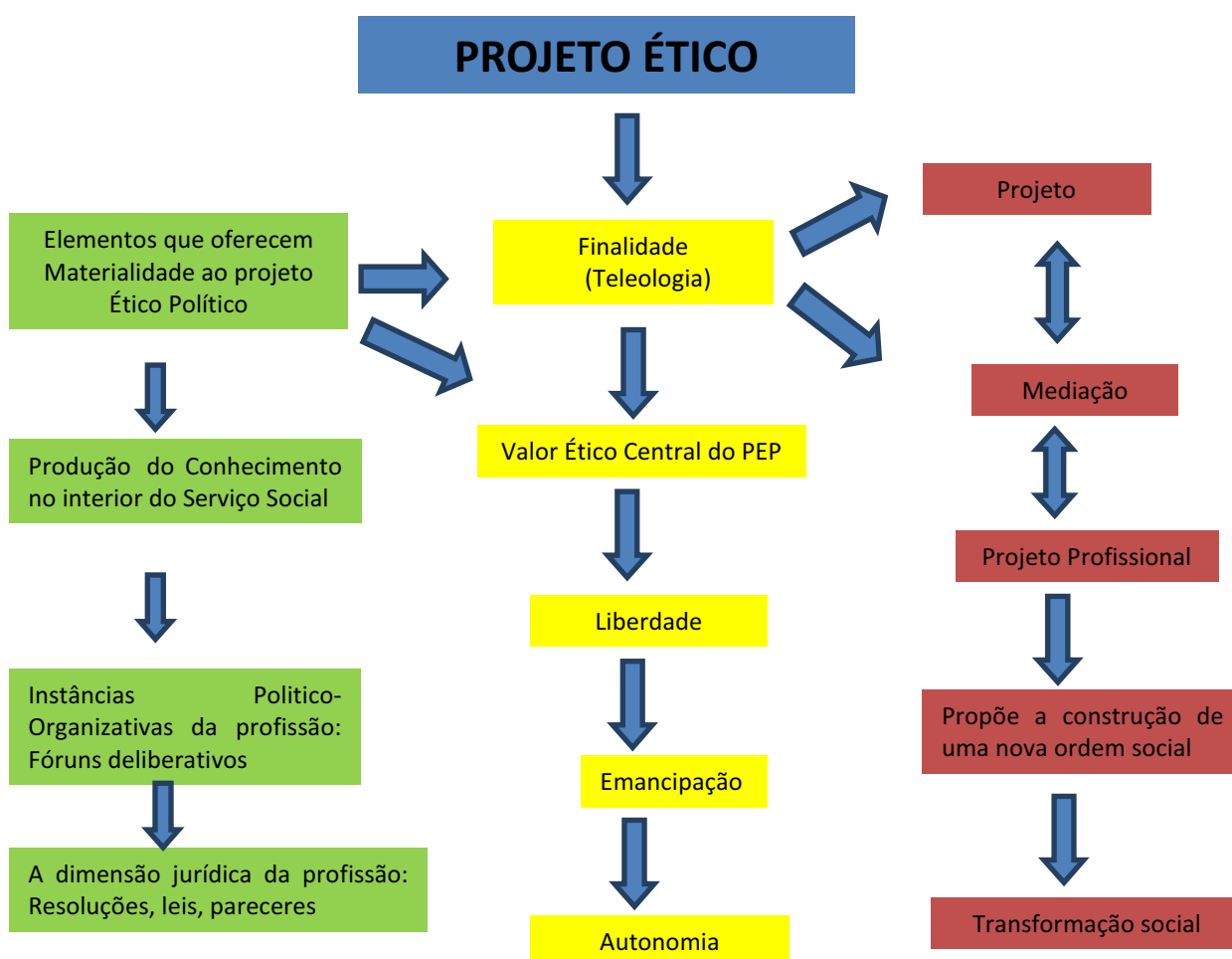
2ª- ***Dimensão político-organizativa da profissão.*** Representada pela organização e realização de Fóruns de deliberação e entidades representativas da

profissão. Fundamentalmente, o conjunto CFESS/CRESS a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e demais associações político profissionais, as quais provocaram a reafirmação e/ou não de determinados compromissos e princípios, bem como o surgimento do pluralismo de ideias;

3ª- **Dimensão jurídico-política da profissão.** Representada pelo aparato jurídico-político e institucional da profissão, o qual é composto pelas leis e resoluções, documentos e textos políticos de relevância. O aparato jurídico-político específico da profissão é composto pelo Código de Ética Profissional, pela Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93) e pelas Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social. Ainda, neste caso, soma-se a estes um aparato jurídico-político de caráter mais abrangente, como por exemplo as Leis da Ordem Social da Constituição Federal de 1988, que fazem parte das ações do assistente social no cotidiano da prática na defesa de direitos.

Estes elementos podem ser melhor visualizados na imagem a seguir:

Figura 1: Demonstrativo dos elementos que compõem o Projeto Ético Político do Serviço Social.



Fonte: Elaborado por Pedro Alves Fernandes

A seguir, e a partir da década de 1980, o Serviço Social afirma o compromisso de construção de uma nova ordem societária, mais justa e democrática, que se constitui como princípio basilar do Projeto Ético Político. Como desdobramento deste princípio, tal projeto assumiu em sua elaboração o propósito da construção coletiva e hegemônica³, uma vez que a profissão afirma o desejo de pautar suas ações no caráter sócio-político, crítico e interventivo.

Assim, os valores e as práticas do Serviço Social ocorrem relacionados com o reconhecimento das individualidades e das diversidades, entre outros. Tais valores e práticas, neste contexto, adquiriram novos significados para a categoria, o que propiciou a opção por um compromisso ético-político e a intenção de realizar uma melhor avaliação da qualidade dos serviços prestados, a partir da criação da Associação Nacional de Ensino de Serviço Social (ABESS), em 1983. As ações desta associação passam a oferecer maior suporte teórico e metodológico à categoria, além de ampliar e possibilitar a realização de estudos e reflexões em relação ao ensino no Serviço Social.

Ao analisar este período histórico Iamamoto (1996, p. 90) relata que “[...] os anos 80 marcaram a travessia para a maioria intelectual e profissional dos assistentes sociais, para a sua cidadania acadêmica-política.”

Estudando este período, verifica-se que é sintomática a defesa da tendência mais progressista da profissão ao tomar para si a condução do Serviço Social brasileiro, estabelecendo uma “hegemonia possível” (SILVA, 2013).

Por conseguinte, a contribuição teórica desses quadros, conjugada com a ocupação de espaços nos órgãos representativos da profissão, imprimiram novos rumos à direção política do Serviço Social, com reflexos significativos nas dimensões ética e técnico operativa.

Com as mudanças ocorridas na sociedade, o Serviço Social experimentou um processo de renovação e se desenvolveu teoricamente, a fim de atender às

³ Hegemonia aqui no sentido de Gramsci, como algo democrático, que implica unidade na diversidade, ou o resultado das mediações de forças entre blocos sociais atuantes em determinado contexto histórico.

demandas sociais por uma prática mais eficiente e, a partir da década de 1990, apresenta-se como profissão reconhecida acadêmica e socialmente legitimada.

O fato de o Serviço Social ser regulamentado como uma profissão liberal - embora em choque com a sua prática efetiva, que depende de uma relação contratual de trabalho com as entidades empregadoras – atribui ao profissional certas prerrogativas, como o respeito a um código de ética, que lhes preservam certo poder de barganha diante das instituições, na defesa de suas próprias iniciativas. (IAMAMOTO, 2004, p. 51).

A partir de então, é perceptível um notável crescimento do Serviço Social, tanto no plano da produção do conhecimento científico, quanto no âmbito das instituições públicas e privadas, atuando sobre a questão social. Tal condição torna essencial a qualificação continuada para a permanência no mercado de trabalho do Serviço Social.

Apesar do caráter aparentemente difuso e heterogêneo das tarefas exercidas pelo Assistente Social, este continua a ser necessário na organização social, como o crescimento do mercado de trabalho nos últimos anos e expansão quantitativa da categoria profissional. (IAMAMOTO, 2004, p. 42).

Assim, e considerando as necessidades decorrentes do alto grau de articulação e de organização dos assistentes sociais, torna-se fundamental ampliar o seu nível de formação profissional, bem como renovar as bases curriculares do curso. Tudo isso com o intuito de acompanhar as transformações ocorridas na sociedade por meio de uma formação capaz de promover o desenvolvimento de competências que levem os egressos do curso de Assistência Social a encontrarem caminhos para a efetivação dos direitos dos cidadãos brasileiros.

Neste contexto, entende-se que o principal desafio para o assistente social está em ser um profissional propositivo e com visão crítica, no sentido de romper com o imediatismo, a fim de estabelecer ações consistentes, baseadas em princípios éticos que tenham como perspectiva a promoção da cidadania.

O desafio é re-descobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual: traçar horizontes para a formulação de propostas frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade. (IAMAMOTO, 2004, p. 75).

Dessa forma, o assistente social, privilegiando uma intervenção investigativa por meio da pesquisa e análise da realidade social, torna sua ação profissional voltada para a construção de alternativas para trabalhar com conflitos individuais e coletivos. Essa atuação que se apresenta mais comprometida com os sujeitos da sua intervenção profissional, possui o intuito de levar as pessoas à uma maior participação na busca pela superação das expressões da questão social que os atinge diretamente.

Para tanto, o assistente social precisa manter uma postura questionadora, que não se contente com as aparências do que se materializa à sua frente de forma superficial. Cabe-lhe o reconhecimento de que os instrumentos e as técnicas a serem utilizados não são neutros e, portanto, definem os objetivos a serem construídos/definidos na dimensão política e intelectual, expressos a partir do conhecimento da realidade social sobre a qual sua ação será desenvolvida.

O intelectual exerce funções de direção econômica, social e cultural que se expressam tanto nos níveis de elaboração como de difusão do saber da classe que representa. O papel do intelectual é o de investigar, educar, organizar a hegemonia e a coerção e, ainda, homogeneizar a consciência da classe. (IAMAMOTO, 2004, p. 44).

Todos esses avanços importantes, remetem à famosa frase de Gramsci de que é preciso ter o pessimismo da razão, ou seja: fazer análises profundas, mas não perder o otimismo da vontade⁴. Apontam, também, para o fato de que o estatuto da profissão trabalha na direção “certa”, reconhecendo que os desafios colocados para a profissão são de grande espessura e se caracterizam por exigir estratégias inovadoras de atuação.

O tempo presente desafia os assistentes sociais a se qualificarem para acompanhar, atualizar e explicar as particularidades da questão social nos níveis nacional, regional e municipal, diante das estratégias das políticas públicas. (IAMAMOTO, 2007, p. 41).

⁴ A ideia de Gramsci traz como proposta conjugar razão e vontade com criticismo coerente e capacidade de incidir nos processos reais do mundo (MONDAINI, 2002, online).

Verifica-se, portanto, neste resgate histórico, que o Serviço Social brasileiro sempre esteve sintonizado e se posicionando, à margem esquerda⁵ das mudanças e, conseqüentemente, participando dos avanços engendrados pelo movimento da sociedade, apesar da desarticulação patrocinada pelo modelo neoliberal.

1.2 A Prática do Assistente Social

As políticas públicas são espaços privilegiados, representando um dos principais campos de atuação do assistente social o qual, pela especificidade de cada política, encontra maiores e/ou menores desafios para uma atuação profissional autêntica e coerente com o Projeto Ético Político da profissão. Assim como houve o desenvolvimento da política social exige-se, também, a evolução na prática profissional.

Se de um lado existe o projeto profissional bem delineado, por outro esbarramos ainda em práticas profissionais que, em alguns casos, não correspondem à orientação hegemônica da atuação profissional do assistente social.

A consolidação do projeto profissional passa, necessariamente, pela qualificação, e, neste aspecto, conhecer a qualidade da formação⁶ é importante, pois, como aponta Paulo Netto (2006, p. 155):

O projeto implica o compromisso com a competência, que só pode ter como base o aperfeiçoamento intelectual do assistente social. Daí a ênfase numa formação acadêmica qualificada, fundada em concepções teórico metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social – formação que deve abrir a via à preocupação com a (auto)formação permanente e estimular uma constante preocupação investigativa.

Partindo dessa premissa, para se investigar a prática, importa saber a qual formação profissional está se referindo. Em relação a esta preocupação com a formação profissional, outros autores dão sua contribuição:

[...] até por uma questão de hábito de linguagem, confunde-se a formação profissional com o ensino de serviço social. Não estou

⁵ Expressão usada por Iamamoto em entrevista a Silva (2013, p. 114) ressaltando a postura crítica e de resistência do Serviço Social brasileiro.

⁶ Entende-se que uma formação profissional de qualidade do Assistente Social é aquela capaz de oferecer uma direção do exercício profissional numa perspectiva transformadora, com postura articuladora e crítica em relação ao cotidiano e as relações sociais.

desconsiderando no ensino a dimensão formativa do indivíduo e do cidadão [...]. O que quero apontar é que, ao se tratar da formação profissional, na verdade, está se falando do tipo, da qualidade e da direção que o ensino tem ou deveria ter. Neste sentido, creio, está se tomando o todo pela parte. Explico: a formação profissional não se completa na conclusão do curso, pelo contrário, o curso é seu desencadeador. (PINTO, 1997, p. 45).

A formação dos(as) assistentes sociais sempre foi preocupação da categoria. Já em 1946, dez anos após a implantação da primeira escola, foi fundada a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS). Posteriormente, acompanhando o movimento do Serviço Social brasileiro, em 1979, a ABESS se transforma em Associação de Ensino em Serviço Social e, na segunda metade da década de 1990, torna-se a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Essa entidade mantém dois importantes instrumentos de implemento e valorização do ensino e da pesquisa: a revista *Temporalis* e o Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS).

A ABEPSS tem sido um espaço democrático importante para a manifestação da proposta hegemônica da categoria e para a formação profissional do(a) assistente social. Emblematicamente, pode-se citar as diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social, elaboradas pela categoria via ABEPSS e, posteriormente, assumidas, parcialmente, pelo Ministério da Educação (MEC), como uma grande contribuição dessa entidade. Mais recentemente, a Política Nacional de Estágio (PNE), constitui-se como foco crucial no Plano de Lutas em defesa da formação e contra a precarização do ensino superior em conjunto com Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

Assim, as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social, em sua construção, alicerçou-se no vigoroso cenário de debates ocorrido na década de 1980 para a formação profissional do assistente social que exigia, impulsionado pelo momento histórico, a revisão curricular da formação deste profissional. Portanto, essa proposta de currículo foi fruto de ricos debates realizados pelas unidades de ensino na década seguinte, desencadeadas a partir da definição da Convenção Nacional da ABESS em 1993 na cidade de Londrina/PR.

Com base nesse novo Currículo, a formação acadêmica demanda uma interação dialógica e bidirecional com o projeto profissional da categoria em consonância com um projeto societário que proporcione espaço para a efetivação dessa proposta, fundamentada num compromisso de classe que supere a ideologia dominante, vinculando-se aos interesses dos usuários. Assim, a formação profissional traz contribuição significativa e crucial para a efetivação do Projeto Ético Político da profissão, comprometida com o rompimento do conservadorismo e de seus reflexos perniciosos à emancipação humana.

Por outro lado, se reconhece que os projetos societários nem sempre coadunam com o projeto profissional, ou seja, cada assistente social traz, na sua história de vida, motivações ideológicas que vão, ou não, coincidir com o Projeto Ético Político da profissão. Nessa perspectiva Paulo Netto (2006, p. 144) defende que:

[...] o sujeito coletivo que constrói o projeto profissional constitui um universo heterogêneo: os membros do corpo (categoria) profissional são necessariamente indivíduos diferentes – tem origens, situações, posições e expectativas sociais diversas, condições intelectuais distintas, comportamentos e preferências teóricas, ideológicas e políticas variadas etc. o corpo profissional é uma unidade não homogênea, uma unidade de diversos; nele estão presentes projetos individuais e societários diversos e, portanto, configura um espaço plural do qual podem surgir projetos profissionais diferentes.

Reafirma-se aqui, o princípio da pluralidade e, portanto, da diversidade de concepções presentes na mesma realidade, estabelecendo-se um campo de disputa de projetos. O Projeto Ético Político do Serviço Social choca-se com o modelo neoliberal; enquanto a categoria defende direitos, o modelo vigente defende o estado mínimo e o individualismo. O Projeto Ético Político da categoria tem compromissos sociais, políticos e culturais distintos do proposto pelo projeto societário estabelecido, o que leva os profissionais a “remarem contra a maré”. A existência de um projeto societário e de um projeto profissional sobre a mesma realidade, mas divergentes entre si, cria a sensação de distanciamento entre teoria e prática, levando à *pseudo* existência de dois grupos no interior da categoria: os teóricos e os praticistas.

Diante desta realidade, segundo Montañó (2007, p. 161):

[...] é fato notório, nos meios profissionais, como o assistente social tem feito e faz uma apologia ao praticismo. Em geral ele tende a rejeitar a produção teórica na profissão se esta não “partir” da “prática profissional”. Estigmatiza-se o assistente social que pesquisa sem desenvolver uma atividade de campo como “teórico puro”. Chama-se a sua pesquisa de “abstração” ou de “conhecimento não orientado para a ação”. Simultaneamente, estes mesmos assistentes sociais encantam-se com os produtos teóricos elaborados por sociólogos, psicólogos sociais, antropólogos, pedagogos e economistas.

Se por um lado, há um grande número de participantes nos eventos da profissão, por outro lado, não se observa, na mesma proporção, em números e em efetividade, a participação da categoria nos movimentos que ditam os rumos, por exemplo, das políticas sociais. Assim, observa-se a existência de posturas divergentes dos assistentes sociais: enquanto um grupo refuta o chamado enxugamento do Estado, e tenta resistir aos diversos imperativos do modelo em curso, enfrentando o sistema no contexto da profissão, há grupos, no interior da profissão, que concordam e defendem essa prática neoliberal, seja pela ausência de elementos teóricos para interpretá-la, seja por convicção e/ou mesmo por conveniência.

Destarte, o projeto profissional, que choca com o modelo vigente, necessita de alianças e, portanto, busca aliar-se a outros movimentos sociais que também reivindicuem um projeto societário alternativo a este que está posto. Este é inclusive, um dos princípios fundamentais do Código de Ética: “Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores.” (CFESS, 1997, p. 18).

Assim, e por uma questão ética, os movimentos sociais da classe trabalhadora, das minorias, dos usuários e mesmo os espaços convencionais de participação e controle social das políticas públicas, são lugares que devem ter a participação efetiva dos assistentes sociais.

Boschetti (2004, p. 113) apresenta alguns argumentos explicativos que fundamentam e/ou oferecem sustentabilidade ao projeto profissional do serviço social:

[...] no Brasil, a maioria da população é pobre não porque o país seja pobre, mas porque a riqueza produzida socialmente é mal distribuída. Assim, as políticas sociais, para tocar esta estrutura, deveriam ser pautadas pelo princípio de redução das desigualdades sociais e por um ideal de justiça baseado na equidade e no

estabelecimento de um padrão civilizatório de garantia de plenos direitos a todos os cidadãos.

Diante desta realidade, e com base no Código de Ética do assistente social, que apresenta como premissa a emancipação e a autonomia dos sujeitos, o Serviço Social não pode se furtar da responsabilidade histórica de se manifestar e denunciar essa sociedade capitalista que fere o seu Código de Ética.

Neste sentido, a mesma autora complementa reafirmando que:

[...] não basta garantir direitos em leis. É preciso assegurar as condições políticas, materiais e institucionais necessárias para sua concretização e estabelecer as condições de vida necessárias para que a população possa ter acesso a esses direitos, o que deveria ser função das políticas sociais. (BOSCHETTI, 2004, p. 113).

Portanto, pesquisar a compreensão e o sentido que os profissionais atribuem ao projeto profissional torna-se salutar para o efetivo estabelecimento de estratégias de organização profissional que publicizem e, ao mesmo tempo, produzam respaldo efetivo a uma prática que rompa definitivamente com a identidade atribuída ao assistente social da prática. Este profissional, ainda hoje, em pleno século XXI, mesmo e apesar de uma direção extremamente avançada e totalmente comprometida com o que há de mais moderno, não conseguiu ainda construir uma identidade de classe que seja coerente com a direção política que a categoria politicamente organizada defende. Sobre esse dilema Gentili (1998, p. 66) afirma que:

[...] as formas cotidianas de contornar as dificuldades de explicação da realidade são resultantes de procedimentos, muitas vezes, apressados, sem mediações, consolidado em leituras teóricas demasiadamente imprecisas, cujos desdobramentos repercutem sobre a qualidade da prestação de serviço. Agrava-se ainda mais pela imperícia técnica dos agentes profissionais e pela “polifonia” contida em seus discursos. Mantêm-se, assim, ativas muitas representações ideológicas anteriores, recompondo-se em representações profissionais mais atualizadas.

Tal afirmação vem novamente reforçar a necessidade de inserção, no movimento de formação continuada, de muitos profissionais da categoria no sentido de compreender melhor os mecanismos de controle social que exercem influência no seu cotidiano.

1.3 A Pesquisa como Afirmação do Projeto Ético Político

O trabalho do assistente social exige competências e habilidades aliadas à uma formação acadêmica que seja capaz de oferecer uma direção do exercício profissional numa perspectiva transformadora, com postura articuladora e crítica em relação ao cotidiano e às relações sociais. É importante a constante atualização teórica e metodológica que aguça a visão, tornando-a mais crítica pela apreensão da realidade. Da mesma forma, é igualmente importante o aprimoramento da técnica para intervir a partir da habilidade para o trabalho em equipe, sendo eficiente para fornecer respostas às demandas que são postas pelo sistema capitalista e pela sociedade usuária dos serviços públicos que necessitam da atuação deste profissional.

Nessas condições, situa-se a prática profissional por meio da garantia de direitos, desenvolvendo um processo constante de enfrentamento que contemple a organização entre os indivíduos sociais, a fim de facilitar o acesso da população aos recursos disponíveis, incentivando-os a serem sujeitos das decisões sobre suas próprias vidas.

Os debates, as publicações e as pesquisas são manifestações e posicionamentos que apontam a pertinência das transformações que a categoria defende como condição para a efetivação de direitos por meio das políticas sociais. Outrossim, a busca pela qualidade dos serviços prestados aos usuários e a defesa intransigente da liberdade, tal qual aquela apresentada no Código de Ética Profissional, são combustíveis para que o profissional seja estimulado a atuar na realidade de forma investigativa.

Para Iamamoto (2007, p. 40) o profissional do Serviço Social:

Como categoria, lida com essas múltiplas expressões das relações sociais da vida cotidiana, o que permite dispor de um acervo privilegiado de dados e informações sobre as várias formas de manifestação das desigualdades e da exclusão social e sua vivência pelos indivíduos sociais. Essa proximidade empírica e teórico-analítica com a questão social poderá ser canalizada para estímulo e apoio a pesquisas, assessoria às diferentes esferas do poder – legislativo executivo e judiciário –, denúncias e informações à mídia, tendo em vista a difusão de notícias e denúncias na defesa dos direitos constitucionais.

Logo, a prática profissional, coerente com o Projeto Ético Político, requer do assistente social um exercício de reflexão constante sobre as particularidades que envolvem o fazer profissional e um aprimoramento teórico permanente, sendo necessário, ainda, considerar o contexto social em que ocorre a prática para compreender o seu próprio desempenho profissional.

Há que se ultrapassar os limites impostos pelo processo histórico e alcançar uma prática inovadora que aconteça com e pela participação dos usuários, em um contexto marcado pelas relações sociais complexas, com intuito de valorizar o compromisso ético político proposto no Código de Ética da Profissão e que vislumbre como resultado a garantia dos direitos sociais.

Trata-se, portanto, de um esforço para compreender a prática profissional na sua dimensão histórica, como uma prática em processo, em constante renovação, fato este derivado, fundamentalmente, das modificações verificadas nas formas de expressão e no aprofundamento das contradições que peculiarizam o desenvolvimento de nossas sociedades. (IAMAMOTO, 2004, p. 89).

Dessa forma, o processo de formação acadêmica do assistente social precisa acontecer de forma articulada, de forma a abrigar o movimento da relação entre a ação e o conhecimento. Assim, ao apreender a realidade, o assistente social projeta seu modo de agir na identificação das reais necessidades dos sujeitos e em construir propostas que sejam eficientes e que atendam as demandas sociais apresentadas. Neste processo “[...] pesquisar e reconhecer a realidade é conhecer o próprio objeto de trabalho, junto ao qual se pretendem induzir ou impulsionar um processo de mudanças.” (IAMAMOTO, 2007, p. 62).

Por conseguinte, cabe ao profissional desenvolver uma prática de pesquisa junto à população, de forma a identificar as suas reais necessidades, bem como, conhecer a realidade local, a fim de promover estratégias coletivas de intervenção, juntamente com os usuários, tudo com intuito de melhorar a qualidade de vida e ampliar a participação da comunidade.

Isto pois, na sociedade atual, se exige a presença de

[...] um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse

momento de profundas alterações na vida em sociedade. (IAMAMOTO, 2007, p. 49).

Assim, o que se percebe é que a postura investigativa assume um papel inerente ao Serviço Social. Isto porque, tal postura possibilita o pensar e o agir em conjunto, devidamente articulados com os referenciais teóricos, a dimensão política e a adequação das escolhas e dos instrumentais para intervir de forma eficiente, com o objetivo de propor e construir algumas possibilidades de intervenção, pois,

[...] as bases teórico-metodológicas são recursos essenciais que o Assistente Social aciona para exercer o seu trabalho: contribuem para iluminar a leitura da realidade e imprimir rumos à ação, ao mesmo tempo em que moldam. [...] o conhecimento é um meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado. Nessa perspectiva, o conjunto de conhecimentos e habilidades adquiridos pelo Assistente Social ao longo do seu processo formativo é parte do acervo de seus meios de trabalho. (IAMAMOTO, 1999, p. 62-63).

Então, o processo de trabalho do assistente social considera como requisitos fundamentais as competências teórico-metodológicas, técnico-operativa e ético-política. Tais competências permitem ao profissional compreender com mais adequação as expressões da questão social presentes na sociedade como resultado da exploração da força de trabalho em detrimento da acumulação de capital.

Iamamoto (2004), analisando os desafios estabelecidos ao Serviço Social na atualidade, apontou as três dimensões descritas como competências profissionais que precisam ser desenvolvidas de forma articulada, para que os artifícios da fragmentação e da despolitização usuais no decorrer da história desta profissão não retomem seu espaço no cotidiano.

Assim, o desenvolvimento da competência ético-política é fundamental para que a categoria tenha um posicionamento político frente às questões que aparecem na realidade social, para que se possa ter clareza da direção social de sua prática.

O Serviço Social é uma atividade que, para se realizar no mercado, depende das instituições empregadoras, nas quais o assistente social dispõe de uma *relativa autonomia* no exercício do seu trabalho. Dela resulta que nem todos os trabalhos desses profissionais são idênticos, o que revela a importância dos

componentes ético-políticos no exercício da profissão. (IAMAMOTO, 2007, p. 70-71, grifo do autor).

O profissional precisa ser qualificado para conhecer a realidade social, política, econômica e cultural com a qual trabalha. Para tanto, faz-se necessário compreender a dimensão da competência teórico-metodológica com o objetivo de enxergar a dinâmica da sociedade para além dos fenômenos aparentes.

As bases teórico-metodológicas são recursos essenciais que o Assistente Social aciona para exercer o seu trabalho: contribuem para iluminar a leitura da realidade e imprimir rumos à ação, ao mesmo tempo em que a moldam. (IAMAMOTO, 2007, p. 63).

Ainda é preciso que o assistente social apreenda habilidades técnicas que permitam ao mesmo tempo desenvolver ações profissionais junto à população usuária e às instituições contratantes por meio da competência técnico-operativa, garantindo assim, respostas às demandas colocadas tanto pelos empregadores, quanto pelos objetivos estabelecidos pelos profissionais e pela dinâmica da realidade social. A articulação dessas três dimensões estabelece a necessidade de relacionar a teoria e a prática, a investigação e a intervenção, a pesquisa e a ação, a ciência e a técnica que não devem ser consideradas como dimensões separadas.

O que se reivindica, hoje, é que a pesquisa se afirme como uma dimensão integrante do exercício profissional visto ser uma condição para se formular respostas capazes de impulsionar a formulação de propostas profissionais que tenham efetividade e permitam atribuir materialidade aos princípios ético-políticos norteadores do projeto profissional. Ora, para isso é necessário um cuidadoso conhecimento das situações ou fenômenos sociais que são objeto de trabalho do assistente social. (IAMAMOTO, 2004, p. 56).

Assim, a pesquisa deve acontecer com o objetivo de buscar a construção de uma articulação dialética entre as três dimensões intrínsecas do Serviço social:

- a) teórica relativa ao conhecimento;
- b) a ética relativa ao planejamento com seus objetivos e;
- c) a técnica relativa aos instrumentos técnico operativos.

Esta perspectiva de trabalho foi representada por Mito (2006) num esquema de ilustração que facilita o entendimento:

Figura 2 - Ação profissional em movimento – articulação entre as dimensões teóricas, éticas e técnicas do Serviço Social.

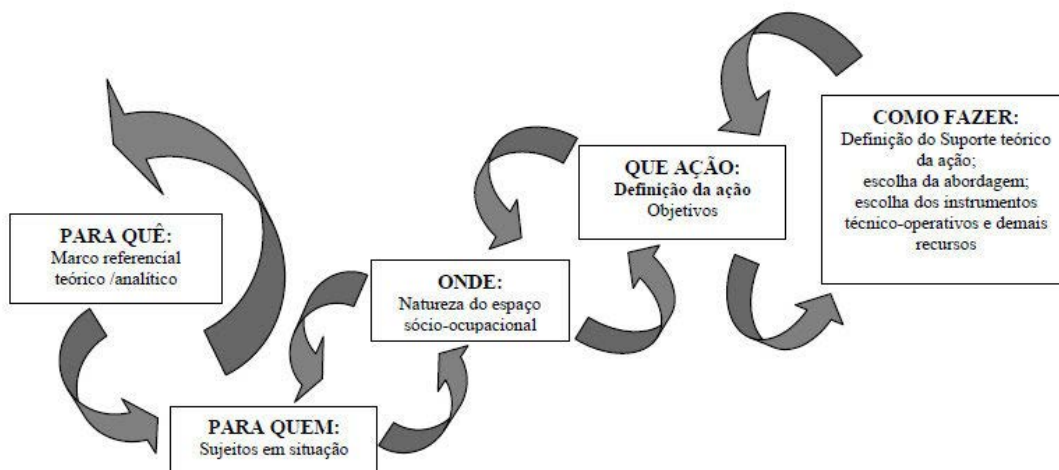


Ilustração 1 – Ação profissional em movimento: articulação entre as dimensões teóricas, éticas e técnicas do Serviço Social. Fonte: Mito, 2006.

Fonte: Mito e Lima (2009, p. 39).

Essa ilustração permite visualizar que a ação deve partir do geral para o singular, do universal para o particular e que é, por meio da ação profissional, que se estabelece a relação entre indivíduo e sociedade. De acordo com Mito e Lima (2009, p. 39):

[...] é a partir das demandas postas pelos sujeitos, sejam elas de caráter coletivo e/ou singular, que o Assistente Social, a partir suas finalidades assumidas como horizonte para suas ações, define tanto o objetivo como o caráter da ação a ser empreendida, localizando-a dentro dos limites e possibilidades colocados pela natureza dos espaços sócio-ocupacionais. Essa definição é realizada através da investigação e do conhecimento das necessidades da população, expressas pelas suas demandas e pela realidade particular de suas condições de vida, e em diálogo com o corpo de conhecimentos já produzidos sobre as particularidades das situações e coerentes com a matriz teórico-metodológica que direciona determinado projeto profissional.

Portanto, as ações teóricas, éticas e técnicas não podem ser divididas, pelo contrário, elas se fundem no trabalho profissional. Esse trabalho reflete uma ação qualificada (seja intelectual ou prática) que é subsidiada por três

processos: processos político-organizativo, processo de planejamento e gestão e processo sócio assistencial.

Esses processos se constituem, primeiro de maneira teórica, com a finalidade de conhecer suas vertentes e interpretar de que forma tais processos serão realizados na sociedade. Em seguida, complementam uma ação como forma de legitimar as demandas emergentes e subsidiar a afirmação e efetivação de direitos, bem como reivindicar uma construção de sujeitos coletivos. O que na prática remete a princípios éticos, pois falar de direitos e cidadania de forma coletiva prediz a oportunidade de emancipar e autopromover as pessoas. Além disso, as coloca como sujeitos da sociedade em que vivem, como indivíduos que podem reivindicar, discutir, questionar e fazer a transformação social que eles mesmos desejam, sem que, para isso, outros o façam por eles.

Esse tipo de ação representa respostas práticas, idealizadas teoricamente e coerentes com a ética profissional que ajuda a desmistificar situações e combater impasses da profissão. Segundo Rios (2001 apud SANTOS, 2006, p. 192) “[...] a ética é mediadora entre a dimensão prática e teórica, ou técnica e política, devido conter um teor de compromisso e responsabilidade que pode evitar práticas politicistas e tecnicistas.”

Ainda neste sentido, e de acordo com Santos (2006, p. 192) o que deve ser salientado “[...] é a relação orgânica entre as dimensões teórica, ética, política e técnico-operativa, na posição dos fins e na busca dos meios. [...]”, pois, na prática profissional essas dimensões são importantes e na formação acadêmica é promessa de um profissional crítico reflexivo e atuante.

Além disso, o Projeto profissional atual “[...] define como competência profissional o trato rigoroso e adequado das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas.” (SANTOS, 2006, p. 192). Dessa forma, entende-se uma unidade entre as três dimensões, resguardando suas especificidades e características, representando uma parte fundamental e necessária do Projeto Ético-Político.

1.4 Elementos Constitutivos do Projeto Profissional do Serviço Social

A compreensão do Projeto Ético Político do Serviço Social demanda o seu entendimento a partir da sua fundamentação. Sua constituição está alicerçada no

Código de Ética Profissional do Assistente Social e na lei de regulamentação da profissão, sendo consubstanciado pelas entidades representativas da profissão, quais sejam, os conjuntos CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO.

Essa formatação do projeto é o que lhe dá legitimidade, na medida em que abarca todas as dimensões da categoria: formação, representação e atuação profissional.

Assim, essa reflexão busca trabalhar a categoria *práxis*, entendendo-a como resultado da compreensão que se tem sobre a unidade entre teoria e prática, ou seja, conhecer e atuar sobre uma dada realidade que se deseja transformar. Individualmente, teoria e/ou prática não são capazes de revolucionar a realidade, necessitando, pois, da sua unicidade para o alcance desse objetivo. Para tanto, ressaltou-se a importância da mediação como conceito fundamental ao desvelamento do real dado, possibilitando, assim sua superação.

Reflete-se, ainda, sobre a atuação do assistente social, enquanto atividade de intervenção social e também sobre a pertinência da *práxis* com o projeto profissional do serviço social, quando esse traz a teoria marxista como sua base fundamental.

1.4.1 A *Práxis* e a Complexidade da Vida Social

A *práxis* se apresenta como uma categoria que possibilita aos homens a capacidade de superação do imediato, por meio das mediações necessárias ao entendimento da realidade. O conhecimento com base na teoria é essencial ao exercício da *práxis*, na medida em que possibilita a superação da realidade dada. Assim, verifica-se que toda *práxis* é prática, mas nem toda prática é *práxis*. A *práxis* teoria e a *práxis* prática são indissociáveis e se complementam na compreensão e transformação da realidade.

Ao serviço social, que se ocupa das expressões da questão social como objeto de sua atuação profissional, entende-se a necessidade de apreensão da realidade para melhor qualificar esta intervenção e alcançar os objetivos propostos pela atuação profissional. Os objetivos da profissão estão expressos no seu projeto profissional que, por sua vez, tem como princípio norteador a teoria marxista.

Observa-se então, uma convergência salutar entre *práxis* e Projeto Ético Político do Serviço Social, que deverá ser alcançada com o compromisso já na formação acadêmica, mas que precisa ter seguimento na formação continuada, bem

como, estar presente em toda atuação profissional por meio das mediações que se processam no cotidiano profissional.

Assim, nessa parte desse capítulo tem-se como objetivo procurar refletir sobre estas temáticas, no sentido de compreender a ampliação das possibilidades de intervenções cotidianas, próprias do exercício profissional do assistente social, articulando-as de maneira coerente com a orientação política da profissão, sintonizando-as com a *práxis*.

1.4.2 A *práxis* e a construção da realidade

O homem se faz homem no dialético relacionamento com a natureza. Nesse constante embate, há uma interferência exercida pelo mesmo sobre a natureza, transformando-a, e da própria natureza sobre o homem, que também se transforma na busca do suprimento de suas necessidades. Nessa análise, o trabalho assume preponderância na construção e sociabilidade dos homens como afirma Marx (2004, p. 84):

O homem vive da natureza significa: a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem que ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza.

Para transformar a natureza o homem age teleologicamente no sentido de atender suas necessidades. Esse processo contínuo o torna cada vez mais qualificado no sentido de criar, de transformar os recursos naturais em recursos adequados às suas necessidades de sobrevivência e de recriação enquanto homem. Essa finalidade que ele coloca nas suas ações é que o torna homem, diferenciando-o dos outros animais. O que o faz homem é essa capacidade de criar por meio de suas ações, inclusive a si mesmo, dialeticamente no processo homem x natureza.

As atividades ou ações humanas assumem centralidade para a formação do animal homem em homem humano. Esse fazer humano pode assumir diversas formas, como assinala Sánchez Vázquez (1977, p. 186):

Por atividade humana entendemos ato ou conjunto de atos em virtude do qual um sujeito ativo (agente) modifica uma determinada matéria-prima. Exatamente por sua generalidade, essa caracterização da atividade não especifica o tipo agente (físico,

biológico ou humano) nem a natureza da matéria prima sobre qual atua (corpo físico, vivência psíquica, grupo, relação ou instituição social), bem como não determina a espécie de atos (físicos, psíquicos, sociais) que levam a certa transformação. O resultado da atividade, isto é, seu produto, também se dá em diversos níveis: pode ser uma nova partícula, um conceito, um instrumento, uma obra artística ou um novo sistema social.

Verifica-se, então, que a atividade humana é motivada pela consciência, e/ou pela capacidade de colocar finalidade no que se faz, visando um resultado esperado. Sobre esse tema, Sánchez Vázquez (1977), argumenta que há três tipos de atividades que se complementam: a primeira denominada de atividade cognoscitiva e/ou do conhecimento; a segunda, chamada de atividade teleológica e/ou das finalidades. Ambas são teóricas e dizem respeito ao conhecimento da realidade. Enquanto a atividade cognoscitiva busca o conhecimento da realidade presente, a atividade teleológica se refere a uma realidade futura desejada, exigindo, para isso, uma realização. Por fim, apresenta a terceira, denominada de a atividade prática que:

[...] manifesta-se no trabalho humano, na criação artística ou na práxis revolucionária, é uma atividade adequada a objetivos, cujo cumprimento exige - como dissemos - certa atividade cognoscitiva. Mas o que caracteriza a atividade prática é o caráter real objetivo da matéria prima sobre qual se atua, dos meios ou instrumentos com que se exerce a ação, e de seu resultado ou produto. (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 1977, p. 193).

Nessa terceira atividade, realiza-se uma ação que necessita de um determinado conhecimento sobre a mesma. Quando realizada sem criticidade pode não provocar transformações substanciais na realidade, atendendo ao desejo primário da ação desempenhada. Neste caso, ao primar pela dimensão utilitária e imediata da prática, o homem também se resume à razão instrumental para o atendimento de necessidades instantâneas. Por este prisma, o homem, segundo Sánchez Vázquez (1977, p. 11),

[...] considera a si mesmo como o verdadeiro homem prático; é ele que vive e age praticamente. Dentro de seu mundo as coisas não apenas são e existem em si, como também são e existem, principalmente, por sua significação prática, na medida em que satisfazem necessidades imediatas de sua vida cotidiana [...] o mundo prático para a consciência comum é um mundo de coisas e significação em si.

Em contraponto a essa prática utilitária, apresenta-se a *práxis*, que se caracteriza como atividade humana, com agir intencional e com finalidades de alteração da realidade. Buscando transformar o mundo natural e social em um mundo humano, traz consigo o matiz do conhecimento, da teoria e da transformação. Em outras palavras, a *práxis* exige a indissociabilidade entre teoria e prática, a qual é fundamental para a atividade humana. Novamente Sánchez Vázquez (1977, p. 108) apresenta importante contribuição para o entendimento dessa reflexão do que seja a *práxis*, entendida como unidade entre teoria e prática,

[...] uma atividade, material transformadora e ajustada a objetivos. Fora dela fica a atividade teórica que não se materializa, na medida em que é atividade espiritual pura. Mas, por outro lado não há *práxis* como atividade puramente material, isto é, sem a produção de finalidades e conhecimentos que caracteriza a atividade teórica.

Entende-se, então, que a *práxis* só se realiza na unidade entre teoria e prática, sendo que a teoria deverá possibilitar o conhecimento da realidade, bem como o estabelecimento de suas finalidades, visando a sua transformação. Modificações, no entanto, não acontecem apenas com a teoria. Logo, para mudar é preciso atuar na e sobre a realidade. Neste processo, portanto, a prática em si não transforma o concreto dado.

Para este contexto, o concreto dado, necessita da mediação processada pela mente humana, pelo pensamento e pela reflexão, resultando em um concreto pensado. Por conseguinte, a prática acrítica tende a conservar a realidade e não superá-la: ela age na aparência, mas não atinge a essência.

Como superar uma realidade carregada de alienação e de coisificação das relações humanas? A *práxis* nos possibilita conhecê-la para, a partir daí, transformá-la.

A *práxis* na sua essência e universalidade é a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que cria a realidade (humano-social) e que, portanto, compreende a realidade (humana e não humana, a realidade na sua totalidade). A *práxis* do homem não é atividade material contraposta à teoria; é determinação da existência humana como elaboração da realidade. (KOSIK, 1976, p. 222).

Entendendo a realidade como produto da dinâmica dialética com seus contrários, em que o real se mostra na aparência, mas se esconde na essência, acredita-se na investigação social como elemento fundante para a construção da *práxis* profissional do assistente social.

1.4.3 *Práxis* e o Serviço Social

Como apresentado, a *práxis* não é prática pura. A utilização deste conceito no exercício da profissão de assistente social, que demanda ações de natureza interventiva, exige uma análise no sentido de compreender o processo de construção de uma prática que se pretende transformadora. Essa compreensão de transformação ocorre a partir da mediação que se faz na vivência do cotidiano profissional. Por conseguinte, ressalta-se que esse posicionamento profissional rumo à *práxis* é um desafio que vem sendo enfrentando pelo Serviço Social ao longo da sua história.

Na argumentação de Yasbek (2000), após o Movimento de Reconceituação do Serviço Social no início dos anos 1980, a profissão, buscando um rompimento com o conservadorismo, deu início a uma interlocução com a teoria social de Karl Marx. Essa mudança de compreensão teórica mudava, também, o foco do debate profissional que se deslocava da pessoa humana para o ser social.

A compreensão e utilização, pelos profissionais do serviço social, no seu fazer cotidiano, das diferentes dimensões da mediação é que lhes instrumentalizarão para a construção de uma realidade transformada e compatível com o projeto político e social atual da profissão.

A categoria de mediação, tanto possui a dimensão ontológica quanto reflexiva. É ontológica porque está presente em qualquer realidade independente do conhecimento do sujeito; é reflexiva porque a razão, para ultrapassar o plano da imediatez (aparência) em busca da essência, necessita construir intelectualmente mediações para reconstruir o próprio movimento do objeto. (PONTES, 2000, p. 41).

Porém, na realidade brasileira, atua-se na dicotomia profissional, na qual se recebe uma formação pautada na teoria crítica marxiana e atua-se profissionalmente em um modelo de sociedade neoliberal. Esse dilema encontra explicação nos escritos do próprio Marx (1978, p. 23), no qual “[...] os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.”

Seguindo essa linha de análise, o homem estaria, então, condicionado às determinações sociais, impedido, assim, de exercer sua liberdade, pois as alternativas colocadas para escolha estariam sempre determinadas pelas necessidades e finalidades do capital. Na interpretação de Lukács (1978), o homem não faz escolhas, mas, dá respostas. Portanto, conclui-se que a condição para a plena liberdade é a superação do modo capitalista de produção e da sua consequente alienação humana.

Essa premissa marxista está presente, como princípio fundamental e norteador da prática profissional, no Código de Ética dos assistentes sociais: “Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.” (CFESS, 1993, p. 17).

A liberdade de que trata o Código de Ética não se refere àquela inerente à capacidade nata do homem, mas como uma capacidade construída e conquistada pelo trabalho livre e consciente. Ou seja, é concebida historicamente como possibilidade de escolha entre alternativas concretas, portanto nutrida de autonomia e de emancipação.

Diante dessa constatação de condicionantes sociais, cabe perguntar: o que fazer, enquanto categoria de uma profissão, propositiva do ponto de vista político e, interventiva do ponto de vista técnico?

Inicialmente, é preciso compreender que, na realidade contemporânea, sobressai-se o individual e a singularidade, em detrimento do genérico e do coletivo. Para tal entendimento, há teóricos do Serviço Social que indicam possibilidades de atuação, nas quais, por meio da mediação, é possível encontrar possibilidades de ação:

A consciência humano-genérica [...] só se dá quando o indivíduo pode superar a singularidade, quando ascende ao comportamento no qual joga não *todas as suas forças*, mas toda a sua força numa objetivação duradoura [...] trata-se então de uma mobilização anímica que suspende a heterogeneidade da vida cotidiana - que homogeneiza todas as faculdades do indivíduo e direciona num projeto em que ele transcende a singularidade numa objetivação na qual se reconhece como portador de consciência humano-genérica. Nesta suspensão [...] o indivíduo se instaura como *particularidade*, espaço de mediação entre o singular e o universal e comporta-se como *inteiramente homem*. (PAULO NETTO, 2000, p. 69, grifo do autor).

Nessa argumentação, o autor defende que o homem, mesmo nas determinações históricas sociais, estaria apto a exercer a sua autonomia, suplantando o imediato e alcançando a compreensão humano-genérica. Enquanto não se efetiva a superação da sociedade capitalista, deve-se buscar o conhecimento de si e das suas possibilidades, bem como de suas capacidades enquanto homem.

Reporta-se, ainda, ao mesmo autor, para pensar a prática profissional e suas possibilidades no sentido da preservação da autonomia:

Enquanto a organização capitalista da vida social não invade e ocupa todos os espaços da existência individual, ao indivíduo sempre resta um campo de manobra ou jogo, onde ele pode exercitar, mesmo que minimamente, a sua autonomia e o seu poder de decisão, onde lhe é acessível um âmbito de retotalização humana que compensa e reduz as mutilações do prosaísmo da divisão social do trabalho e do automatismo que ela exige e impõe. (PAULO NETTO, 2000, p. 86).

Assim, cabe ao assistente social, em conjunto com os usuários, buscar estratégias e alternativas que possibilitem o exercício da sua intervenção, defendendo, preservando e ampliando a sua autonomia profissional. Em relação aos usuários, importa considerar os valores, as crenças, os anseios, os desejos e as perspectivas desses sujeitos, no sentido de que possam conquistar a sua emancipação humana. Dessa forma, almeja-se sair do singular de cada situação trabalhada ir ao universal e retornar ao particular com o intuito de dar entendimento à realidade para, assim, desenvolver a *práxis* profissional.

CAPÍTULO 2

O CAMPO E A PESQUISA

Todos os processos educativos, assim como as técnicas educativas que são instrumentos de ensino - aprendizagem, se baseiam em uma determinada concepção de “como conseguir que as pessoas aprendam e modifiquem sua prática” – no nosso caso, para ter melhor saúde. Estas concepções, por sua vez, fundamentam-se em um determinado modelo ou enfoque do que seja educar. O que é mais valorizado? O conteúdo? O conhecimento adquirido? O resultado esperado, ou a capacidade da pessoa ou grupo para tomar decisões e agir? (DIAZ BORDENAVE, 1982, p. 13).

Neste capítulo, buscou-se organizar a metodologia do estudo, por considerar que os procedimentos metodológicos possuem um papel central na realização de uma pesquisa, pois dela depende a condução dos trabalhos, bem como, as possibilidades dos seus resultados. No exercício de construção desta parte do trabalho, o estruturamos no sentido de compreender o universo epistemológico da metodologia, para posteriormente, definirmos o processo de coleta de dados, os sujeitos e a análise de tais dados. A seguir, apresenta-se uma caracterização da realidade do estudo.

2.1 Revisitando a discussão teórica sobre metodologia

No debate acadêmico, a presença da discussão sobre abordagem qualitativa versus quantitativa assumiu destaque por longos anos. Posteriormente, ela se apresentou como a possibilidade da produção de trabalhos, utilizando a abordagem quali-quantitativa.

Quanto às abordagens de natureza qualitativa e quantitativa, Silva (1998), ao abordar as falsas dicotomias existentes entre os paradigmas quantitativos e qualitativos destaca que, segundo Valles Martínez (1997), há convivência entre um contingente variado de aportes teóricos nas pesquisas que se apresentam de natureza qualitativa ou quantitativa. A autora, baseando-se nos trabalhos de Guba e Lincon (1994), define que a avaliação de uma investigação precisa compreender as bases teóricas que a compõem, observando os pressupostos ontológicos, presentes na “natureza da realidade investigada” epistemológica, apresentados no “[...] modelo de relação entre o investigador e o investigado” e o metodológico que se define no

“[...] modo em que podemos obter conhecimento da dita realidade.” (VALLES, MARTÍNEZ, 1997, p. 49).

O que difere as duas é a forma de envolvimento do pesquisador com o objeto de pesquisa, a forma de coleta e análise dos dados. Entretanto, estas não são antagônicas. Neste sentido, para Valles Martínez (1997), Romanelli e Biasoli-Alves (1998), Silva (1998), Minayo e Sanches (1993) e Serapioni (2000), Bauer, Gaskell e Allum (2002) existe um falso discurso de contradição entre as duas abordagens. Segundo os autores, o que existe demarcado são diferenças e não incompatibilidade entre ambas. Há diferenças relativas à postura e ao envolvimento entre pesquisador e objeto de pesquisa nas suas diversas fases, mas principalmente, o que as difere são as finalidades da pesquisa. Assim, opta-se por uma abordagem ou outra de acordo com os objetivos do estudo, podendo inclusive utilizá-las como forma complementar para sua realização.

Neste sentido, Bogdan e Biklen (1994) destacam que em um estudo investigativo, cuja abordagem metodológica seja qualitativa, o pesquisador assume um papel central e não os dados em si. Pois é o pesquisador que irá dar o tom ao estudo; logo a investigação qualitativa tende a ser mais descritiva, havendo uma mudança no enfoque que passa a ser no processo e não no produto e nos resultados. O processo em pesquisa qualitativa recebe atenção especial. Para os autores, a análise de dados qualitativa tende a ocorrer de forma indutiva: nesta abordagem, o significado assume uma importância vital no corpo dos estudos.

O que os autores destacam é a necessidade de se romper com posturas extremistas, pois as duas modalidades de investigação possuem seus papéis na pesquisa e precisam ser respeitadas. Cada qual possui suas formas de promover a validação e a credibilidade dos estudos.

Neste sentido, Minayo (1994, p. 30-31), destaca as contribuições da pesquisa qualitativa para as investigações que possuem o social como *corpus* do estudo. A autora diz que esta contribuição ocorre tanto como teoria quanto como método.

Enquanto teoria, ela permite desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos, grupos particulares e expectativas sociais em alto grau de complexidade. Enquanto método caracterizado pela empiria e pela sistematização, a abordagem qualitativa propicia a construção de instrumentos fundamentados na percepção dos atores sociais, tornando-se, assim, válida como fonte para estabelecimento de indicadores, de índices, de variáveis, de tipológicas e de

hipóteses. Além disso, ela permite interpretações mais plausíveis dos dados quantitativos, auxiliando na eliminação do arbitrário que escorrega pela operacionalização dos modelos teóricos elaborados, longe das situações empiricamente observáveis.

Assim, as dificuldades destacadas por muitos autores positivistas ao uso da abordagem qualitativa, atualmente não ecoam, pois estas já demonstraram suas bases de natureza teórica e metodológicas. As críticas quanto à validação e a generalização dos estudos já estão superadas.

Com relação a esta questão, Brito e Leonardos (2001, p. 17) apresentam uma proposta interessante para a validação de dados. As autoras destacam que, neste caso, o pesquisador possui relevante papel também nesta etapa, pois é preciso considerar como elementos chaves do processo o poder e a influência de sua subjetividade na produção do estudo.

As autoras apresentam como instrumento para validação dos dados o uso da triangulação. Assim, tem-se um triângulo equilátero no interior de um círculo com os seguintes elementos: o pesquisador, a literatura científica e o objeto/sujeito de pesquisa -, estão os três colocados em cada um dos três vértices, tendo, em princípio, o mesmo valor. As relações entre eles são expressas nas linhas de força estabelecidas ao longo das três vertentes, em que a combinação entre cada par de elementos se inscreve na relação triangular global e se beneficia de seus próprios elementos de mediação: a comunidade científica, entre o pesquisador e a literatura científica; a oposição senso comum *versus* senso científico, entre a literatura científica e o objeto/sujeito da pesquisa; e o filtro das metodologias de pesquisa, entre o pesquisador e o objeto/sujeito da pesquisa.

Esse triângulo equilátero está, por sua vez, inscrito em um círculo que representa o processo de pesquisa em seu conjunto, de cujo centro irradiam as relações de poder e um feixe de preocupações éticas que inspiram práticas ou interações. Dessa forma, o mesmo triângulo propicia inúmeras leituras, permitindo tanto a descrição da especificidade da prática de cada pesquisador e suas opções metodológicas e éticas quanto a síntese das diversas relações de força e dos eixos de tensão presentes nos diferentes momentos da pesquisa. (BRITO; LEONARDOS, 2001, p. 17).

Neste processo, segundo as autoras, cabe ao pesquisador realizar suas opções de natureza epistemológicas, ontológicas e metodológicas e utilizando-se do

recurso de triangulação, proceder-se à negociação pessoal, envolvendo as subjetividades entre pesquisador e demais envolvidos na pesquisa, para assim, se estabelecer os critérios de validação do estudo.

Ao justificar a escolha dos elementos que compõem o desenho geométrico para validação dos dados, as referidas autoras demarcam a importância do “[...] reconhecimento da subjetividade do pesquisador como pessoa humana historicamente situada, dotada de atributos e interesses provenientes de sua posição de classe, etnia, gênero, idade e orientação sexual.” (BRITO; LEONARDOS, 2001, p. 19) como forma de oferecer maiores condições de objetividade ao processo de pesquisa. O pesquisador não é um ente neutro na pesquisa. Ele é parte objetiva e subjetiva do estudo. Neste sentido, as autoras reforçam a necessidade de o pesquisador revelar a sua subjetividade, procurar estar consciente da sua influência durante todo o processo de pesquisa, tomando-a inclusive como dado do processo e analisando-a constantemente de forma integrada e articulada ao desenho da pesquisa.

Outro elemento da validação destacado pelas autoras é a literatura científica. As autoras destacam a importância desta por ser ela o definidor das “lentes dos óculos” do pesquisador. Através de um mergulho no trabalho, é possível perceber a sua profundidade a partir da “[...] frequência e o contexto (de crítica ou de apoio) em que um autor é citado revelam o grau de penetração de sua obra, pela criação ou pelo embasamento prestado a ideias e conceitos.” (BRITO; LEONARDOS, 2001, p. 20).

As autoras destacam que, como decisivo para a opção de utilização da literatura no instrumento de validação é o fato de a literatura produzida e/ou utilizada por um pesquisador representar um sinalizador de sua atuação “[...] no seio da comunidade científica disciplinar a que pertence, ela pode revelar, ao mesmo tempo, seu grau de poder acadêmico, o reconhecimento de que é alvo, as comunidades às quais se filia.” (BRITO; LEONARDOS, 2001, p. 20-21).

Destacam ainda que a produção de uma literatura científica acontece por caminhos variados, podendo ocorrer “[...] tanto a partir de um desejo de contribuir para a construção do conhecimento pela difusão de suas ideias quanto a partir de lutas de poder travadas por pesquisadores em busca de reconhecimento e notoriedade.” (BRITO; LEONARDOS, 2001, p. 21). Desta forma, a produção

acadêmica/científica de um autor demonstra sua “[...] adesão/exclusão a grupos específicos, chegando a ultrapassar as barreiras disciplinares.”

Em síntese, a análise da literatura científica revela, ainda, sobre um pesquisador: vitalidade de seu pensamento; visão epistemológica, grau de abertura e diálogo a que ele se propõe bem como indicações sobre sua postura ética (BRITO; LEONARDOS, 2001, p. 22). Observam ainda que, a relevância de se observar, também, o que os pesquisadores ocultam em seus textos, suas omissões e rejeições, pois estas também fazem parte das escolhas e definições de suas opções teórico-metodológicas.

Outro elemento da validação apresentado no instrumento é a relação entre os participantes do processo de pesquisa. As escolhas metodológicas são determinantes na forma de relação a serem estabelecidas entre os sujeitos da pesquisa e o pesquisador. Esta escolha se faz em decorrência do problema e objeto de estudo, daí sua relevância na validação. Uma vez que estas escolhas refletem as “[...] maneiras de se expressar relações no mundo que nos permitem entender algumas das questões fundamentais subjacentes à 'modernidade' do mundo em que vivemos.” (POPKEWITZ, 1990, p. 65 apud BRITO; LEONARDOS, 2001, p. 27).

Nesse sentido, a realidade social é sempre mais rica do que qualquer aproximação a ela realizada e a pesquisa constitui-se num diálogo que vai sendo construído entre pesquisador e sujeitos estudados.

Outros autores das ciências sociais corroboram essa compreensão. Por exemplo, Chinzotti (1991, p. 79) elucida ainda mais a diferença entre os estudos experimentais e a pesquisa qualitativa:

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações.

Em suma, portanto, este estudo aproximou-se da abordagem qualitativa pela natureza de seu *corpus*, bem assim, por sua base epistemológica e ontológica.

Entretanto, o desenho do trabalho não fechou-se com um modelo rígido de investigação. O caminho precisa estar aberto.

2.2 O *corpus* do estudo

O *corpus* do estudo envolveu a formação e o exercício profissional de assistentes sociais formados por escolas da região do Triângulo Mineiro no período de 2006 a 2009. Esse recorte temporal atende aos critérios da pesquisa, quais sejam: os sujeitos deverão ter a sua formação a partir da implantação efetiva das Diretrizes Curriculares em 2002 e o mínimo de dois anos de exercício profissional.

Considerando a amplitude da região do Triângulo Mineiro e a influência de algumas cidades no processo de formação e do exercício profissional do assistente social na região, o estudo foi desenvolvido em quatro cidades polos, a saber: Uberlândia, Uberaba, Patos de Minas e Ituiutaba. A escolha das cidades, palco da pesquisa, baseou-se na sua respectiva população e na quantidade de profissionais ali em atuação na época da pesquisa realizada, bem como a existência ou a proximidade de escolas formadoras de assistentes sociais.

Assim, ao compreender o processo de formação e a atuação destes profissionais nestes municípios, obteve-se um retrato mais próximo da realidade e contemplou-se toda a extensão geográfica dessa região.

A região escolhida para o estudo tem características peculiares. Uma delas se relaciona com sua geografia: apesar de estar situada no estado de Minas Gerais, não apresenta relevo acentuado, sendo predominante o planalto. Essa diferenciação aparece na própria economia, quando observa-se que o desenvolvimento por essas zonas não está ligado à mineração, como em outras regiões do estado: por aqui o desenvolvimento aconteceu por meio da agricultura, da pecuária e do setor de serviços. Em um estudo socioeconômico da região, Guimarães (2004, p. 3) esclarece:

[...] o caso particular da região do Triângulo Mineiro, cuja delimitação territorial de suas fronteiras, com certeza, é muito mais perceptível pela objetividade dos marcos geográficos naturais, representados pelo formato geométrico dos leitos fluviais dos rios Paranaíba e Grande, do que pelas características intrínsecas de sua formação socioeconômica, cuja integração com São Paulo e Centro-Oeste, ao mesmo tempo, ultrapassam os limites do território estadual e se dissociam das tradicionais características da formação socioeconômica das Minas Gerais.

Tanto é assim que esta fração de espaço do interior brasileiro, além de pertencer a Minas Gerais, foi parte também do estado de São Paulo no período compreendido entre 1720 a 1748 e do estado de Goiás, entre os anos de 1748 a 1816, para atender a interesses econômicos e políticos da época. Isto porque esta região foi rota de escoamento de mercadoria e de trânsito de pessoas do litoral paulista ao centro oeste brasileiro.

Destarte, essa localização privilegiada sempre colocou a região em evidência e possibilitou uma forma diferenciada de experimentar, tanto a ocupação espacial quanto o tipo de investimentos demandados. Esta peculiaridade permitiu, de certa forma, a criação de uma identidade própria mais cravejada de influências do entorno, a qual foi motivada pela migração de curta distância, atraída pelos aspectos do desenvolvimento que a nucleação regional apresentava.

Somente no século XIX, com o declínio da mineração nas regiões montanhosas de Minas, expandiu-se a exploração dessa riqueza para a região do Triângulo, com destaque para Desemboque, hoje Sacramento, com a mineração e Estrela do Sul, com o garimpo. Em virtude da existência de salitre na composição do solo e minas de água mineral, Araxá e Patrocínio constituíam-se em espaços importantes para a incipiente criação de bovinos. Assim pois, aconteceu o início do desenvolvimento dessa região, que por trazer no seu próprio nome o atributo de pertencer a Minas Gerais, com certeza, historicamente, ajuda a engrossar as variadas expressões das Gerais. O Triângulo justifica a famosa frase de que “Minas são muitas”.

Como este trabalho não tem o compromisso com a realização do estudo histórico da região, mas o apresenta como forma de situar o *lócus* da pesquisa, realiza-se aqui um salto histórico para chegar ao século XX, mais especificamente, a partir do seu terceiro quadrante. Neste período, quando todo o Brasil passava por um avanço desenvolvimentista, o Triângulo experimentou sua melhor fase com a construção de Brasília, DF, tornando-se definitivamente a principal rota rodoviária do Sudeste para o Brasil Central.

Neste período, uma nova dinâmica implantada na realidade local demandou altos investimentos em transporte e infraestrutura, melhorando significativamente esses serviços públicos na região. Essa característica, ao mesmo tempo em que exigia investimentos públicos e/ou de iniciativa privada externa, motivava também os empreendedores locais a se arriscarem. Estes fatos contribuíram para que,

posteriormente, eles se transformassem em grandes grupos empresariais, conhecidos em todo o Brasil.

É possível afirmar que a partir desse contexto, a região encontrou seu próprio caminho para o crescimento, o qual foi sedimentado na agropecuária e na agricultura de ponta e mais recentemente, nos serviços, com destaque para as telecomunicações, para o setor atacadista e de distribuição de mercadorias.

Esse novo cenário de desenvolvimento da região propiciou também a inclusão do Serviço Social, com a fundação da primeira escola dessa região em Uberlândia no ano de 1975. A Faculdade de Serviço Social de Uberlândia (FASSU), foi idealizada por um grupo de empresários locais e, apresentando como mantenedora a Associação Brasil Central de Educação e Cultura (ABRACEC). Essa instituição, hoje pertencente ao grupo Universo e com o nome de Centro Universitário do Triângulo (UNITRI), constituiu-se na terceira maior escola formadora de assistentes sociais em Minas Gerais.

Antes da faculdade de Uberlândia, o Estado de Minas Gerais contava com a Escola de Serviço Social de Minas Gerais, hoje Escola de Serviço Social da PUC Minas, fundada 1946 em Belo Horizonte⁷ e com a Escola de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, que iniciou suas atividades em 1958, sendo até 2007 a única faculdade de Serviço Social de natureza pública do estado.

Portanto, a grande maioria dos(as) assistentes sociais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba tiveram, até o limiar dos anos 2000, uma única escola de formação, localizada na cidade de Uberlândia e oriunda da iniciativa privada. Esses elementos juntos, quais sejam: localização, única opção e características da escola; obviamente tiveram reflexos no acesso e na qualidade do ensino.

Neste contexto, não há dúvidas de que um grupo de profissionais docentes, munidos de determinação e entusiasmo pela profissão mantiveram, dentro das condições materiais estabelecidas, a qualidade da formação de bons quadros de profissionais que, com seu trabalho, construíram a identidade da profissão na região.

⁷ A Escola de Serviço Social da PUC MINAS foi fundada em 1946, dez anos após a Escola de Serviço Social de São Paulo. Porém, foi a primeira no país a ser reconhecida pelo ministério da Educação em 1955. Segundo levantamento histórico da professora Yara M. Frizzera Santos em PUC minas serviço social.wordpress.com. A PUC Minas também foi palco do primeiro estudo com clara inspiração marxista. Movimento gestado de 1972 a 1975 com repercussão em 1980 conhecido como Método de Belo Horizonte. Essa perspectiva renovadora foi chamada por Paulo Netto (1991, p. 247) de "intenção de ruptura". Proposta bem mais marcante e significativa em relação às vertentes anteriores com esse propósito.

Assim sendo, tais profissionais promoveram o desenvolvimento de atividades profissionais e ampliaram os espaços ocupacionais do Serviço Social na área de influência dessa Unidade de Formação Acadêmica.

Nos trinta anos em que cumpriu o pioneirismo e a exclusividade na formação dos(as) assistentes sociais na região, essa instituição de ensino proporcionou a consolidação e uma marca do Serviço Social nesse espaço geográfico brasileiro. Posteriormente, com a abertura de novas frentes de formação em outras instituições na região, muitos(as) dos(as) assistentes sociais que ocuparam a docência são egressos do quadro de formandos e carregam o timbre dessa instituição em seus diplomas de graduação, embora agora, já detenham certificados de pós graduação de outras escolas bem mais conhecidas.

No final da década de 1990 e início dos anos 2000, com a expansão do ensino superior, acompanhando o avanço da política neoliberal, outras instituições, ainda particulares, passam a ofertar novos cursos de Serviço Social na região.

No início do século XXI, com o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), criado em 2007 pelo governo federal, foram ofertados dois cursos de Serviço social em instituições públicas de ensino superior, sendo um em Uberaba/MG, na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), em 2008, e, outro em Ituiutaba em 2009, no Campus da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), instalado naquele município.

Com essas novas oportunidades de formação profissional presencial, somada à implantação dos cursos na modalidade de Educação a Distância (EaD), essa mesorregião, assim como o país como um todo, assume uma nova configuração na formação dos(as) assistentes sociais.

Este estudo visa justamente conhecer a compreensão desses profissionais, originários de uma formação regional e atuação no âmbito das escolas, das quais são oriundos, quanto ao Projeto Ético Político do Serviço Social de uma forma bastante direta, ou seja, por meio das suas práticas profissionais e de sua relação com os princípios do Código de Ética do Assistente Social.

Para tanto, foram utilizadas as informações contidas na delimitação do CRESS/MG, para a Seccional localizada em Uberlândia, que compreende 121 municípios, contemplando o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, para definição dos sujeitos do estudo. O mapa abaixo ilustra a organização das microrregiões do Triângulo Mineiro.

Figura 3 - Divisão das Microrregiões do Triângulo Mineiro



Fonte: AS 10 MAIORES..., online.

Dentre esses 121 municípios é notório que algumas cidades se sobressaíam às demais e exerçam influência na micro região em que estão localizadas. De um modo geral, exerce esse papel aquelas que possuem a maior aglomeração urbana. Assim, visualizando a região, em toda a sua extensão, escolheu-se como cidades polo para esta pesquisa:

a) no pontal do triângulo, a cidade de Ituiutaba, com 97.171 habitantes;

b) na área central, a cidade de Uberlândia com 604.013 habitantes e a cidade de Uberaba com 295.988 habitantes, completando o espaço geográfico de abrangência da região;

c) no Alto Paranaíba, a cidade de Patos de Minas com 138.710 habitantes⁸. Visando contemplar a proporcionalidade na amostra, utilizou-se o critério de um profissional para cada 100.000 habitantes. Assim, chegou-se a 11 sujeitos, sendo 01 em Ituiutaba, 06 em Uberlândia, 03 em Uberaba e 01 em patos de Minas.

Como critério de inclusão na pesquisa, foi estabelecido que poderiam participar profissionais graduados após a implantação definitiva das diretrizes curriculares de 2002, logo, formados a partir de 2006. Outro critério foi a exigência de que tais profissionais tivessem no mínimo dois anos de exercício profissional, tempo suficiente para identificar possibilidades e limitações do espaço profissional.

⁸ Dados populacionais conforme divulgação do censo 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

2.3 Os instrumentos de coleta, sujeitos do estudo e análise de dados

Como instrumento de coleta de dados, foi utilizada a análise documental em documentos nacionais relacionados com o Projeto Ético Político do Serviço social, legislação na área da Assistência Social e da formação do assistente social. No início do estudo, foi realizado um mapeamento do campo legal, na busca por elementos que possibilitaram a compreensão das expressões dos princípios fundamentais do Código de Ética no exercício profissional dos sujeitos do estudo.

Foi utilizada também a entrevista semiestruturada com os sujeitos selecionados para o estudo. A escolha pela entrevista semiestruturada justificou-se por ser esta uma técnica que possibilita ampliar o campo de análise na medida em que permite, a partir das respostas dos sujeitos, colocar outras perguntas e, assim valorizar e alargar as possibilidades de análise da questão em investigação.

Buscando contemplar proporcionalmente o universo de profissionais nas cidades de Uberlândia, Ituiutaba, Patos de Minas e Uberaba, foram realizadas entrevistas semiestruturadas envolvendo 01 profissional a cada 100.000 cem mil habitantes. Para contemplar essa amostragem preestabelecida foram entrevistados 11 profissionais na região. Como critério para seleção destes sujeitos foi considerado:

a) **formação acadêmica** posterior à implantação definitiva das Diretrizes Curriculares em 2002, portanto, concludentes a partir de 2006;

b) **atuação profissional** de no mínimo dois anos no mesmo local de trabalho. Portanto, o sujeito deveria possuir vínculo empregatício com a mesma instituição desde, pelo menos, o ano de 2009, tempo suficiente para que, no exercício profissional, ele conheça e estabeleça as possibilidades e as limitações do seu espaço ocupacional.

A seleção dos sujeitos da pesquisa ocorreu a partir de uma relação de filiação no CRESS 6ºR – Seccional Uberlândia - e, posteriormente, e individualmente, o pesquisador buscou sensibilizar os profissionais para a relevância do estudo proposto.

A organização das questões que compõe o roteiro para as entrevistas referendou-se nos princípios éticos da profissão, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 - Quadro definidor dos elementos articuladores do estudo

Diretrizes	Princípios do Projeto Ético Político	Questões da entrevista
Relação: profissional x sociedade	Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos direitos sociais;	Qual o seu entendimento sobre as expressões autonomia e emancipação? Cite alguns exemplos que ilustrem sua argumentação
	Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo.	Em quais parâmetros você baliza a sua relação com os usuários dos serviços? Por quê?
	Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e político das classes trabalhadoras.	Qual é a sua concepção e operacionalização dos critérios de atendimento?
	Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da e da riqueza socialmente produzida.	Como você define democracia? No seu trabalho cotidiano como se materializa esse conceito?
	Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores.	Participa ou tem conhecimento de movimentos de reivindicação de direitos organizados por outras profissões?
Relação profissional X usuários dos serviços	Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;	O que entende por qualidade dos serviços prestados?
	Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;	Como se posiciona em situações em que as diferenças individuais, sejam pessoais ou profissionais, se manifestam no seu cotidiano?
	Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;	Qual ou quais foram as últimas leituras que fez de obras do Serviço Social e quando foi? Quais são suas iniciativas de aprimoramento intelectual e profissional?
Exercício profissional x afinidade com a direção política da Profissão	Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;	Qual sua definição de pluralismo?
	Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação - exploração de classe, etnia e gênero;	O que acha dos documentos e manifestos divulgados pelas entidades representativas da profissão?
	Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social,	Como se relaciona com os diversos grupos de usuários dos serviços?

	gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física.	
--	---	--

Fonte: Elaboração de Pedro Alves Fernandes

Para a análise de dados foram criadas categorias de análise compreendendo/atendendo aos princípios fundamentais do Código de Ética da Profissão, de forma a relacionar esses princípios com os depoimentos referentes à atuação profissional dos sujeitos da pesquisa, sempre buscando agrupar e analisar por afinidades e divergências presentes.

Com o objetivo de resguardar a identidade dos sujeitos participantes da pesquisa, foram os mesmos renomeados com codinomes. Na escolha desses codinomes, prestou-se uma homenagem aos teóricos do Serviço Social brasileiro, que em todas as regiões do país, defendem, divulgam e dão sustentabilidade teórica ao Projeto Ético Político. Assim, nesse exercício de nomes verdadeiros que se tornam codinomes, pensou-se em promover a simbiose necessária entre teoria e prática rumo à práxis profissional.

Nesse “novo batismo” das entrevistadas, buscou-se contemplar todas as regiões do Brasil, pois nelas encontram-se os nomes de referência para o Projeto profissional e para a categoria.

Desta forma, reconhecendo que em cada região existem vários intelectuais dessa profissão foram escolhidos alguns, ficando assim a representatividade por região:

- a) **Sudeste:** Marilda Iamamoto Vilela Iamamoto, José Paulo Netto, Carmelita Yazbek, Maria Lúcia Silva Barroco e Claudia Mônica dos Santos;
- b) **Sul:** Berenice Rojas Couto Rojas couto e Regina Celia Tamaso Mito;
- c) **Centro Oeste:** Ivanete Boschetti;
- d) **Nordeste:** Beth Mota Mota e Marina Maciel e;
- e) **Norte:** Joaquina Barata.

Após essa definição os nomes foram sorteados aleatoriamente entre os sujeitos da pesquisa.

Esse intercâmbio de nomes tem alguns objetivos acadêmicos, quais sejam:

- I. uma demonstração panorâmica da pulsação do Projeto em todos os recantos do país;
- II. o reconhecimento e a demonstração da unicidade entre “teóricos e práticos” do Serviço Social e;

- III. uma dupla homenagem aos assistentes sociais que escrevem e “são lidos” e os colegas que leem e buscam vivenciar a teoria na prática cotidiana dos seus espaços ocupacionais.

Em seguida, houve a caracterização dos sujeitos do estudo que se encontram ilustrados no quadro a seguir:

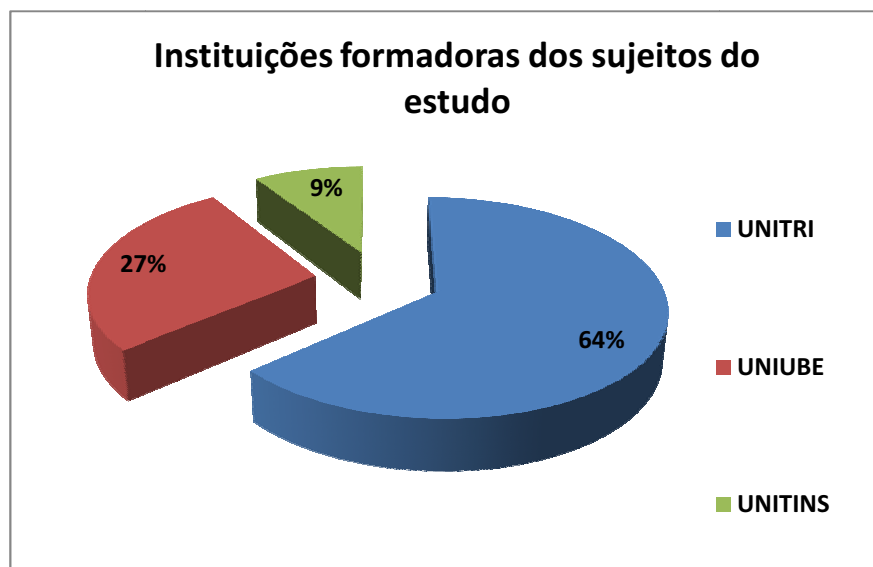
Quadro 2 - Demonstrativo do perfil dos(as) assistente sociais, sujeitos da pesquisa

Sujei-os	Área de atuação	Idade	Sexo	Ano de Formação	Instituição	Tempo de atuação profissional	Pós-graduação	Codiname
01	Assistência Social e Docência EAD	28	F	2007	UNITRI	05 anos	Gestão de Políticas Públicas e Trabalho Social com Famílias	Berenice Rojas Couto
02	Educação assistência ao estudante	33	F	2008	UNITRI	04 anos	Gestão de Políticas Públicas	José Paulo
03	Saúde UBS	40	F	2008	UNITRI	2,5 anos	Gestão Pública Municipal	Regina Mioto
04	Saúde – PSF	37	F	2008	UNITR	03 anos	Gestão pública municipal	Marina Maciel
05	Assistência CREAS	42	F	2006	UNITRI	06 anos	Trabalho Social com Famílias	Beth Mota
06	Saúde Doação de órgãos e educação	26	F	2008	UNITRI	03 anos	Trabalho social com Famílias	Carmelita Yazbek
07	Saúde hospital	28	F	2007	UNIUBE	04 anos	Trabalho Social com Famílias	Marilda lamamoto
08	Saúde mental	29	F	2007	UNIUBE	05 anos	ABEPSS / CFESS	Lúcia Barroco
09	Saúde PSF	38	F	2009	UNITRI	03 anos	Trabalho Social com Famílias	Joaquina Barata
10	Assistência CREAS	53	F	2009	UNITINS	03 anos	03 especializações	Cláudia Mônica
11	Saúde do Trabalhador	50	F	2007	UNIUBE	03 anos	02 especializações	Ivanete Boschetti

Fonte: Elaboração de Pedro Alves Fernandes, coletados nos registros do CRESS/MG. 6ª região

Para o melhor entendimento do perfil da amostra, apresenta-se a seguir, algumas representações gráficas do perfil desses sujeitos, como uma primeira fase para analisar as características das assistentes sociais participantes da pesquisa.

Gráfico 1 – Demonstrativo das instituições de formação dos sujeitos do estudo

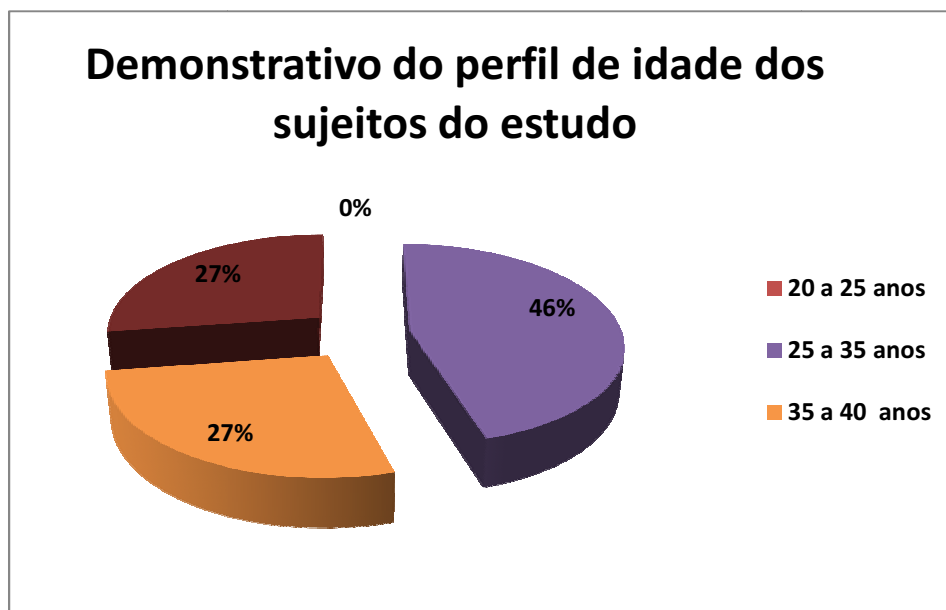


Fonte: Elaboração de Pedro Alves Fernandes, dados coletados nos registros do CRESS/MG. 6ª região.

Em relação às Unidades de Formação Acadêmica (UFAs), verifica-se que a maioria, qual seja, 64% dos sujeitos do estudo são oriundos da Unitri, na cidade de Uberlândia, 27% se qualificaram na Uniube, na cidade de Uberaba e 9%, representando o ensino a distância, obteve sua formação via Unitins.

Na análise dos dados constatou-se que 100% dos entrevistados com origem no ensino presencial, são oriundos de escolas particulares da região, enquanto que o restante vem de uma instituição mantenedora do ensino a distância, mas com presença nacional. Esses dados corroboram com outros estudos comprobatórios de que 82% dos cursos de Serviço Social no Brasil, são ligados a UFAs particulares (IAMAMOTO, 2010, p. 438) ao mesmo tempo em que sinaliza para a entrada nos espaços ocupacionais dos assistentes sociais formados na EaD.

Gráfico 2 – Demonstrativo do perfil de idade dos sujeitos do estudo

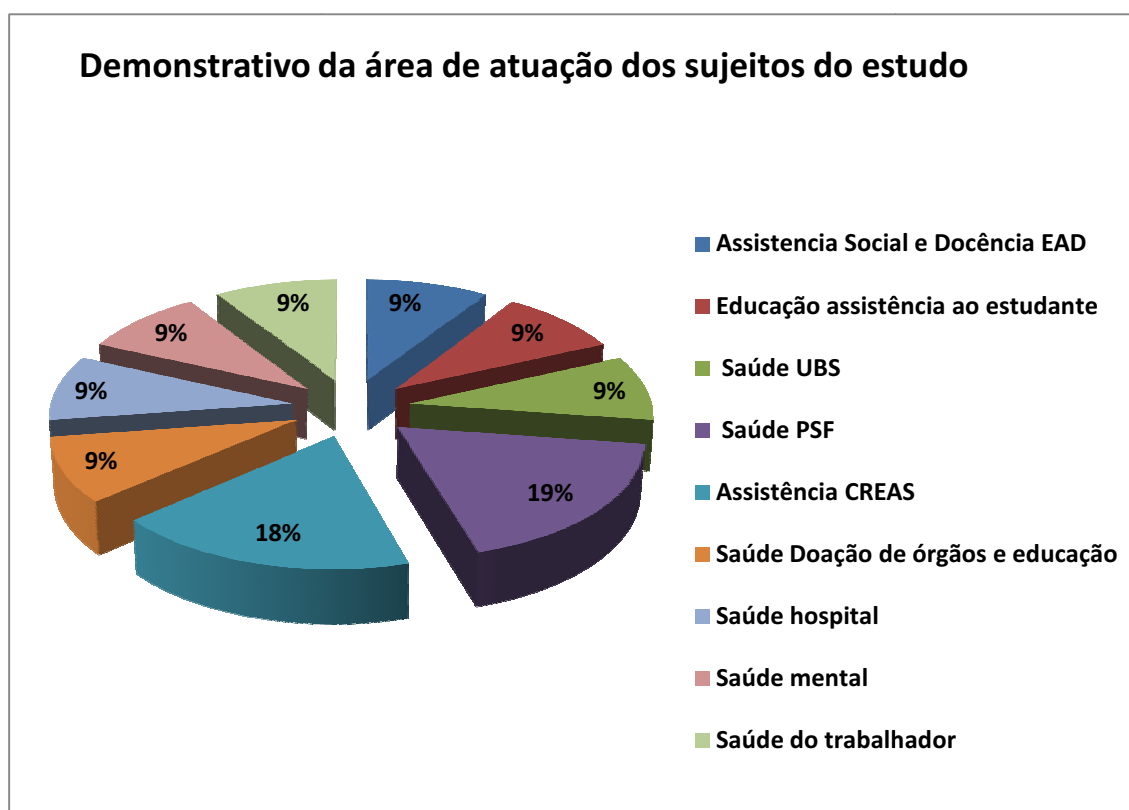


Fonte: Elaboração de Pedro Alves Fernandes, dados coletados nos registros do CRESS/MG. 6ª região.

O fator idade dos sujeitos da pesquisa também foi investigado, verificando-se que 100% estão no auge da chamada idade produtiva na medida em que a faixa etária tem variação entre 26 a 50 anos, com vantagem para aqueles que se enquadram nos parâmetros de 25 a 35 anos.

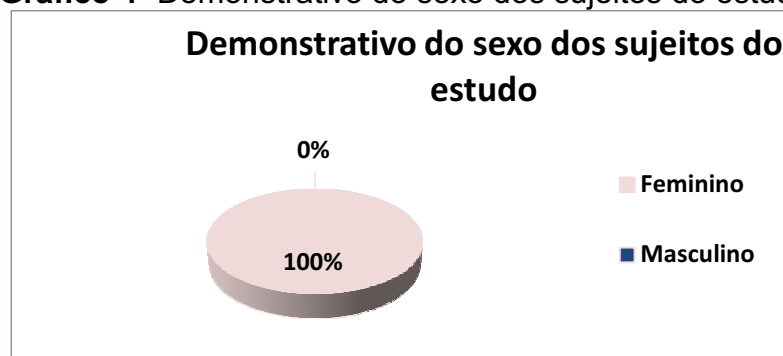
Verifica-se ainda que a soma das idades acima dos 35 anos é bastante significativa e oferece elementos para confirmar, o que já se observava de forma empírica, que a ampliação do acesso ao ensino superior, com a expansão de cursos, sejam presencial e/ou a distância, tem possibilitado a formação profissional àqueles que se encontravam há algum tempo fora dos espaços da educação formal.

Contudo, não há o objetivo, neste tópico, de qualquer reflexão ou discussão acerca da ampliação do acesso X qualidade do ensino, por não ser o foco desse estudo.

Gráfico 3 – Demonstrativo da área de atuação dos sujeitos do estudo

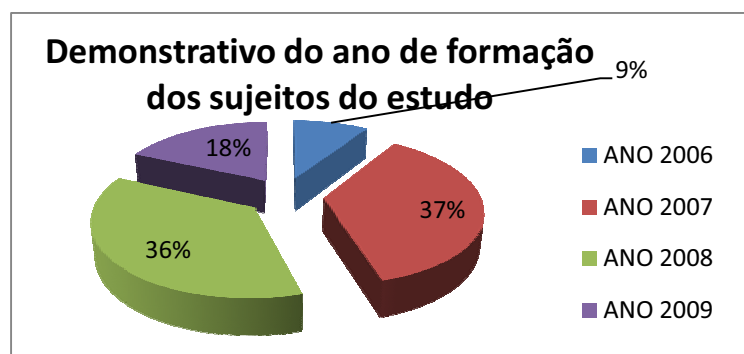
Fonte: Elaboração de Pedro Alves Fernandes, dados coletados nos registros do CRESS/MG. 6ª região.

Quanto à área de atuação, percebe-se a predominância do espaço ocupacional na Política de Saúde em seus vários segmentos, devidamente acompanhado pela política de Assistência Social. Verificamos também a existência de profissionais que acumulam empregos, podendo caracterizar tanto o reflexo da conquista das 30hs semanais, como também a precarização das relações de trabalho, inclusive no exercício da docência. Entendemos que, em virtude de sua relevância para o exercício da profissão, tal constatação merece estudos mais aprofundados.

Gráfico 4- Demonstrativo do sexo dos sujeitos do estudo

Fonte: Elaboração de Pedro Alves Fernandes, dados coletados nos registros do CRESS/MG. 6ª região.

Em se tratando do sexo dos entrevistados, constata-se 100% é do sexo feminino, comprovando, mais uma vez, a predominância das mulheres em atuação no Serviço Social, o que caracteriza a divisão sexual do trabalho. Tal verificação ratifica estudos (censo INEP/MEC, 2003) de que o curso de Serviço Social lidera entre os de maior percentual feminino, representando 93,8% de matrículas, conforme relata (IAMAMOTO, 2010, p. 446-447).

Gráfico 5- Demonstrativo do ano de formação dos sujeitos do estudo

Fonte: Elaboração de Pedro Alves Fernandes, dados coletados nos registros do CRESS/MG. 6ª região.

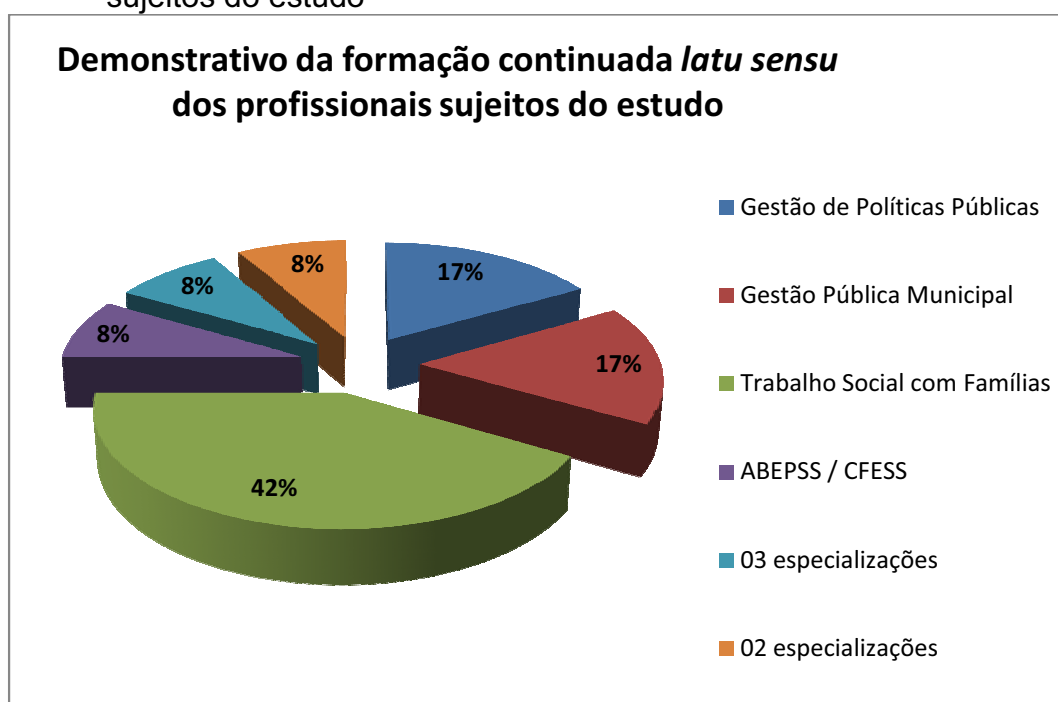
Quanto ao ano de formação, percebe-se uma maior concentração em 2007 e 2008, tendo representantes também em 2006 e 2009. Dessa forma, o recorte temporal estabelecido para este estudo foi atendido.

Estes dados evidenciam também que este grupo participou de forma indireta, durante sua formação, das discussões do Projeto Ético Político do Serviço Social. São conhecedores, portanto, de seus princípios, os quais estão distribuídos nos currículos de maneira transversal, em diferentes componentes curriculares.

Gráfico 6 - Demonstrativo do tempo de atuação profissional dos sujeitos do estudo

Fonte: Elaboração do próprio pesquisador, dados coletados nos registros do CRESS/MG. 6ª região.

O segundo critério adotado para seleção dos sujeitos da pesquisa, qual seja, o tempo mínimo de 2 anos de atuação profissional também foi cumprido, com maior ênfase em três anos. Pode-se concluir desse gráfico, em comparação com o anterior, que o ingresso no mercado de trabalho, para os sujeitos da pesquisa, aconteceu logo em seguida à conclusão do curso. Tal fato aponta, portanto, para certo aquecimento na empregabilidade do assistente social.

Gráfico 7- Demonstrativo da formação continuada *latu sensu* dos profissionais sujeitos do estudo

Fonte: Elaboração de Pedro Alves Fernandes, dados coletados nos registros do CRESS/MG. 6ª região.

Em relação à pós-graduação, verifica-se que 100% dos sujeitos da pesquisa deram continuidade à sua formação, qualificando-se de acordo com as demandas apresentadas no campo de trabalho e/ou aproveitando as oportunidades oferecidas pelas instituições, sendo que alguns possuem mais de uma especialização. Percebe-se que a especialização Trabalho Social com Famílias assume destaque, sendo cursada por 42% dos sujeitos do estudo. A opção por cursá-la pode ter ocorrido em função de temática se constituir como uma das exigências das políticas de Assistência Social e de Saúde, seja via Centro de Referência da Assistência Social (CREAS) e/ou Programa de Saúde da Família (PSF).

Pode-se concluir, a partir dessa amostra, que os profissionais da região pesquisada estão sintonizados, via o aprimoramento intelectual, com o Projeto Ético Político da profissão no que diz respeito à busca da qualidade dos serviços prestados à população, na perspectiva da competência profissional.

Realizada essa análise panorâmica do perfil dos participantes da pesquisa, é possível afirmar que os assistentes sociais da região do Triângulo Mineiro possuem características bastante próximas e/ou semelhantes ao que já foi anteriormente estudado em relação à profissão no Brasil. Assim, este estudo ganha legitimidade na medida em que representa com bastante propriedade os assistentes sociais de todo o país.

O capítulo seguinte, que representa o foco principal desse estudo, apresentará a voz dos sujeitos e a interpretação das mesmas com base no que é denominado Projeto Ético Político do Serviço Social brasileiro.

CAPÍTULO 3

DESVENDANDO A REALIDADE: os encontros e desencontros dos profissionais com o seu Código de Ética

O fim da ação educativa é desenvolver no indivíduo e no grupo a capacidade de analisar criticamente a sua realidade; de decidir ações conjuntas para resolver problemas e modificar situações; de organizar e realizar a ação, e de avaliá-la com espírito crítico. (SÃO PAULO, 1988, p. 37).

Nesse capítulo, será realizada a análise das manifestações colhidas por ocasião deste estudo. A tomada de depoimento dos sujeitos ocorreu por meio da entrevista semiestruturada, como instrumento de captação dos dados. A opção por este instrumento aconteceu por este alinhar-se com a proposta do estudo, que vislumbrava como um de seus horizontes possibilitar as condições para que cada profissional, sujeito do estudo, pudesse se posicionar livremente sobre os princípios do Código de Ética (CE) do(a) Assistente Social, bem como, sobre as estratégias reais e possíveis da sua operacionalização no cotidiano profissional.

Para tanto, mais do que uma análise teórica desses depoimentos buscou-se conhecer como acontecem as relações profissionais nos espaços ocupacionais do assistente social, sejam elas com as instituições, com os usuários e/ou com a sociedade e, ainda, compreender os possíveis dilemas que essa relação possa gerar.

Assim, neste capítulo, aparecerá mais a voz dos sujeitos do que a do pesquisador, o qual, por sua vez, intervirá como mediador de uma conversa/diálogo. A sua função nesse processo será, em última análise, a de avaliar o fazer profissional, fundamentado e confrontado com o Projeto Ético Político do Serviço Social brasileiro, tomando como referência para este processo de reflexão, compreensão e análise o Código de Ética da Profissão.

Um dos caminhos possíveis para o entendimento da trajetória profissional do Serviço Social no Brasil é a verificação da evolução dos seus Códigos de Ética. Em se tratando de Projeto Ético Político Profissional (PEPP), será utilizado como parâmetro de análise nesse estudo, o Código em vigor desde 1993, que, assim como o de 1986, foi um desdobramento do referido Projeto.

O Projeto Ético Político do Serviço Social foi plasmado no bojo do Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano, tendo considerado e

conservado, contudo, a sua particularidade brasileira. Assim, é possível identificar-se, historicamente, o PEPP sendo gestado no caldo sócio político cultural da sociedade brasileira do final do regime autoritário no início da redemocratização nas décadas de 1980 e 1990. Como relata Iamamoto (2010, p. 223):

[...] o projeto do Serviço Social brasileiro é historicamente datado, fruto e expressão de um amplo movimento de lutas pela democratização da sociedade e do Estado no País, com forte presença das lutas operárias que impulsionaram a crise da ditadura do grande capital. Foi no contexto de ascensão dos movimentos das classes sociais, das lutas em torno da elaboração da Carta Constitucional de 1988 e pela defesa do Estado de Direito, que a categoria de assistentes sociais foi sendo socialmente questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil e não ficou a reboque desses acontecimentos.

Esse movimento, tendo como palco a realidade e como protagonista a sociedade brasileira, impulsionou o Serviço Social, assim como outras categorias, a um salto de qualidade no sentido de uma renovação crítica, avançando tanto na formação e na prática profissional quanto na representação política da profissão.

Essa nova configuração social apresentou-se como terreno fértil para a renovação, o desenvolvimento e a consolidação de novos aparatos legais da profissão. Nesse período, destaca-se a elaboração e aprovação das diretrizes curriculares do curso de Serviço Social (ABEPSS, 1996; MEC-SESu/CONESS, 1999), a reformulação da lei de regulamentação da profissão (Lei n. 8662/93) e a atualização do Código de Ética do Assistente Social de 1993. “Portanto, esse projeto profissional é fruto da organização social da categoria e de sua qualificação teórica e política, construído no embate entre distintos projetos de sociedade que se refratam no seu interior.” (IAMAMOTO, 2010, p. 224).

Portanto, para a análise dos dados coletados e trabalhados neste estudo, parte-se do entendimento de que o Código de Ética Profissional do Assistente Social constitui-se no principal direcionador e no mais robusto sustentáculo do Projeto Profissional da categoria. Tal entendimento só será possível mediante a compreensão do desdobramento dos onze princípios fundamentais elencados no documento, que se complementam e dão objetividade e concretude ao seu núcleo. Senão, vejamos:

- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação exploração de classe, etnia e gênero;
- Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;
- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física. (CFESS, 1997, p. 17-18).

Além dos instrumentos legais, outra dimensão importante para a manifestação do projeto profissional, são os espaços ocupacionais da profissão. Neste sentido, é necessário ultrapassar o campo discursivo, expresso nos documentos, para o fazer profissional cotidiano.

A ética marxista é uma *práxis*, não pode existir sem uma realização prática sem se realizar na prática de algum modo. Mesmo elaborada com base nos princípios teóricos de Marx, uma ética que se limita a contrapor-se passivamente ao atual mundo manipulado não passará de uma nova expressão, contemporânea, da “consciência infeliz”. (HELLER, 1985, p. 121).

Destarte, o estudo em tela buscou verificar a compatibilização entre os princípios fundamentais do Código de Ética dos Assistentes Sociais e a prática profissional desses sujeitos. Entendendo esses princípios como a principal diretriz da atuação profissional, convém investigar o sentido e/ou a compreensão que os

assistentes sociais lhes atribuem, no cotidiano da prática profissional, espaço real e “laboratório” para a experimentação dos determinantes éticos na vivência das relações sociais.

Para tanto, os onze princípios medulares do Código de Ética dos Assistentes Sociais, precisam ser analisados conjuntamente, considerando o fato de que se complementam e se articulam, oferecendo um caráter de coerência e de totalidade ao seu texto. Assim, parte-se dos mais amplos valores para os seus derivantes, entendendo que alguns princípios são determinantes de outros. Esse nexos causal foi anunciado na apresentação do código de 1993, quando diz:

Reafirmando os seus valores fundantes – a liberdade e a justiça social – articulou-os a partir da exigência democrática: a democracia é tomada como valor ético político central, na medida em que é o único padrão de organização político-social capaz de assegurar a explicitação dos valores essenciais da liberdade e da equidade. (CFESS, 1997, p. 15).

Observa-se, então, que a liberdade e a democracia ao se articularem mutuamente assumem a forma de viabilização da emancipação humana, que, por sua vez é o valor mais central do CE (BARROCO; TERRA, 2012).

3.1 O Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais

Esse conceito de liberdade difere daquele presente no liberalismo e que remete-nos ao individualismo e/ou se limita ao livre arbítrio das decisões individuais. A liberdade tratada aqui é aquela que ocorre a partir da construção coletiva, na qual a liberdade de um depende da liberdade de todos, diferentemente daquela propalada no jargão popular de que “*a sua liberdade vai até onde começa a do outro*”.

Desta forma, a proposta de liberdade do PEPP do Serviço Social colide com o projeto capitalista que limita a liberdade a aspectos formais e jurídicos. Considera-se, aqui, um conceito de uma liberdade que demanda outros valores como: autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais. Assim, fala-se da

“[...] liberação das formas de opressão que impedem a livre manifestação das capacidades e potencialidades humanas.” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 63).

Igualmente, ao tratar da emancipação, o Código de Ética está se referindo à plena emancipação humana e não tão somente da sociopolítica, porém, entendendo-a como pré-requisito para conquistas emancipatórias. Como resultado desta compreensão, encontra-se a intransigente defesa, por parte da categoria, de direitos sociais como possibilidade de construção de uma nova sociedade com base na equidade.

No início da conversa com os sujeitos da pesquisa, buscava-se identificar aspectos da emancipação, presentes na prática profissional desses profissionais. Foi possível verificar nos depoimentos dos(as) assistentes sociais entrevistados uma compreensão desse impasse entre emancipações, na medida em que percebem que o seu trabalho profissional não é determinante da emancipação humana, mas oferece contribuições significativas nessa empreitada. Algumas falas ilustram claramente essa compreensão, com um conceito mais amplo:

A autonomia, eu vejo, como uma forma de respeito à escolha do sujeito, quando se faz uma intervenção e algum tipo de orientação fica a critério do sujeito em seguir ou não aquela orientação. A questão da emancipação do sujeito, a gente tem dificuldade de definir de qual emancipação estamos falando, eu penso que a questão da emancipação humana, na sociedade capitalista ela não é possível, então, você não tem como ter. Agora, a emancipação política do sujeito, que a gente poderia considerar, dentre elas, a questão da ocupação dos espaços democráticos da sociedade, ela é uma coisa totalmente viável a partir da intervenção profissional, eu penso que um dos caminhos da nossa intervenção profissional é a questão da emancipação política dos sujeitos, caminhar nessa direção (codinome Lúcia Barroco).

No meu entendimento é exatamente o efetivo exercício da cidadania, e o que significa isso? Primeiro o cidadão se perceber como cidadão, é nesse sentido que eu entendo, eu penso que temos um longo trabalho pela frente, porque o usuário não se apercebeu ainda de que forma ele pode exercer essa cidadania em que instâncias ele vai ter verdadeiramente voz, ele começa, já a algum tempo, a saber dos direitos, alguns. Mas ele não sabe de coisas essenciais em questão de direito, posso citar um exemplo, na saúde; a maioria dos usuários com os quais eu converso não sabe; por exemplo, que é direito dele ter acesso às informações do prontuário. De cada dez pessoas que eu atendo, posso dizer com segurança que oito não sabem disso. É como se tivesse fora do alcance dele, são coisas extremamente básicas mas que fazem muita diferença na vida da pessoa (codinome Ivanete Boschetti).

É uma coisa assim bem complicada. Eu percebo que não existe muito essa questão, o sistema em si não deixa que o sujeito se emancipe, tudo é feito para ele estar tutelado, para continuar assim, aquela pessoa parece que quase estar ali sendo feito um favor, mas eu procuro, nos meus atendimentos, nas mínimas coisas sempre levar a pessoa a ter uma consciência naquilo que ela foi buscar, naquilo que é direito dela. Então, quando se fala em emancipação dos sujeitos eu acho essa liberdade mesmo, sua capacidade de raciocinar, de expressar e daí você escolher, fazer suas escolhas. Eu acho que a emancipação do sujeito é ter direito as suas escolhas e ter algumas garantias. Digamos assim, no caso, como nós pagamos impostos, nós temos garantias do próprio estado de nos devolver isso. De alguma forma a gente passa isso (condinome Regina Mito).

Quando eu penso em emancipação eu penso no sujeito livre pra tomar suas decisões, num sujeito consciente, [...], abster a família de poder tomar suas decisões? Ela tem o direito de doar ou não (os órgãos) (codinome Carmelita Yazbek).

Outras falas trazem uma concepção um pouco mais reduzida e/ou próxima do conceito de emancipação social e política nos marcos da sociedade burguesa:

Eu caracterizo que o assistente social contribui (para a emancipação) na medida em que ele faz a orientação para ir pro CAPS AD ou para um grupo qualquer de auto ajuda ou mesmo tratamento clínico. Na medida em que o paciente, adere esse tratamento, que ele está sendo acompanhado direitinho pelo assistente social que está trabalhando com ele, eu acredito que seja uma atuação do AS, do profissional para que esse paciente venha a se emancipar (codinome Marina Maciel).

Eu vejo o termo emancipação e autonomia tem o mesmo sentido, emancipou a família, a família conseguiu arrumar trabalho, o jovem conseguiu participar de algum curso conseguiu uma qualificação, a partir do momento que eles tem essa estrutura financeira (codinome Beth Mota).

Humm... não tenho uma definição de pronto dentro da realidade que eu estou. Mas, o entendimento do próprio ser humano a questão dos direitos dele (codinome Marilda Iamamoto).

Penso que (a atuação do assistente social) emancipa na medida em que ele é capaz de gerir sua própria vida, de errar menos. Eu acredito nisso porque, enquanto técnica quantos eu já atendi que tinha tudo pra ser autônomo e não conseguia ser, e através de estímulos, de orientações, de oferta ele acabou entendendo e assumindo essa autonomia, essa emancipação (codinome Cláudia Mônica).

Nos depoimentos dos(as) assistentes sociais percebe-se a preocupação com o Projeto Ético Político do Serviço Social, mas, verifica-se, também, a existência das

restrições impostas à sua efetivação pelas condições materiais oferecidas/presentes nos espaços ocupacionais. Por outro lado, evidencia-se ainda em alguns discursos, o estreitamento ou limitação da compreensão do conceito de emancipação, nos moldes em que nos aponta o Projeto profissional. Assim, pode-se averiguar a necessidade da construção de estratégias político profissionais, ou seja, a promoção de um apurado saber técnico profissional aliado à competência política.

3.2 Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo

Quanto à análise do segundo princípio fundamental do Código de Ética do Assistente Social, qual seja: *Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo*, depreende-se que o estabelecimento, pelo Código de Ética, da defesa dos direitos humanos como princípio fundamental, o insere nas discussões contemporâneas de defesa da vida.

Se este princípio for analisado sob o ponto de vista da negação e/ou da contradição, considera-se que o Código de Ética colocou esse tema em pauta para discussão, justamente em decorrência de sua ausência na sociabilidade humana. Em outras palavras, o fato de não ter assegurado os direitos humanos no impulsiona a lutar por sua concretização nas relações cotidianas. Nessa linha, a agressão a tais direitos aproxima-se da barbárie na medida em que representa o não reconhecimento das diferenças e a naturalização das desigualdades. Como assinala Barroco e Terra (2010, p. 64):

[...] os DH são, ao mesmo tempo, o resultado concreto do enfrentamento das diferentes formas de degradação da vida humana em curso por parte das classes, grupos e sujeitos desapropriados das condições sociais de existência, em diversas situações de violação de sua humanidade, por processos de discriminação, opressão, dominação e exploração.

As reivindicações por direitos humanos tem reflexos importantes em algumas profissões, especialmente naquelas que trabalham com as populações que sofrem essas agressões anteriormente citadas. Dentre os profissionais que atuam na linha de frente desses atendimentos, encontra-se o(a) assistente social, trabalhador que tem nas expressões da questão social a matéria prima do seu ofício. A dimensão

dessa temática para o Serviço Social está representada nas ações do Conselho Federal da profissão ao implementar uma política específica de Direitos Humanos, incorporando uma agenda permanente de debates e qualificação da discussão sobre o tema.

Também, nesta pesquisa, buscou-se informações quanto aos parâmetros balizadores das relações dos assistentes sociais com os usuários dos serviços operados por esses profissionais. Procurou-se conhecer o entendimento desses profissionais acerca dessa temática e como ela se apresenta no contato com os usuários, entendendo que parte desses usuários tem suas demandas relacionadas com a violação desses direitos.

Algumas falas apresentam o tom do estágio dessa discussão na profissão, denunciando a necessidade de aprofundamentos no debate, mesmo sabendo que, historicamente, a profissão vem estabelecendo forte vínculo com os movimentos de defesa dos Direitos Humanos:

É um ser humano, primeiro uma questão de respeito a questão da ética, é mais nisso, o parâmetro do respeito e da ética (codinome Regina Mito).

A estrutura do vínculo de respeito e de referência, eu o respeito dentro do espaço dele, da realidade dele, percebo e tento fazer a intervenção dentro da realidade em que ele está inserido sempre respeitando ele como indivíduo (codinome Beth Mota).

Então, eu entendo que os parâmetros se fundamentam muito no respeito e na liberdade, por exemplo (codinome Cláudia Mônica).

Essa necessidade do(a) assistente social desencadear, no seu espaço de trabalho, discussões e práticas qualificadas em relação aos Direitos Humanos, relaciona-se ao empreendimento de “[...] uma recusa e um combate nos espaços institucionais e nas relações cotidianas, diante de todas as situações que ferem a integridade dos indivíduos e que os submetem ao sofrimento, à dor física e à humilhação.” (PAIVA; SALES, 1996, p. 185).

Assim, é possível fazer frente a essa lógica perversa, estabelecendo uma postura que privilegie a cultura humanística e democrática, cumprindo, dessa forma, os valores assinalados pelo Código de Ética da profissão.

O senso comum, muitas vezes, analisa questões relacionadas aos direitos humanos descoladas da realidade e atribuídas às pessoas de forma naturalizada e/ou imanente, sem considerar as condições materiais em que a vida acontece.

Essa compreensão carrega em si uma contradição, pois coloca a igualdade de acesso a direitos numa sociedade marcada pela desigualdade estrutural, com base na apropriação da riqueza produzida socialmente. O Projeto Ético Político do Serviço Social demanda dos assistentes sociais a superação dessa compreensão desprovida de teoria crítica.

3.3 Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; e defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida

O terceiro e o quarto princípio se complementam na articulação de dois valores que se misturam e são interdependentes em seus conceitos e em suas efetivações, a saber: *ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; e defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.*

O campo de atuação do(a) assistente social está diretamente vinculado à garantia de direitos; logo, justifica-se a sua estreita relação com a cidadania plena, entendida como a universalização dos direitos sociais, civis e políticos. Sem tais direitos, não haverá a efetivação desse conceito nos parâmetros do projeto societário ao qual o projeto profissional do Serviço Social está vinculado.

A direção hegemônica da profissão, portanto, aponta para um conceito de cidadania que ultrapassa a satisfação das necessidades básicas, tal como aquela referendada pela sociedade burguesa, principalmente, para os trabalhadores. Essa proposta liberal de cidadania traz a contradição em si, na medida em que não garante o acesso aos próprios direitos de cidadania. O que se percebe, portanto, é que tal proposta resulta na negação da sua própria existência, e/ou na criação de níveis de cidadania com base na condição social desses cidadãos, o que por si só, já significa a negação da cidadania de fato, contemplando-a apenas na retórica.

Para o entendimento dessa temática na atuação cotidiana do(a) assistente social, provocou-se a discussão no sentido de entender a forma de operacionalização dos critérios de acesso dos usuários aos serviços, que são restritivos aos direitos de cidadania. Na argumentação dos sujeitos percebe-se a adoção de alternativas, ainda que abarcadas pela relativa autonomia, mas que representam avanços na estratégia profissional rumo à efetivação do Projeto Ético Político do Serviço Social.

As estratégias são processos de articulação e mediação de poderes e mudança de relações de interesses, referências e patrimônios em jogo, seja pelo rearranjo de recursos de vantagens e patrimônios pessoais, seja pela efetivação de direitos, de novas relações ou pelo uso de informações. (FALEIROS, 2011, p. 76).

No diálogo com os profissionais entrevistados aparecem fragmentos da análise teórica do autor, vivenciados na prática desses sujeitos:

Tem muitos casos que não paramos na análise só do documento e não decidimos sozinha, discutimos em grupo, com a equipe de serviço social pra conceder ou negar o benefício. Em algumas situações, por exemplo, situação de crise familiar, situação de desemprego ou instabilidade por auxílio doença ou de instabilidade por separação recente ou por morte... Acho que tem que haver sim essa autonomia essa possibilidade de flexibilidade (codinome José Paulo).

Tem hora que precisamos falar, olha você faz assim. Você instrui a pessoa bastante de uma forma que ela tome consciência de algumas coisas, as vezes tem que ir sim contra o que está imposto porque se não, tem momentos que você não vai conseguir fazer o trabalho, ser realmente um agente (codinome Regina Mito).

Tem a lei de avaliação do benefício social dentro da Lei orgânica da Assistência Social que é um quarto do salário mínimo. Mas aqui dentro do CRAS eu costumo dizer que o assistente social está para romper, quebrar paradigmas e avaliar a situação da família e a necessidade dela naquele momento, conceder ou não o benefício, mas não com regras delimitadas especificamente fechadas em leis não, é de acordo com o olhar da profissional. Ele que está dentro da casa da família e tem condição de dizer se essa família realmente precisa ou não. Tem essa autonomia de conceder ou não, nós somos obrigados a ter esse olhar (codinome Beth Mota).

Eu sigo os instrumentais, mas procuro sempre colocar o meu parecer ali. Por exemplo, um critério de renda, às vezes, a renda da pessoa é alta, mas consome muito remédio, gasta com aluguel, está passando por alguma dificuldade que é momentânea, eu tento usar isso, não gosto de questões fechadinhas, geralmente tem as linhas onde eu

escrevo e coloco o meu parecer. A gente tem esse olhar reflexivo eu acredito no meu trabalho nesse sentido. Eu não estou ali para tirar o direito nem para passar a mão na cabeça de ninguém, mas temos esse olhar reflexivo, se precisa ou não, se é uma condição precária, momentânea que seja (codinome Carmelita Yazbek).

Os critérios são de exclusão, de seletividade, vão sempre na contra corrente do que preconiza a Política de Assistência. [...] e eu acredito que, esses critérios próprios que acabam tendo um caráter de exclusão, eles dificultam o acesso e por outro lado a gente percebe a judicialização dos direitos. [...] Você acaba tendo que encaminhar o caso para o Ministério Público, o que era direito só acontece quando judicializado. [...] A maioria dos casos que a gente acompanha acaba tendo que judicializar pra pessoa ter acesso. Se procura o MP em um dia você resolve e se não judicializa o paciente morre, não tem outro jeito, você vê a pessoa morrer esperando na fila (codinome Lúcia Barroco).

Percebe-se, nas falas, um inconformismo com as limitações quanto ao acesso aos direitos dos usuários e as várias possibilidades criadas a partir da intervenção profissional. Obviamente trata-se de uma ação micro dentro do contexto macro, já que não se pode tributar exclusivamente ao assistente social a responsabilidade pela mudança de estruturas. Para que isso ocorra, e como o próprio Código de Ética prevê, deverá ocorrer a articulação com outros segmentos da sociedade que também encampem um projeto societário alternativo ao existente.

Nessa mesma perspectiva de análise, a democracia assume significados distintos no Projeto Ético Político do Serviço social e no projeto da ordem liberal burguesa em vigor. Diretamente ligada e necessária à cidadania e à democracia que o Código de Ética coloca como princípio, traz consigo, enquanto condição para sua existência, a igualdade de acesso e de oportunidade para que todas as pessoas tenham direito ao trabalho e, por consequência, uma existência digna em relação à moradia, à saúde, à educação, ao lazer e à cultura. Trata-se, em última análise, de uma democracia que seja tributária da socialização da riqueza produzida via distribuição de renda. “Os obstáculos à democracia não inviabilizam a sociedade democrática. Pelo contrário. Somente nela somos capazes de perceber tais obstáculos e lutar contra eles.” (CHAUÍ, 1994, p. 435).

Ao alargar os conceitos de cidadania e de democracia, ultrapassando os limites da sociedade burguesa e tocando no ponto nefrágico do sistema, qual seja, a acumulação capitalista extraída da relação exploratória sobre a classe trabalhadora, a categoria está, na realidade, valorizando a importância da democracia e

colocando-a como um sistema possível para a concretização de valores como liberdade, equidade e justiça social, também presentes no Código de Ética Profissional.

Buscando conhecer a compreensão que se tem e os encaminhamentos que os profissionais oferecem à democracia por meio da relação com os usuários dos serviços, no território pesquisado, destacam-se algumas falas desses sujeitos:

Eu vejo a democracia como esta questão da participação em igualdade, até para ter esse equilíbrio todos dentro de um contexto ter essa participação garantida e efetiva independente da situação, do conhecimento da pessoa. No meu trabalho algumas questões eu vejo de forma democrática, por exemplo o acesso a informação depois dela pronta, e a possibilidade de solicitação dos serviços, ela é democrática (codinome José Paulo).

Olha eu penso que falta muito para democracia, para ser democrático mesmo. Porque fica muito na teoria, na palavra; o SUS direito de todos dever do estado mas você vê as necessidades das pessoas, não é democrático sabe, nem um pouco... A humanização (política de humanização da saúde PNH) é muito mais usada como um discurso pra diminuir recursos, então, não vejo a democracia, não é democrático de forma nenhuma (codinome Regina Miotto).

A democracia, no meu ponto de vista, é todos terem os mesmos direitos de participação em iguais condições. Fala-se muito em direitos e deveres, mas só vê cobrarem muito de deveres, direito, que é bom, muitas vezes é tolhido da população. O que eu entendo por democracia é todos terem igualdade de direitos, de realmente exercer o seu papel dentro da sociedade. Na minha prática profissional procuro principalmente orientar, porque muito do nosso trabalho, da nossa prática aqui é orientação (codinome Marina Maciel).

Democracia, eu entendo que é o direito de todos participarem igualmente (codinome Carmelita Yazbek).

Eu entendo que a democracia existe porque a sociedade não é de acesso a todos, por isso que nós temos que partir do princípio democrático e por outro lado no sistema capitalista ela é uma democracia burguesa. Essa democracia não permite infelizmente, a possibilidade de uma cidadania plena porque o próprio sistema inviabiliza isso, para ela se efetivar, ainda que em parte, as pessoas precisam no mínimo de ter acesso a informação e a gente sabe que essa é uma questão bem dificultadora. Apesar de tudo não podemos deixar de ver enquanto uma conquista por meio de luta da classe trabalhadora, por outro lado ela não é acessível a todos. Ela é prevista legalmente mas até que as pessoas tenham acesso a informação de algumas questões que vão caminhar para o acesso à democracia de fato, a maioria das vezes morre sem ter acesso e sem saber que tem direito a isso, eu não vejo possibilidade de uma efetiva democracia na sociedade capitalista. Entendendo democracia

como o conjunto dos direitos humanos civis, sociais, políticos, a efetivação desses direitos. Eles já precisam ser reafirmados enquanto direitos porque é negado por uma parte da população, nesse sentido eu não vejo a possibilidade de efetivação de fato da democracia (codinome Lúcia Barroco)

É o direito de cada um poder opinar em alguma coisa, seria uma participação de todos, na democracia cada um tem uma forma de pensar, de buscar. Para mim democracia é uma liberdade (codinome Joaquina Barata).

Eu acredito que democracia, eu poderia dizer que é a participação. O nosso público tem essa participação, como eu disse no início, quando você planejar pra uma família, a família está junto, não tem como eu fazer um planejamento pra sua vida se eu não sei o seu dia a dia, então eu vejo como democracia essa participação do usuário dentro desse planejamento dos planos de trabalho existe essa participação. A democracia acontece dentro dessa participação. Quando é uma criança vítima de abuso ou exploração sexual também da mesma forma, chama os pais sentam com toda a equipe, psicóloga, pedagoga, assistente social, advogado, então dá essa liberdade. Isso pra mim e democracia, essa participação (codinome Cláudia Mônica).

Nós voltamos àquela questão, a democracia passa pelo reconhecimento e efetivação dos direitos, se eles já estão instituídos então ficamos na efetivação, mas o cidadão precisa saber disso. De uns tempos pra cá a gente percebe que as pessoas estão procurando se informar mais sobre os seus direitos, falta ainda saber encaminhar, direcionar as demandas. Ele sabe que tem o direito mas onde ele vai pra conseguir efetivar esse diversos direito? Falta isso ainda. Por exemplo, o CEREST é um ponto de atenção na rede SUS específico para a saúde do trabalhador, muita gente desconhece que existe o CEREST, o trabalhador tem um problema de saúde ocupacional e nem sabe que pode acessar esse serviço que viabiliza recursos de forma mais rápida se o agravo estiver relacionado ao trabalho. A socialização da informação é o ponto básico, é a partir disso que as coisas vão fluir (codinome Ivanete Boschetti).

No discurso dos(as) entrevistados(as) transparece uma compreensão do processo possível pelas experiências formativas e de exercício profissional de cada sujeito. Considera-se que ocorreram alguns avanços, mas ainda, insuficientes, para a efetivação da democracia. Percebe-se ainda que o Sistema Único de Assistência Social com seus Centros de Referência pode-se constituir num espaço privilegiado de exercício da democracia, ainda que embrionária, no qual, segundo os depoimentos dos sujeitos, será possibilitado ao usuário expressar-se sobre os encaminhamentos e, de alguma forma, participar na elaboração do plano de atendimento às suas demandas.

Por outro lado, observa-se em diversas falas a necessidade e a possibilidade de, nos espaços ocupacionais, experimentar, de fato, o exercício das competências profissionais do assistente social, conforme rege a lei de regulamentação da profissão. Especialmente no que se refere à informação e a orientação qualificada visando acesso aos direitos e, por conseguinte, a uma aproximação com a efetivação da cidadania e da democracia, nos moldes do Projeto Ético Político do Serviço Social.

3.4 Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática

Com o intuito de conhecer o entendimento dos profissionais em relação ao 5º princípio: *Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática*, deu-se prosseguimento ao estudo.

Para essa análise, considerou-se que esse princípio contempla e complementa os anteriores na medida em que o mesmo somente se realiza na democracia e tem como resultado a promoção da cidadania. Provocou-se um diálogo com o fito de considerar a avaliação dos sujeitos em relação à qualidade dos serviços prestados por eles e pelas instituições às quais estão vinculados.

Em tempos de pensamento privatista, inclusive na gestão pública, discutir qualidade merece um discernimento entre cidadão e consumidor. Enquanto o cliente paga por um produto e pode exigir maior ou menor qualidade de acordo com o valor pago, o cidadão tem o direito garantido constitucionalmente de receber um serviço de boa qualidade independentemente da sua condição de origem, cor, sexo ou classe social. Justificam-se assim, as lutas sociais pela garantia dos direitos com excelência.

A perspectiva da qualidade no setor público, diferentemente do setor privado que busca exclusivamente o lucro, visa a promoção de benefícios para toda a sociedade, na medida em que pretende alcançar os cidadãos, por meio da melhoria dos serviços públicos e da qualidade de vida, com vistas à justiça social, conforme assinala o Código de Ética. Qualidade é obtida por meio da melhoria da eficiência e da eficácia dos serviços públicos, reforçando também as bases da democracia em virtude do envolvimento maior dos cidadãos na definição e avaliação desses serviços (CANNAC, 2004).

Importa, também, para o alcance da qualidade, a transparência no uso dos recursos e a ampla divulgação de informações acerca da gestão pública à sociedade. O tema da qualidade não pode ser entendido de forma despolitizada, pois sua natureza é eminentemente política já que demanda escolhas. Desta forma, quando é priorizada apenas a racionalidade, em detrimento do tratamento dos

principais conflitos sociais e econômicos, processo fundamental para a construção e a implementação de políticas públicas legítimas e universais, ocorre a manifestação de uma opção política.

Assim, entende-se que qualidade é um termo abrangente e, por isso, deve englobar as dimensões das instituições, dos serviços prestados, dos trabalhadores e dos usuários.

Os depoimentos ocorreram com níveis de aprofundamento diferenciados. Alguns sujeitos adensaram mais seus depoimentos com análise crítica e com uma visão de totalidade enquanto outros, porém, não apresentaram tal preocupação, ficando restritos às suas experiências cotidianas no exercício da profissão.

Só tem condição de assegurar a qualidade dos serviços a partir de uma participação efetiva da sociedade. A gente percebe no atendimento, principalmente na saúde, uma política pobre para pessoas pobres. Temos visto, além disso, uma exaltação do que é privado, por parte da sociedade como um todo, tudo o que é pago é melhor, as pessoas tem esse entendimento. Eu vejo isso como um retrocesso com relação aos direitos, dando um exemplo, em relação à saúde, os sindicatos que tinham uma luta mais unificada para a mudança da sociedade hoje ao invés de lutar para a melhoria do atendimento do SUS como um todo ele luta pra que a empresa forneça um plano privado. Então, a gente deixa de reafirmar um direito, que é o direito à saúde pública pra priorizar os planos privados. Qualidade seria o acesso universal aos serviços, seja saúde, assistência, previdência em atendimento às necessidades do usuário, a partir do momento que conseguisse atendê-lo em suas necessidades e em tempo, aí poderíamos falar em qualidade dos serviços. Que nem no serviço privado nós temos mais (codinome Lúcia Barroco).

Eu chamo de qualidade dos serviços um conjunto; profissionais qualificados, as instalações físicas, os recursos necessários para o atendimento conforme a natureza da instituição, cada uma tem as suas particularidades e esses recursos é que dão qualidade ao atendimento. Quando eu digo os profissionais qualificados eu digo assim: eu sou assistente social, eu tenho o curso de Serviço Social mas de lá pra cá o que eu fiz além para a minha qualificação, atualização, isso tudo reflete, lógico na qualidade. Uma coisa que interfere e atrapalha muito é a rotatividade de profissionais em todos os níveis da saúde. Quando a pessoa começa a entender o que é saúde do trabalhador, se apropriar da política nacional da saúde do trabalhador, daí a pouco saí e essas dificuldades interferem sobremaneira na qualidade dos serviços (codinome Ivanete Boschetti).

Quando eu penso no meu trabalho, eu avalio como um bom atendimento. Porque o usuário dá esse retorno, às vezes a gente não consegue atendê-lo naquela queixa principal que ele trouxe, mas

ele sai com conhecimento já sabe onde vai buscar, ele se sente mais potencializado para buscar seus direitos, seja em qualquer área na saúde e na educação eu percebo isso. Só que é um dilema, é contraditório. As políticas estão aí mas nós não conseguimos colocar em prática, o SUS: universal, integral mas o usuário bate na nossa porta, quer um medicamento não tem, mas o SUS garante; quer um leito não tem, mas o SUS garante, então nessa área é pouca efetiva as políticas públicas. O que fazer, as políticas a gente conhece, a legislação a gente conhece, os direitos a gente sabe que o sujeito tem, mas o que fazer? Vai fazer só o que for possível, porque você não vai inventar uma política. Você pode fazer coletivamente, individual você não vai ter resultado. O resultado ou a resolutividade da situação é o primordial para a qualidade (codinome Carmelita Yazbek).

Alguns dos sujeitos entendem qualidade como resolutividade das demandas apresentadas, ou resultado formal das metas alcançadas nas ações empreendidas.

Qualidade pra mim é resultado. É fazer um acolhimento bem feito, é atender o usuário e fazer o melhor pra ele, fazer os encaminhamentos, acompanhar, monitorar até ele se sentir autônomo, isso pra mim é qualidade. Tem profissional e profissional, eu por exemplo, enquanto técnica eu encaminho, mas não dou sossego, enquanto eu não vejo resultado. Enquanto não chega ao fim, pra mim o caso não está solucionado. Só encaminhar é muito fácil e as vezes o usuário fica aí sofrendo com um papel na mão, mas nada é resolvido. Às vezes, você não resolve, mas as tentativas de cumprir tudo, de vasculhar a rede, de buscar, de referências de contra referência, de ouvir, de falar com esse usuário. Então tentar resolver tudo até chegar o fim. Chegou o fim não teve a solução mas teve qualidade no atendimento, na busca, na inserção na rede, isso pra mim é qualidade (codinome Cláudia Mônica).

Na Proteção Especial existe até um parâmetro maior para medir a qualidade, que se chama Ministério Público por que os serviços são avaliados pelo M P existe um termo formal de desligamento dessas pessoas das medidas sócio educativas e é avaliado dessa forma. Mas eu acho que a maior qualidade, o que a gente pode medir mesmo, principalmente nessa questão da sócio educativas é a não reincidência porque o adolescente que não volta a cometer ato infracional a gente entende que ele teve um bom resultado no trabalho. E aí existem esses índices de reincidência se foi no mesmo delito se é outro tipo de delito. Então tudo isso é medido estatisticamente é feito uma avaliação anual desse serviço (codinome Berenice Rojas Couto).

Avaliando as condições materiais postas institucionalmente, alguns(mas) assistentes sociais identificam a redução do número de profissionais, em relação às demandas colocadas, como determinante da reorganização do atendimento e da reestruturação dos serviços. Essas mudanças, na maioria das vezes, interfere de

forma negativa nas condições de trabalho, tornando-se o principal empecilho à qualidade:

Eu acredito que o meu trabalho deixa a desejar, eu não falo por mim como pessoa ou profissional. Na medida em que você tem que se desdobrar entre dois ambientes de trabalho como eu tenho que fazer. Segunda, quarta e sexta em um PSF e terça e quinta em outro PSF. O paciente vem aqui na segunda feira eu faço um atendimento e peço uma documentação e digo; na quarta feira eu vou estar aqui novamente, mas o paciente muitas vezes é um idoso que não lembra disso, quando é no outro dia ele vem trazer o documento e eu não estou, aí já corta o vínculo ele diz: eu vou lá ela nunca está, e a gente escuta isso muito dos pacientes, eu acredito que isso interfere muito na qualidade do serviço. Então, eu acredito essa deficiência à falta de profissionais para dividirmos esse trabalho porque, se eu pudesse ficar numa unidade só, que é muito mais fácil você traçar a sua meta; tal dia eu vou fazer visita domiciliar, tal dia vou fazer atendimento, dia tal eu vou fazer gestão de caso, a gente vai sentar e discutir o caso. Então, muitas vezes, tenho que me dividir em duas unidades eu acabo sendo um bombeiro social e não uma assistente social, apago um foco de fogo aqui um foco de fogo lá. As condições de trabalho interferem e muito, eu acredito que eu poderia fazer muito mais do que faço (codinome Marina Maciel).

A falta de profissionais para atender mais rápido, isso é um ponto que precisa muito ser melhorado. Atrapalha a qualidade com certeza, por que? Ao invés de eu fazer 100 processos, por exemplo, mais rápido, com uma certa agilidade, eu tenho que fazer 300. Então tem uma sobrecarga de trabalho sobre mim, eu tenho que fazer hora extra, eu tenho que ficar até depois do meu horário. Isso a gente perde tanto na qualidade de vida do profissional, como na qualidade do atendimento de uma forma geral. Então nesse sentido, a falta de profissionais eu avalio como um ponto dificultador da qualidade do serviço. Apesar de ter vários desdobramentos, o pessoal faz hora extra, tenta responder o mais rápido possível, eu acho que o principal é isso, a falta de profissionais pra atender a demanda. As condições de trabalho interferem, tanto na qualidade do serviço, quanto na qualidade de vida do profissional e do próprio usuário (codinome José Paulo).

Outros sujeitos apresentam uma análise mais pontual e personalizada, atribuindo aos profissionais a qualidade dos serviços:

Eu acredito que no comprometimento de cada profissional, quando ele pega pra fazer um trabalho, o CRAS tem muita coisa pra ser trabalhada com as famílias. A nossa demanda vai deparar com profissional que é comprometido e outros que não são comprometidos. Mas o CRAS tem muita ferramenta pra gente trabalhar a família. Tem muitos projetos voltados para jovens para crianças, para idosos. Então, hoje como ferramenta de trabalho,

estamos muito bem assistidos e tudo no mesmo parâmetro de segmento pra família (codinome Beth Mota).

Hoje em dia as pessoas reclamam muito da falta de humanidade das pessoas. As vezes até citam isso como cidadã mesmo. Falta uma humanização, as pessoas podem até ter conhecimento mas atendem de forma inadequada, os pacientes os clientes que vem até a unidade, se negando a dar informação fazendo atendimento mais rápido (codinome Joaquina Barata).

Qualidade dos serviços é quando a pessoa é bem atendida mesmo, desde quando chega na instituição que ela precisa ser atendida até o final do seu atendimento (codinome Marilda Iamamoto).

De acordo com que foi explicitado pelos sujeitos, evidencia-se uma preocupação com a qualidade das ações desenvolvidas, muito embora, essa preocupação tenha apresentado diversas dimensões. Elas partiram de uma análise mais pontual, limitada ao fazer profissional, ou ao seu espaço ocupacional até compreensões mais totalizantes em que se vê a qualidade e/ou não das políticas sociais em um contexto amplo, determinado pelo projeto societário no qual se desenvolve o trabalho profissional. Em relação ao cumprimento do quinto princípio, entende-se qualidade como um mosaico composto por: equidade e justiça social, universalidade de acesso aos bens e serviços, bem como sua gestão democrática.

Assim, esse conceito assume uma complexidade que extrapola unicamente a ação profissional e/ou as possíveis restrições institucionais, assumindo nuances estruturais que não se encerram no âmbito individual de um atendimento, mas demandam ações coletivas para além do campo profissional, alcançando o envolvimento político.

3.5 Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças

O sexto princípio é bastante inovador e até ousado para um Código de Ética Profissional e representa os avanços contemporâneos da sociedade brasileira, reafirmando que a ética é uma construção histórico social. Nesse sentido, o Projeto Ético Profissional tem como uma de suas principais orientações: *empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças.*

Na esteira da compreensão, pelos assistentes sociais, das determinações do projeto profissional da categoria, entabulou-se um diálogo sobre as diferenças que se manifestam na relação com os usuários e como esses profissionais se posicionam nessas situações.

Verifica-se, nos vários depoimentos, o reconhecimento da diferença humana e da busca dos assistentes sociais por uma atuação erigida sob o signo dos parâmetros profissionais das diferenças.

Na proteção especial, são técnicos ainda mais sensíveis a essa questão das vulnerabilidades pra que não agrave ainda mais os riscos sociais, então existe diferença entre os usuários? Isso é óbvio né, mas existe também um trabalho muito efetivo da equipe para que essas diferenças não sejam fatores impactantes no trabalho, o homossexual e o negro são recebidos da mesma forma, são tratados da mesma forma, o atendimento é o mesmo, não há essa distinção, não há, por exemplo, um grupo de adolescentes em conflito com a lei que seja homossexual e/ou um grupo de negros, não existe essa distinção no trabalho, o trabalho é feito de maneira global (codinome Berenice Rojas Couto)

Eu percebo que o público aqui é muito heterogêneo, mas não se vê diferença de tratamento por nenhum profissional. Nós temos aqui pacientes profissionais do sexo, temos pacientes homossexuais e eu não vejo tratamento diferenciado. Muitos idosos, gestantes, criança, nós temos aqueles pacientes alcoólicos crônicos que já chegam na unidade alcoolizado e a gente consegue contornar bem essa situação. A equipe aqui é muito entrosada a gente fala a mesma língua a gente age na mesma sintonia, Essas diferenças do público aqui, parece que a gente trabalha tão sintonizado que nem sente aquilo, percebe? Nós temos um paciente que ele gosta de ser tratado pelo nome social é Valeska o nome social dele e a gente trata naturalmente, até no sistema consta. Eu acho interessante que a nossa categoria de assistentes sociais é uma das categorias que mais aceita bem e trabalha bem essa diferença. Porque nós trabalhamos com todos desde a criança até a terceira idade com todas essas diversidades (codinome Marina Maciel).

Eu faço leitura. Faço leitura do indivíduo, faço leitura da realidade tanto dos colegas profissionais quanto das nossas demandas, seja qual for a intervenção sempre respeitando o indivíduo, na realidade na qual ele está inserido, seja meu colega de trabalho, de repente aquele dia ele não está bem, eu consigo fazer essa leitura, sempre respeitando ele naquele momento (codinome Beth Mota).

Para alguns profissionais há a necessidade de ressignificação de suas próprias convicções em benefício da ética no exercício profissional, o que não acontece sem certa angústia, uma vez que não há neutralidade.

Eu parto do princípio de respeitar a pessoa com o pensamento dela, com o jeito dela, é óbvio que a pessoa vem fazer falta de educação comigo eu vou tentar coloca-la no seu lugar, e falar não é por aí. Mas eu não vou bater boca ou colocar os meus princípios, meus valores sobre o pensamento que a pessoa tem, até porque cada um pensa de um jeito e a gente tem que respeitar isso, não dá pra querer impor o jeito que você pensa o jeito que você age sobre todo mundo. Se fosse pra ser assim eu não ia poder estar nesta profissão, eu acho, porque a gente aprende desde o primeiro dia de aula que você vai mexer com pessoas e todo mundo é diferente, tem os valores tem essa diversidade toda. Então, eu procuro trabalhar isso, os conflitos da forma mais amigável e respeitosa possível. Eu nunca saí da linha; a pessoa gritou comigo eu comecei a chorar ou então comecei a gritar também, não que eu não sinta nada, mas eu procuro acalmar esperar a pessoa melhorar alguma situação que está conflitante, pra então dar prosseguimento no atendimento, no trabalho. Eu não me vejo assim como preconceituosa no sentido de destratar alguém, deixar de fazer alguma coisa porque a pessoa é isso ou é aquilo ou assumiu isso ou aquilo, nesse sentido não. Eu me considero não sendo preconceituosa, mas que tem alguma coisa, acaba que tem aquele ranço, aquela coisa há é isso é aquilo sempre tem isso aí não tem jeito de falar que não, mas fazer disso um empecilho para atender a pessoa na necessidade dela não. Isso pra mim nunca foi nem vantagem nem desvantagem no atendimento, de forma alguma (codinome José Paulo)

Eu, enquanto profissional, sempre procuro aquilo que aprendemos, que está no nosso Código de Ética, eu procuro não colocar o que tenho pra mim de moral de crença, de nada disso, mas olhar apenas aquele ser humano, aquele cidadão e que eu estou ali pra fazer com que ele seja visto, seja respeitado. Independe pra mim a cor da pele dele, a opção sexual, a sua doença, a sua dificuldade, a sua idade. Somos humanos e eu percebo que as vezes, chega um idoso, a gente tem sempre aquela coisa “– Ah, velhinho, vamos ajudar!” Ou então, uma criança: “- Ahh, que bonitinho! Ah, ele está sentindo isso!”. Mas, tirando essa coisa do coração, que, as vezes, vem um pouquinho eu procuro sempre, independente de qualquer coisa, tratar a todos com respeito. Uma das coisas que eu vejo é que se não tomarmos cuidado a gente vira um profissional fofoqueiro, se torna um profissional sem ética nenhuma. Você começa a colocar os seus valores, e seus valores são seus. Aquilo que você traz de cultura, de família, de crença aquilo é seu, não tem que levar pra sua profissão. Enquanto assistente social eu procuro ser profissional e não colocar os meus valores pessoais no meio disso porque não é correto (codinome Regina Mito).

Temos que ser bem sensível nessa hora para trabalhar isso. Eu me adapto muito bem, porque eu respeito muito as pessoas da forma como elas são. Eu sou neutra, não neutra de não falar o que eu penso, eu falo sim, mas eu tento polemizar o mínimo as situações as questões, porque na relação de trabalho é complicado pois temos que respeitar a leitura que o outro tem de realidade, tento me colocar, quando dá. Mas se fosse colocar uma característica minha nesse sentido eu tento diminuir conflito, no campo pessoal, agora quando é algo que envolve os usuários que eu atendo aí eu não

consigo ficar neutra. Existe uma diferença entre a profissional e a cidadã, não deveria mas existe, e isso me traz angústia. Um exemplo claro agora é a nossa categoria estar lutando a favor do aborto, eu sou totalmente contra, lógico que se virar uma lei, se legalizar enquanto profissional eu vou ter que orientar apresentar isso pra não cessar o direito da pessoa e a pessoa vai ter o direito de fazer a escolha dela, mas, para mim isso é algo abominável. Outras situações também, por exemplo, eu não concordo com o sexo fora do casamento, e várias vezes eu tive que orientar jovens, muito jovens a usar camisinha, inclusive pessoas casadas a usar camisinha em relação as DST, isso é muito conflituoso pra mim. Nem vou falar de outros assuntos que são polêmicos que eu tenho certeza que tem outras pessoas que pensam como eu, mas não tem coragem de se colocarem, eu sei que dentro da nossa categoria tem pessoas conservadoras, eu me coloco em boa parte como uma pessoa conservadora. Orientei entreguei os preservativos, mas eu nunca manifestei minha opinião. Já na ONG, onde atuo como voluntária, a gente tem um pouco mais de liberdade pra colocar nossas opiniões pessoais porque é uma instituição ligada à igreja à religião, e as pessoas que vão procurar lá não estão procurando um atendimento de uma assistente social estão procurando o atendimento de uma pessoa da igreja, um aconselhamento inclusive religioso, então eu tenho essa liberdade lá, só lá. Acho que é por isso que eu gosto de ser voluntária lá. Mas eu posso te afirmar com toda a certeza que eu nunca, em momento algum, na minha profissão eu expressei ou coloquei qualquer juízo de valores nos meus atendimentos. Atendi pessoas de outras religiões, que se manifestaram contra as minhas ideias, falaram se colocaram e eu nunca coloquei isso porque é um direito de cada um de se expressar de ter as suas opiniões, isso tem a ver com a emancipação. O meu *facebook* é onde eu expresso e me coloco, tudo o que eu não coloco no meu trabalho eu coloco no face, porque eu entendo que é um espaço meu onde eu posso falar (codinome Carmelita Yazbek).

Para outro grupo de sujeitos, a diversidade é parte integrante da atuação profissional e não desperta grandes dificuldades. Ainda assim, esses profissionais relatam que essa temática é objeto de reflexão constante nas equipes de trabalho, sempre com o objetivo de buscar superar possíveis embaraços na garantia dos direitos dos usuários.

Diferenças não tem tanta assim cada um consegue ver o seu fazer profissional dentro das suas atribuições e sempre conseguimos trabalhar em equipe. Não tenho nenhuma diferenciação, todas as pessoas que chegam ao Serviço Social são atendidas da mesma forma, gestante, idoso, criança, deficiente físico, elitistas, portadores do HIV, atendemos sem discriminação nenhuma (codinome Marilda lamamoto).

Quando vamos fazer o acolhimento, chega uma família, que necessariamente não é a família nuclear, a maioria do que eu observo aqui no hospital não é. A questão das relações homoafetivas

bastante presente, então as vezes a pessoa chega para se internar o companheiro, muitas vezes, é do mesmo sexo, sempre tem uma relação de respeito em relação a esses arranjos e uma preocupação com o atendimento respeitoso. Nós temos acompanhado bastante casos de internações de travestis, a identidade dele, por exemplo se for uma pessoa do sexo masculino a identidade dele é feminino, então de respeitar a unidade de atendimento, porque é separado feminino e masculino, isso é uma preocupação que temos. Quando interna travesti, e já teve casos aqui no hospital, deles se vestirem como mulher e se maquiarem, e a gente respeita isso, e tenta trabalhar isso com a família porque a dificuldade maior nesses casos normalmente não é lidar com o paciente mas sim com a família, com a questão de aceitação por parte da família. Essa é uma preocupação permanente, inclusive no momento da entrevista, as vezes a gente perguntava afirmando: é seu pai? Não é meu marido; Você é irmã? Não sou a companheira. Essa é uma preocupação, de não fazer perguntas afirmativas pra não causar esse constrangimento. Quando é um travesti do gênero masculino a gente deixa no bloco feminino, porque a identidade é de mulher. O nome social só não adotamos no documento institucional porque a gente tem uma dificuldade com a auditoria aqui no hospital, as pessoas geralmente mais conservadoras, que determina até a virgula que você tem que colocar ali na evolução. Mas a gente sempre chama pelo nome social e os outros pacientes também, e no dia a dia a gente não tem dificuldade em lidar com a questão dos travestis na dinâmica hospitalar, os outros pacientes acabam vendo a pessoa da forma que ela é e não tem maiores problemas (codinome Maria Lucia).

Nas nossas reuniões tem sempre um texto, tem sempre algo pra trabalhar essas diferenças, pra haver o respeito, porque, se não, você começa a falar acha que o outro é diferente, e vê-lo como uma pessoa estranha e como defeito e nós não podemos ver dessa forma. É isso que eu tento todo dia, olhar e entender a diferença e a individualidade dele. Isso também em relação ao usuário, por exemplo, morador de rua migrante, que é a primeira vez que ele vem aqui para receber uma passagem. Ele acha que está incomodando profundamente, eu gosto sempre de deixar claro: eu não estou te fazendo favor, é um direito seu não precisa ficar dessa forma e tem aquele que chega e fala olha isso é obrigação sua você tem que fazer isso, fazer aquilo, eu consigo separa isso sem perder o controle, sem ficar nervosa, porque cada um que chega aqui tem seu entendimento. No final isso não interfere porque direito é direito, depois eles até pedem desculpa, que estava precipitado, mas eu sempre mostro: olha eu sei que é um direito seu, eu sou paga pra fazer valer seus direitos, eu não estou te fazendo favor e se você não existisse eu não estaria aqui pra te atender e acaba no final dando tudo certo. É um trabalho difícil. É desgastante porque as pessoas já estão com os direitos violados então ele não tem mais aquela paciência de outra pessoa (codinome Cláudia Mônica).

Ao analisar os depoimentos, verifica-se também os dilemas éticos presentes na prática profissional, como:

[...] universo cultural, histórico cultural, que põe os critérios de valoração das situações, de valoração das ações realizadas e que põe para nós o modo de relação com o outro. A ética, portanto, não se realiza na solidão de alguns sujeitos, mas na intersubjetividade social, no mundo cultural e histórico. (CHAUÍ apud PAIVA; SALES, 1996, p. 194).

Especificamente na questão da diferença, destaca-se a dimensão privada e individual da ética, remetendo a uma concepção do indivíduo social como sujeito, e, portanto, com direito à liberdade, entendida aqui, como possibilidades concretas de escolhas. O preconceito apresenta-se como expressão de juízos provisórios e, portanto, é desprovido de racionalidade e de conhecimento, estando mais próximo da crença e da fé (HELLER, 1985). Por isso, restringe as possibilidades da emancipação humana na medida em que estabelece segregações e intolerância. Como inviabilizador da emancipação, o preconceito e/ou a ação preconceituosa se chocam com os demais princípios do Código de Ética.

Observa-se nos depoimentos dos entrevistados a presença desse dilema, no qual não se consegue eliminar totalmente o preconceito, em virtude de fatores pessoais como moral e/ou religião. Demarca-se, assim, a importância de se promover uma formação capaz de fortalecer as bases do exercício da ocupação nos parâmetros profissionais. Por outro lado, verifica-se ainda uma recusa à neutralidade, na medida em que os profissionais lançam mão dos valores estabelecidos pela profissão, num exercício de ética profissional e do reconhecimento à diferença como princípio básico dos direitos humanos.

3.6 Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual

O sétimo princípio trata do pluralismo: *Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual*. Nesse contexto, o pluralismo deve ser entendido como o reconhecimento às posições teóricas e político profissionais, apontando para a legítima disputa no debate de ideias, nas concepções e nos posicionamentos. Assim, ele reconhece as

divergências e rompe com a neutralidade, ao mesmo tempo em que refuta a agressividade e a intolerância. Por fim, reafirma os princípios da liberdade, da igualdade e da democracia presentes no Código de Ética. Em relação a esse princípio, foi estabelecido um diálogo mais direto acerca do significado do pluralismo para o profissional.

Alguns profissionais percebem o pluralismo em seus aspectos político, ideológico, estético, filosófico e não apenas no aspecto epistemológico como preconiza o Código de Ética.

Eu entendo que o pluralismo vem do plural, dessas diversas manifestações, no sentido também da equipe profissional de estar em contato com outros profissionais de outras áreas acadêmicas. Eu vejo o pluralismo como essa diversidade de públicos que nós temos de usuários de classes diferentes de raça diferente, de situações diferentes. Agora em se tratando de pluralismo político aí a gente envolve já o contexto político social. No contexto da profissão vem dessa questão de diversidade de possibilidades. Eu consigo entender o pluralismo quando eu penso na profissão eu acho que o assistente social tem que respeitar essa questão da diversidade ele tem que conduzir o seu trabalho respeitando essas diferenças, então eu consigo identificar assim, que no exercício profissional existe a necessidade de respeito às diferenças a diversidade que num sentido amplo eu entendo como pluralismo (codinome Berenice Rojas Couto).

Eu acredito que é a liberdade de expressão, independente de ser profissional ou não. A liberdade do indivíduo de ir e vir, liberdade de falar, de querer ou não querer, e a gente respeitar isso. Assim que eu vejo. Ultimamente eu venho sofrendo muito com essa questão, eu sou muito crítica, quando as coisas já vem prontas pra gente fazer, para quem é crítico não é bom. O crítico gosta de participar da construção. Então quando já vem pronto, empurrando goela a baixo não é bom (codinome Beth Mota).

A diversidade. As várias ideias, vários pensamentos, vários tipos de pessoa, de tudo. Eu vejo que até uma família ela é plural. Você pega uma família que a mãe é aquela pessoa sensata coerente, e você pensa nessa família deve ser muito estruturada, quando você vê o pai você diz nossa! Que diferença, parece que não é possível combinar. A mãe fala esse filho é assim, assim você acompanha e vê que realmente é, já tem o outro que... isso pra mim também é pluralismo. Assim é o pluralismo aqui no trabalho, porque as vezes é uma mesma denúncia, a mesma denúncia de um e de outro, você chega lá é totalmente diferente, a história da denúncia é a mesma mas as famílias são totalmente diferentes. Existe também o pluralismo na equipe de trabalho. Na nossa reunião de equipe na terça feira o mesmo caso que vamos discutir um tem uma ideia e afirma que é daquele jeito o outro tem outra ideia sobre a mesma situação e nós vamos buscando, fundamentando até chegar numa

ideia mais sensata e o que é melhor para aquela família (codinome Cláudia Mônica)

Pluralismo taí uma palavra, uma expressão... atualmente eu tenho percebido que as pessoas em geral, não só o assistente social, os profissionais em geral, porque a gente atua com várias áreas de formação, com pouca identidade ou identificação com alguma ideologia ou alguma coisa definida, como fica o pluralismo? Eu acho difícil falar em pluralismo quando você não tem coisas definidas. Porque aí vira uma miscelânea, uma mistura meio que... sem conteúdo, não sei se posso dizer isso, sem substância? Eu estou sentindo isso hoje, nas pessoas, nos profissionais, não tem por exemplo engajamento em associações, instituições onde pressupõe que aja um diálogo em torno de ideias de concepções, estou sentindo isso. Porque plural é mais de um, uma gama, um leque de ideias de concepções de filosofias (codinome Ivanete Boschetti).

O sentido amplo... o reconhecimento das diversidades... (codinome Joaquina Barata).

Para alguns profissionais o pluralismo está relacionado com as diferentes formações, sejam elas ligadas às instituições, ao espaço temporal ou às escolhas individuais do profissional.

Até pela questão do plural mesmo, eu vejo dessa forma, acho que são várias facetas, várias questões, várias pessoas permeando um processo, seria nesse sentido tudo interligado e em movimento ao mesmo tempo. Pluralidade seria alguma coisa assim desse conjunto de várias coisas ao mesmo tempo, várias coisas diferentes. No sentido de que as pessoas são diferentes, apesar de ter uma formação igual, pois todo mundo teve acesso à mesma formação, vai do profissional se qualificar melhor, descobrir novas coisas que tem essa pluralidade maior dentro da profissão. Isso tem haver também com o interesse da pessoa de melhorar em se qualificar, conhecer novas coisas, ter acesso a novas informações, vai do indivíduo (codinome José Paulo).

Plural vem de muitos né? Na nossa profissão nós temos colegas com ideias diferentes pelas formações diferentes que se tem nos cursos e principalmente assim o curso de Serviço Social mudou muito ao longo dos anos, passou por fases distintas, eu lembro de professores falarem que aquele Serviço Social que eles estudaram não sobrou nada. A gente sabe que tem que se respeitar, esse plural são diferentes formações vai mudar de acordo com a faculdade, com o tempo que você fez. Mas isso pode ser muito bom. Se há realmente um respeito se há um pensamento para o enriquecimento da profissão. É um plural mas que muitas vezes o colega que já está a mais tempo está um pouco fora do Serviço Social atual e assim, fica até uma questão um pouco de messianismo de culpar o indivíduo, eu vejo mais isso assim. Eu trabalho com profissionais que já formaram a mais tempo e vejo bem diferente (codinome Regina Mioto).

No decorrer da análise, foram encontrados depoimentos de profissionais que sintetizam bem o conceito de pluralismo presente no Projeto Ético Político do Serviço Social. Nesses discursos identificou-se a diferenciação entre pluralismo e ecletismo, que segundo Coutinho (1991) é uma utilização ingênua das diversas teorias acriticamente e sem a devida coerência, tentando conciliar o inconciliável.

Não é ecletismo. Pluralismo eu entendo que é cada um poder se expor, colocar as diferentes correntes filosóficas. A pessoa ter a possibilidade de cada um se expor e colocar suas ideias (codinome Carmelita Yazbek).

Ser plural é aprender a conviver com as diferenças, principalmente com relação as formações profissionais diferentes e a questão das linhas teóricas dentro do próprio Serviço Social é o respeito, você saber ouvir o outro e você fazer uma discussão com o outro sem ofender. Por outro lado, eu vejo que a questão do pluralismo ela em algum momento não tem como ser exercida. Não tem como ser plural com uma pessoa que não tenha no mínimo humanismo, fazer uma discussão com uma pessoa mais reacionária, por exemplo.... Marco Feliciano; (deputado federal presidente da Comissão de Direitos Humanos), eu não consigo ser plural, porque ele é no mínimo desumano, como é que você vai discutir com uma pessoa que não tem o princípio no mínimo humano (codinome Lucia Barroco).

No contraponto dessas argumentações, outros sujeitos não sentiram a segurança necessária para se manifestarem sobre o pluralismo. Essa dificuldade em se posicionar em relação a tema tão caro ao Serviço Social pode dar margem a avaliações acerca da qualidade do ensino ministrado, especialmente no que diz respeito às diretrizes curriculares do curso.

Nossa não sei mais, pergunta de prova, vem de muitas pessoas né? (codinome Marilda lamamoto).

Não sei te responder o que é pluralismo, vou ficar te devendo (codinome Marina Maciel).

Nos posicionamentos de alguns sujeitos percebe-se uma compreensão que extrapola e amplia o estabelecido no Código de Ética e engloba outros aspectos, ultrapassando as relações internas da profissão. Dessa forma, o pluralismo para esses profissionais permeia as relações com as instituições, com os usuários, com a sociedade.

Importa, porém, não perder a sociabilidade necessária ao caráter respeitoso do debate, mas também, não cair no relativismo de que tudo se equivale. Cada linha

teórica exerce influências e possui desdobramentos diferenciados na categoria e na sua prática social. O Projeto Ético Político do Serviço Social expressa um compromisso, vinculado a uma compreensão da sociedade a partir da teoria marxista e/ou crítica. Portanto, a sua efetivação está condicionada a essa compreensão com todos os desencadeamentos posteriores, inclusive os presentes na prática profissional.

3.7 Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação exploração de classe, etnia e gênero

O oitavo princípio indica a: *opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação exploração de classe, etnia e gênero*. Nesse princípio, há uma ampliação sócio política e ontológica da compreensão da profissão sobre o ser social, entendendo-o com seus determinantes de gênero e etnia, sem perder a concepção de classe.

A categoria dos assistentes sociais vinculou-se aos marcos igualitários e libertários das lutas sociais para fundamentar seu Projeto. Esse vínculo está presente por exemplo, nas Diretrizes Curriculares do curso, as quais foram apresentada pela ABEPSS e parcialmente implantadas pelo MEC e no Código de Ética do Assistente Social. Obviamente que a arena onde se desenvolve a vida profissional não é favorável a esse Projeto que entende a democracia como instrumento real de combate às desigualdades. Vivemos na democracia racionada⁹ e balizada pela sociedade do consumo e não pelas relações humanas.

Assim, o Projeto Profissional incorpora a defesa das políticas públicas como espaço de efetivação dos direitos sociais, engrossando as fileiras dos movimentos populares e de outras categorias de trabalhadores. Também aqui há uma seara bastante árida em tempos de cooptação e de desmobilização dos movimentos sociais, seja pelas benesses ou pela força.

Nesse sentido, o Projeto Ético Político do Serviço Social assumiu, na década de 1990 um cariz de esquerda na medida em que defendia propostas com viés

⁹ A democracia racionada conceito criado por Marighella que identifica uma democracia restrita, que nominalmente defende a todos, mas na realidade é controlada pelos que estão no poder, ou seja a democracia burguesa.

democrático e socialista. Para tanto, como embasamento dessa análise, tomar-se-á uma definição, considerada à época contemporânea, na qual,

[...] ser de esquerda no mundo de hoje significa participar da reinvenção concreta de uma nova sociedade, baseada na justiça social e na solidariedade, na realização prática dos direitos de cidadania sem qualquer tipo de exclusão. Significa lutar e concretizar um mundo de educação, de cultura, de autonomia individual e realização social. (SADER, 1995, p. 195).

Experiências vivenciadas pela sociedade no período posterior à redemocratização brasileira, na qual ocorreram eleições diretas que levaram ao poder quadros que também defendiam essa proposta, mostraram-se coerentes na retórica e ineficientes na operacionalização. Verifica-se um avanço significativo, mas ainda, incapaz de alterar as estruturas e proporcionar as mudanças almejadas pela teoria crítica. Prova dessa constatação é a atualidade do Projeto Ético Político do Serviço social, que ainda hoje, 20 anos depois, continua reivindicando e reafirmando suas bandeiras de luta.

Buscando entender a compreensão da categoria a respeito dessa diretriz, conversou-se com os entrevistados sobre as entidades representativas da profissão, entendendo que são elas que encampam esse projeto. O diálogo foi conduzido no sentido de primeiro saber se os profissionais acompanham o movimento das entidades na sociedade e, segundo, qual a avaliação que realizam dos documentos e manifestos apresentados por essas entidades.

Parte dos profissionais entrevistados admitiram o desinteresse e/ou o pouco envolvimento com as entidades representativas da profissão. Alguns demonstraram certo pesar por essa ausência, outros, certa opção por essa atitude

Sendo muito sincera, o único acesso que eu tenho a esses documentos é quando chega a revista do CRESS que na verdade é do CFESS que vem pelo CRESS, eu sempre procuro atualizar porque tem informações pertinentes a profissão. Agora eu acredito que, falando do CRESS, não há uma articulação muito próxima entre o conselho e os assistentes sociais, muito pelo contrário eu acho que a nossa profissão é extremamente desunida não há manifestações não se vê por exemplo atuação no sentido de garantir por exemplo Serviço Social nas escolas que é algo que está em debate a muito tempo. Da ABEPSS por conta da faculdade eu acabo tendo mais contato, mas não tenho muito contato nem muito interesse no sentido assim vou abrir o site do CFESS e ver se tem uma publicação. O da ABEPSS mesmo eu acesso mais específico quando algum aluno fala: achei uma manifesto uma publicação assim aí eu vou lá buscar, não é algo que eu faça com habitualidade no sentido vou ler, vou procurar (codinome Berenice Rojas Couto).

Eu acho muito importante ter essa representação, até porque a lei das seis horas está aí e tem um monte de categoria tentando e está só barrando. Então eu vejo um histórico de luta muito grande, não tenho muito acesso, não convivo muito com o pessoal. Eu vejo que tem um trabalho sendo feito nesse sentido, pelas conquistas que nós temos então eu acho um papel muito importante que tem essas instituições para a categoria. Não tenho mais acesso por falta de interesse de procurar pra participar, eu tenho acesso a informações que é divulgado, de entrar no site e ler mas não de participar efetivamente, tem as comissões tem muita coisa que é aberto. Mas outras atividades não dá pra conciliar, casa, filho... tem que esperar mais um tempo (codinome José Paulo).

Depreende-se desses posicionamentos a reafirmação dos(as) assistentes sociais enquanto classe trabalhadora. E, neste aspecto, observa-se as mesmas vicissitudes dos demais trabalhadores, seus interesses e objetivos, os quais são, muitas vezes, individuais, como determina o sistema, bem assim, o desânimo com a própria organização.

Outro grupo reconhece a atuação das entidades e valoriza o trabalho desenvolvido como primordial nos avanços capitaneados pela profissão nos últimos anos. Muito embora este grupo faça críticas pontuais ao trabalho das entidades.

Tenho conhecimento e acesso sim, as vezes, até não leio tudo, mas pelo menos eu gosto de entrar e saber o que é, projeto de lei tal qual está aquela luta. Eu acho que é muito importante, tudo que a sociedade civil organizada faz tem um peso. Os conselhos eles tem um peso muito grande, por exemplo, no caso nosso mesmo, eu que fiz o concurso do INSS, se não fosse o CFESS nem teria tido esse concurso. Estou falando de algo específico, mas eu sei que eles tem sempre alguma coisa contra homofobia, contra preconceito, tem um projeto de lei que está sendo votado, agora pra tentar colocar um piso salarial para os assistente sociais, então pra mim é fundamental, acho muito bom. Até acho o nosso CRESS de Minas um pouco devagar, quanto ao CFESS eu sempre defendo, agora o CRESS de Minas eu acho que as vezes ele perde um pouquinho (codinome Regina Mioto).

Uma das movimentações, foi questão das 30hs que foi muito comentada o CRESS enviou pra gente via correio também, acho que foi uma das que eu tive acesso que li, no início teve uma movimentação de uma assinatura via internet que eu assinei, depois teve também a questão do ato médico que estava na internet o abaixo assinado, eu assinei também, então alguma coisinha eu tenho conhecimento e acho muito importante. Eu acho que seria uma das lutas para nós assistentes sociais estarmos fortalecendo o nosso CRESS, precisava colocar lá uma pessoa que realmente lutasse pelos nossos direitos (codinome Marina Maciel).

Mais do CFESS/CRESS, acesso semanalmente o site, quando tem algum simpósio eu tento buscar depois alguma coisa que se falou no simpósio, resumo de trabalhos que saiu dos simpósios. O Serviço Social na educação que foi tema o ano passado que eu concordo, lógico. Agora recentemente tenho visto questão das 30 horas que está tendo muita polêmica, algumas instituições não estão cumprindo ou estão voltando, inclusive as federais. A área da educação foi um tema muito polêmico o ano passado, colocaram muitos textos. Esse ano a questão do trabalhador, colaborador para o lucro do patrão, tem o cartaz do homem e da mulher. Que coincidiu com a PEC das domésticas (codinome Carmelita Yazbek).

É interessante os manifestos mas eu acho que tinha que ter mais fiscalização, porque como a vitória que a gente conquistou das 30 hs semanais e a gente percebe que não está acontecendo isso. Os manifestos que eu recebo do CRESS que normalmente chega pra mim todo mês, é muito interessante, agora vai ter a conferência dos assistentes sociais (CBAS) (codinome Marilda Iamamoto).

Eu acho, eu vou falar especificamente do nosso Conselho o CFESS, porque é efeito cascata se não acontece lá em cima não acontece em lugar nenhum. O nosso Conselho precisa melhorar, só fica nos movimentos e quando que sai o resultado de um movimento? Anda muito a processo de tartaruga eu acho que é um conselho que tinha tudo pra ser mais ativo, pra lutar mais. Nós somos profissionais, estamos aqui a frente dos trabalhos, do que a nossa sociedade, ninguém conseguiu resolver aí o assistente social tem que trabalhar com esse enfrentamento, e a gente não tem um apoio com afinco do nosso conselho, ele luta muito pouco pela nossa categoria, poderia lutar mais, nós poderíamos ter muito mais benefício do que o pouco, ao longo do tempo conseguiu estabelecer a nossa carga horária de trabalho, não tem piso salarial. São poucos movimentos pelo que o Conselho recebe dos profissionais, porque a categoria aumentou muito nos últimos tempos. O mês passado recebi um e-mail do Conselho Regional, de uns cursinhos que vão acontecer cada módulo 50,00, para onde vai a nossa anuidade? (codinome Beth Mota).

Eu acesso sempre o site do CFESS pra acompanhar e acho muito boa a atuação do CFESS. As vezes a gente acompanha mais especificamente determinadas coisas porque naquele momento está mais direcionado para o nosso interesse, essa questão por exemplo do concurso do INSS eu acho que atuação do CFESS foi preponderante para que os AS estivessem sendo nomeados e se apropriaram desse espaço ocupacional. E outras ações do CFESS, a atuação parlamentar eu acho isso extremamente importante e vejo que está fortalecido a compreensão dessa necessidade. Quanto ao CRESS nossa seccional especificamente eu tenho algumas restrições, eu já apresentei algumas demandas e achei que a atuação não foi satisfatória, uma resposta de uma instituição para um profissional; ainda não atendeu além da demora. Então eu acho que poderia ser mais atuante e incisivo, a exemplo do CFESS. Acho que os posicionamentos são coerentes, eu acompanho mais o CFESS pra falar a verdade. A questão da educação, que o CFESS tem feito uma atuação no sentido da preservação de uma educação de

qualidade. É muito preocupante a questão da educação em geral, mas a formação dos AS nem se fala, nós estamos mexendo sempre com questões polemicas, no mínimo (codinome Ivanete Boschetti).

A minha monografia da graduação, eu falei de movimento estudantil e eu trabalhei a questão das categorias da profissão. Eu defendo extremamente a necessidade dessas entidades, acho que o Serviço Social tem o reconhecimento que tem hoje graças a conversa articulada das nossas entidades, acompanho sempre as resoluções, os manifestos até pelo site e as vezes na participação em eventos. Tenho ressalvas com relação a algumas questões, mas eu vejo de forma positiva. Vejo a importância das entidades da profissão, por estar sempre articulada com outros movimentos sociais por demandas da classe trabalhadora mesmo. A ressalva que eu tenho, é uma questão que eu acho positiva na atualidade é a legislação de estágio nossa, eu acho que é um avanço. Por trabalhar numa instituição que trabalha com ensino a distância, a gente viu concretamente as implicações da legislação de estágio pra frear algumas coisas com relação a desqualificação, sabemos que não é a melhor forma de formação profissional, não concordamos mas a instituição meio que esmagou a gente lá, não foi uma questão consentida e a gente pagou um preço muito alto, inclusive com o fechamento do curso presencial. Mas o estágio nos possibilitou um poder de barganha com relação a manter algumas coisas do Serviço Social que nos diferenciou de todos os outros cursos, que é o professor supervisor acadêmico. Então, a instituição foi obrigada a contratar supervisor acadêmico em todo lugar onde abrir uma portinha da universidade, Isso gerou implicações financeiras pra instituição, porque nenhum outro curso tem. Eles colocaram um pouco o pé no freio; com o Serviço Social não dá pra ser assim de qualquer jeito, nós vimos que a política de estágio, que é específica da profissão, foi crucial pra resguardar algumas questões. Consegui também, que o curso a distância não está sendo ofertado mais, as turmas que estão em andamento estão em funcionamento mas não tem vestibular e não abriu mais e acho que o grande fator foi a questão do estágio. Por outro lado uma crítica que eu tenho as entidades é a questão do discurso contra o ensino a distância, mas não oferecem subsídio para o trabalhador. Sinto um distanciamento, as entidades da profissão condena o ensino a distância e junto condena o trabalhador e o estudante, eu acho que deviam ponderar um pouco mais no sentido de ir a campo, nesses espaços e ser um fôlego a mais para o profissional que está lá dentro. Por exemplo a gente tentou garantir a continuidade do curso presencial e não tivemos apoio de entidade nenhuma da profissão. Abriu o curso a distância e ninguém nunca foi lá pra gente fazer pelo menos uma conversa com a instituição. A gente acaba sendo renegado pelos colegas de profissão, por ser submetido a essas condições de trabalho que a gente não escolheu, e é renegado na instituição porque eles falam que o Serviço Social é a banda podre do EaD porque é o único grupo que não está feliz é o nosso. É um grupo pequeno e que questiona, então lá a gente é o chato, porque as licenciaturas fazem uma apologia ao curso a distância, e a gente por ter as nossas críticas a gente é excluída dentro da universidade (codinome Lucia Barroco).

Nesse último depoimento da profissional, não se percebe mágoa e/ou ressentimento em relação às entidades, sendo essa a riqueza da observação no contato direto da pesquisa. Percebe-se, porém, a existência real de um “pedido de socorro” de uma profissional, que dada as condições objetivas do exercício profissional, se sente desamparada pelas suas representações.

Outro destaque, nesse depoimento, é a constatação de um encontro instigante do sentimento da profissional da prática com a reflexão teórica presente na obra de Iamamoto que se complementam:

A diretriz que vem norteando o projeto de formação profissional é a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, acompanhada da denúncia dos efeitos deletérios da privatização do ensino superior. Entretanto é impossível não reconhecer o peso quantitativo das IES de natureza privada no universo do Serviço Social, o que requer, de parte dos órgãos de representação da categoria, uma política específica de integração desses cursos à proposta de formação profissional consensuada, condição de se preservar a hegemonia na direção acadêmica e política dessa formação. A elevação do nível de qualidade acadêmica do conjunto da área de Serviço Social exige um investimento na qualificação dos docentes, também do ensino privado, que é um dos espaços ocupacionais do assistente social e parte de suas atribuições privativas. A formação continuada dos quadros docentes desses cursos, implementada regionalmente, é um meio de aproximá-los aos fundamentos das diretrizes curriculares da ABEPSS, condição de se preservar a direção social impressa ao ensino universitário na área, sua unidade e qualidade do ensino. (IAMAMOTO, 2010, p. 444).

Os profissionais, ao falarem sobre as entidades em seus depoimentos, demonstram certa contradição, num misto de desinformação e reconhecimento da atuação, ainda que limitada às ações pontuais e de interesse individual. A desinformação aparece quando expõem a necessidade de realização de ações que já estão em curso tais como: defesa de concursos públicos, lei de regulamentação do piso salarial, acompanhamento legislativo de todas as matérias que se referem à profissão e a defesa da qualidade do ensino. Tais reflexos da desinformação também são percebidos quando creditam às entidades ações que fogem do seu âmbito de atuação, como por exemplo, o fomento a cursos de qualificação profissional e resolutividade de questões que fogem unicamente à competência do conjunto, tais como definição de piso salarial.

O reconhecimento, por sua vez, está presente nos relatos em que destacam os avanços da profissão e, dos quais esses sujeitos foram beneficiados e/ou tiveram, de alguma forma, conhecimento dessas conquistas da categoria.

Acompanho sempre o CRESS via internet, a gente recebe uma revista, mas realmente falta um pouco mais de acompanhamento. Eu acho que deveria divulgar mais, até mesmo realizar cursos locais, porque várias coisas acontecem mas fora de Uberlândia; vai ter um evento o CRESS está promovendo em BH, deveria ter mais divulgação, mais seminários em parceria com as faculdades locais (codinome Joaquina Barata).

Eu sempre entro no site do CRESS, mas se você me perguntar hoje do que eu lembro de manifestos a não ser contra a EAD eu não sei outro. Esse eu lembro e fiquei muito triste porque eu vejo assim que existem profissionais presenciais que nunca assumiu a profissão e nem faz uso do Código de Ética e de muitas coisas. A perseguição foi muito grande, eu vejo como uma perseguição como uma discriminação, sendo que se prega tanto contra a discriminação. Eu pensei meu Deus mas não é possível uma coisa dessas, eu acho que isso me levou a buscar tanto, a ficar até de madrugada quase todo dia estudando porque eu queria provar para o CRESS que é possível você ser responsável, ser coerente, você fundamentar mesmo com o ensino a distância. Eu fiquei muito insatisfeita na época eu não consegui entender o motivo disso aí, e até hoje eu não entendi essa rejeição do CRESS contra esses novos profissionais. Eu recebo e-mail em relação às datas relativas à profissão e vejo pelo lado positivo, os que já li (codinome Cláudia Mônica).

Eu acesso sempre o site do CFESS pra acompanhar e acho muito boa a atuação do CFESS. As vezes a gente acompanha mais especificamente determinadas coisas porque naquele momento está mais direcionado para o nosso interesse, essa questão por exemplo do concurso do INSS eu acho que atuação do CFESS foi preponderante para que os AS estivessem sendo nomeados e se apropriaram desse espaço ocupacional. E outras ações do CFESS, a atuação parlamentar eu acho isso extremamente importante e vejo que está fortalecido a compreensão dessa necessidade. Quanto ao CRESS nossa seccional especificamente eu tenho algumas restrições, eu já apresentei algumas demandas e achei que a atuação não foi satisfatória, uma resposta de uma instituição para um profissional; ainda não atendeu além da demora. Então eu acho que poderia ser mais atuante e incisivo, a exemplo do CFESS. Acho que os posicionamentos são coerentes, eu acompanho mais o CFESS pra falar a verdade. A questão da educação, que o CFESS tem feito uma atuação no sentido da preservação de uma educação de qualidade. É muito preocupante a questão da educação em geral, mas a formação dos AS nem se fala, nós estamos mexendo sempre com questões polemicas, no mínimo (codinome Ivanete Boschetti).

Ressaltar-se tanto as críticas quanto os elogios ao papel das entidades deve ser entendido como uma via de mão dupla, e não se pretende aqui responsabilizar um ou outro lado. Importa, porém, observar com mais profundidade essa relação no sentido de que, tanto entidades quanto os profissionais, devem reconhecer a simbiose que os une e, a partir de tal fato, imbuírem-se efetivamente no sentido de sintonizarem o discurso e a ação.

3.8 Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores

O nono princípio, qual seja, o da *articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores*. O Código de Ética, para além da normatização das ações profissionais dos(as) assistentes sociais, externaliza, também, a orientação política e hegemônica da profissão, cuja linha mestra pode ser definida como democratização das relações e socialização da riqueza socialmente produzida.

Essa determinação ética insere, definitivamente, os(as) assistentes sociais nas fileiras das demandas por condições de trabalho condignas e, na luta pela universalização das políticas sociais, que são, por sua vez, bandeiras da classe trabalhadora como um todo. Para a compreensão da assunção desse princípio, conversou-se com os sujeitos do estudo sobre a sua participação em movimentos populares e/ou da sociedade civil. A interlocução ocorreu por meio da indagação sobre se estes tem conhecimento e/ou participam ou participaram de algum movimento de outra profissão e/ou da sociedade.

Alguns sujeitos relataram já ter participado de movimentos independentes de forma pontual e esporádica, sem um envolvimento efetivo e com consequências.

Eu conheço alguns de outras profissões mas eu não tenho participado ativamente. Houve um período em que eu participei muito com o pessoal da cultura, onde existia as conferências municipais da cultura que era um público mais segmentado com as artes, artes cênicas, artes plásticas eu tive um contato muito próximo com a cultura a uns dois anos atrás mas agora não tenho mais. Eu até tive numa conferência, mas muito mais para a área de captação de recurso para o terceiro setor, que volta lá para o Serviço Social do que de fato para a intervenção da cultura mesmo (codinome Berenice Rojas Couto).

De outra categoria que eu já participei é de professores, sempre que tem alguma coisa, mesmo não sendo diretamente envolvida eu acredito que o caminho para melhorar tudo é a educação mesmo, não tem jeito. Então sempre que tem alguma coisa nesse sentido eu participo, principalmente em redes sociais nessa questão do preconceito de gênero também participo, já participei de movimentos na rua, em redes sociais também (codinome José Paulo).

Eu mesmo, participar não. Uma vez por mês a gente participa no conselho da saúde, é um movimento promovido uma vez por mês, cada um pode levar sua sugestão, sua opinião é uma forma de estar participando e levando o que a população necessita (codinome Joaquina Barata).

Outros estão de alguma forma envolvidos com ONGs e entendem isso como uma participação junto aos movimentos da sociedade civil. Demonstra-se assim, um esvaziamento dos espaços antes ocupados pelos movimentos sociais, com suas reivindicações coletivas, dando lugar a organizações pontuais e com foco bastante definido.

Eu participo do Conselho Municipal de Saúde, não vou em todas as reuniões, eu era membro agora não sou mais, eu participo mesmo para me inteirar... e, eu sou vice presidente de uma ONG, que é a Neo Ambiente, é uma ONG que visa o social e o meio ambiente e a gente trabalha muito com a questão social, questão de movimentos populares (codinome Marina Maciel).

Eu sou membro voluntário do Conselho Municipal da Mulher, é todo um trabalho voluntário no atendimento as vítimas da violência doméstica. Trabalho numa instituição que é da Sociedade São Vicente de Paula e lá a gente tem vários movimentos e ações voltados para a saúde (codinome Beth Mota).

Quando fala em movimentos da sociedade civil eu penso nas ONGs, mas as ONGs ainda, do ponto de vista de pressão de luta e conquistas, é muito pouco, o trabalho é mais de assistência, as vezes, assistencialismo, nessa questão de se organizar pra conquistar alguma coisa, não sei se é desconhecimento meu, mas eu acho que ainda tem pouca representatividade. Eu trabalho voluntária numa ONG que está começando agora, ela é vinculada a igreja que eu faço parte a princípio ela nasceu de forma assistencialista e aí me chamou e outras assistentes sociais da igreja para tentar profissionalizar e deixar o trabalho mais técnico e menos assistencialista, essa foi a visão do diretor (codinome Carmelita Yazbek).

Por último, há uma participação nos espaços institucionais de controle social e uma crítica à pouca participação popular na contemporaneidade. É preciso compreender entretanto, que a desmobilização social encontrada na realidade atual é

fruto de um projeto político no qual se permitiu que a esquerda estivesse na condução do poder executivo máximo do país. Este movimento levou à assunção do discurso dos grupos sociais, e, em decorrência desta ressignificação do discurso de tais grupos, houve o surgimento generalizado de um *pseudo* sentimento de pertença, de estar efetivamente participando das decisões, o que facilitou a cooptação e o controle da subjetividade deste grupo, gerando assim seu assujeitamento.

Eu participo do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Conheço vários movimentos sociais, participei do movimento estudantil e atualmente eu tenho atuado mais nessa esfera do Conselho de direitos da pessoa com deficiência. Vejo a questão dos movimentos sociais enquanto a única possibilidade autêntica da sociedade caminhar em busca da igualdade de direitos. As conquistas que temos hoje na sociedade, no Brasil a questão da Constituição principalmente, a gente sabe que só foi possível em virtude dos movimentos sociais. Hoje nós temos uma crescente criminalização dos movimentos por parte da mídia, uma deslegitimação do direito a greve, do direito à livre expressão, mas eu ainda acredito e não vejo outro caminho (codinome Maria Lucia).

Eu participo nessas instâncias, já participei de Conselhos e atualmente da CISST Comissão Inter setorial de Saúde do Trabalhador, sempre coerente com o que eu disse antes, as demandas existem aos montes mas a gente tem as instancias certas pra coloca-las e brigar pelo atendimento. Eu vejo assim, formas de participação, os movimentos existem os pequenos, os médios, os macros, nós tivemos recentemente uma mobilização da categoria de assistentes sociais da prefeitura em geral pela implantação da produtividade para incorporar no salário, porque na saúde nós temos, mas só na saúde. Teve uma mobilização, uma audiência na câmara que eu participei, eu já tenho produtividade, tenho as 30 hs pela minha lotação mas eu fiz questão de participar pelas colegas, pela categoria profissional, esse tipo de coisa acho que é importante. Fui parte da diretoria da Associação de Assistentes Sociais aqui da cidade durante algum tempo, eu não me distancio por muito tempo dessas atividades, participo das mobilizações também pelas redes sociais, hoje em dia é muito frequente isso. Me causa preocupação é a estagnação dos sindicatos, as mobilizações sindicais eu vejo que está assim, um período de estagnação mesmo, uma espécie de anestesia. Como eu participo da CISST, eu fiz um grande esforço para que os sindicatos aderissem a CISST que participassem, que trouxessem as demandas dos trabalhadores, porque ela é uma câmara técnica do CMS. Para mim está tão claro, tão lógico porque os sindicatos não usam essa ferramenta? Deveriam, seria o natural, trazer as demandas dos trabalhadores pra CISST e dela para CMS e usar os recursos do CEREST para a saúde dos trabalhadores das categorias que eles representam. Então nem uma coisa nem outra, nem a participação política e nem o acesso aos serviços, eu acho isso o cúmulo, é uma oportunidade valiosa porque eles representam os trabalhadores, os interesses dos trabalhadores (codinome Ivanete Boschetti).

Nos depoimentos dos profissionais observa-se uma preocupação com os movimentos institucionalizados, uma maior participação nos Conselhos de direitos, demonstrando a ocupação desses espaços. Contudo, o(a) assistente social, na maioria das vezes, tem nesses espaços, que são institucionais, uma participação compulsória, uma extensão do seu trabalho e, em muitas situações, cumpre uma representação governamental. Sem dúvida, essa participação pode qualificar esses espaços, mas ao mesmo tempo limita as possibilidades de mobilização social. Por isso, a paridade na composição dos conselhos de direito, em muitas situações, coloca sociedade civil e governo em campos opostos.

Então, nestes contextos, quando se está trabalhando/atuando em uma ação governamental, os compromissos declarados são diferentes daqueles que estão assumidos com a categoria, enquanto grupo social organizado. Estas práticas acabam por controlar a categoria e criando a falsa sensação de pertença e conquistas de garantias e lutas travadas durante o processo. Tais ações cegam e/ou, no mínimo, neblinam o entendimento individual e coletivo das pessoas.

Obviamente que o(a) assistente social é um profissional que pode e deve ter uma participação qualificada e potencializadora dos debates das políticas públicas, mesmo que esses espaços sejam palco oficial. Nesse sentido, essa participação possui uma importância fundamental para a garantia e efetivação dos direitos. No Brasil temos boas leis, porém padece-se ainda da efetivação dos direitos, e/ou do cumprimento das determinações legais.

Não se observou, na mesma intensidade, a participação dos sujeitos do estudo nos espaços da chamada sociedade civil e/ou nos movimentos espontâneos de participação popular, que tem a classe trabalhadora como protagonista.

Percebe-se também, nas próprias falas, que essa participação é tímida, o que pode ser inclusive reflexo do momento histórico em que há uma desmobilização generalizada dos trabalhadores, fruto dos ideários individualistas do projeto societário em vigor. Não se pode, portanto, esperar nem exigir dos(as) assistentes sociais um comportamento diferenciado, apenas pelo fato de serem assistentes sociais. Aponta, por conseguinte, para a necessidade da própria classe criar alternativas de participação que contemplem as demandas e sejam capazes de motivar a participação coletiva.

3.9 O compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional

O compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional apresenta-se como o décimo princípio do Código de ética. Para abordar este princípio, foi desencadeada uma conversa sobre a qualificação profissional, entendida sob o prisma da tríade ética, técnica e política. Esse compromisso tem um caráter coletivo na medida em que contempla um fazer profissional crítico e sintonizado com as lutas democráticas pela emancipação humana, superando conceitos reducionistas como o praticismo, o teorismo, o ecletismo e o voluntarismo. Portanto, qualifica os objetivos a serem alcançados por meio da inserção da crítica teórica nas atividades técnicas e políticas. Convém lembrar aqui as dimensões das competências: ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, que devem estar presentes no processo de formação dos assistentes sociais.

Grande parte dos entrevistados qualificam-se de acordo e por exigência da área de atuação profissional. Ainda assim, o fazem por iniciativa própria, e buscam cursos de especialização.

Eu participo muito de capacitações de terceiro setor, nós tivemos recentemente uma capacitação sobre violência doméstica que foi fornecida pela ONG SOS Mulher Família, sempre que tem essas temáticas que fazem relação com o Serviço Social eu tenho procurado participar, teve o encontro do COMGEMAS agora em BH que são dos gestores da assistência que eu tive a oportunidade de participar pela prefeitura e foi um momento muito rico. Em relação a leitura eu sou obrigada a ler muito, porque com a tutoria o material vem de Londrina, então esse material já vem preestabelecido para o tutor se inteirar então acaba que José Paulo, Aldaíza Sposati, esse pessoal aí da nossa bíblia estão sempre na minha cabeceira. E os próprios professores de Londrina escrevem os livros didáticos do Serviço Social da UNOPAR são escritos pelos professores, então tem lá cada livro das disciplinas, ciência, economia, fundamentos então eu tenho sempre lido esse material. Fiz duas especializações uma a distância em Gestão de Políticas públicas UNOPAR e presencial Trabalho Social com Famílias na Católica, e eu devo ter feito aí uns 30 cursos de extensão, eu fiz curso de Libras curso sobre SUAS sobre previdência, mas são cursos de 30, 40 horas (codinome Berenice Rojas Couto).

Eu acho isso muito importante, até por que aquela conversa de que a teoria não tem nada a ver com a prática, é outro que tá fazendo não sei o que na área, porque se você não vê ligação da sua prática com a teoria do que você aprendeu, não aprendeu nada ou está na área errada. Todo ano a gente tem os cursos de qualificação que são oferecidos até pela Recursos Humanos mesmo, para os servidores como um todo. Sempre cada semestre eu faço um curso, geralmente online porque é mais fácil para conciliar com trabalho, casa e criança. Eu fiz uma especialização em 2010 em Gestão de Políticas Públicas, Fiz o curso de libras net. Fiz também de atendimento ao público, gestão de projetos esses online da Receita Federal... Pois é, quanto ao que tenho lido ultimamente...o Serviço Social está assim, eu estou pensando em engatar para fazer o mestrado, só que aí agora minha vida de mãe (rsrsrs) eu estou um pouco parada nesse sentido de realmente partir para o projeto e ver os tramites para começar fazer. Aqui no setor a cada dois anos sai um de licença para fazer o mestrado, a próxima pessoa é uma colega depois, teoricamente seria eu, então eu já devia estar começando, como estamos fazendo esse curso de interdisciplinaridade aqui, que envolve parte da equipe o que eu andei lendo foi a questão de revista atualizada do Serviço Social também livros, alguns livros sobre política social em casa, para embasar nessa questão do curso, notícias atual do CRESS do CFESS mas nada muito específico e aprofundado não, por enquanto ainda estou pegando no tranco (codinome José Paulo).

Eu participei de alguns eventos, congressos, fiz uma especialização; Trabalho social com Famílias. Tem um pré-projeto pronto para o mestrado, mas é um sonho que eu acho que vai ficar, não vou dar conta não. Quanto à leitura, depois que forma a gente fica lerdo, eu venho lendo muito pouco. Eu ando muito atualizada em questões do MDS, eu gosto de estar atualizada nessas questões, previdência social, desenvolvimento social é o que eu tenho lido mais. Livro, revista do Serviço Social específico...relaxe (codinome Beth Mota).

Eu Fiz o curso de especialização da ABEPSS/CFESS. Fiz algumas disciplinas na UNESP como aluna especial do mestrado. Ainda não fiz mestrado até porque não defini ainda o meu projeto e eu não quero fazer apenas pela titulação, eu estudo porque gosto, penso que é um compromisso profissional que fazemos a partir do momento que formamos em Serviço Social. Na atualidade tenho me dedicado aos estudos da questão da saúde do trabalhador, tenho lido muita coisa a respeito. Mas não é uma leitura fechada, leio outras coisas aí pra escrever o meu projeto de pesquisa que está em fase de construção já a algum tempo. Eu gosto de estudar movimentos sociais, tenho lido alguma coisa sobre consciência de classe, pretendo construir um projeto. Minha grande indagação no meu projeto de pesquisa, que eu fico tentando me encontrar é: Se a consciência de classe vai nascer de uma forma espontânea a partir das condições objetivas de sobrevivência, a pessoa espontaneamente cria uma consciência de classe, que é o que a Rosa de Luxemburgo defendia. Ou se a consciência de classe precisa ser alimentada por alguma instituição, sindicato, partido etc. Eu preciso definir ainda, de que lado eu vou ficar pra fazer minha defesa, mas eu leio bastante coisa a respeito. Participo dos eventos da profissão ENPESS mandei trabalho para o CBAS, na UNESP,

sempre que tem eventos procura participar, escrever artigos (codinome Lucia Barroco).

Eu fiz uma pós, Trabalho Social com Famílias, saindo da faculdade foi a única coisa que fiz, pensando em estar me qualificando, programa de saúde da família. Agora eu estou pensando em fazer administração pública pra complementar o que eu já estudei (codinome Joaquina Barata).

No meu último módulo da graduação eu iniciei uma pós em saúde pública e da família e depois fiz mais duas pós em EAD uma em educação religiosa e outra em educação inclusiva. Sempre faço aquela capacitação da SEDESE que tem todo ano sobre o SUAS, sobre as políticas sobre o CREAS o CRAS, além disso leituras de livros, que gosto muito, vídeos. Eu tenho estudado muito, Livros sobre acolhimento institucional, sobre rede, sobre adoção eu não sei te falar nomes assim mas são todos do Serviço Social (codinome Cláudia Mônica).

Fiz duas especializações, uma em Docência do Ensino Superior e a outra em Direitos Sociais e Competências Profissionais da UNB em parceria com o CFESS. Cursos menores na área de saúde fiz vários, como é atribuição a capacitação da rede a gente promove muitos seminário, capacitações, cursos. Eu leio mais artigos da revista Serviço Social e Sociedade, inclusive eu pedi e fizeram a assinatura e nós temos aqui. Devido à minha atuação profissional estudo muito a legislação (codinome Ivanete Boschetti).

Percebe-se que os concursos públicos são motivadores da educação continuada e da qualificação. Seja essa qualificação por meio de cursos de extensão, de pós-graduação *lato sensu* e/ou de leituras afins.

Eu fiz uma pós graduação em Gestão Pública Municipal pela UFU, eu procuro ler alguns livros ligado a área, alguma revista Serviço Social e Sociedade, eu gosto muito, lamamoto, sempre estou lendo alguma coisa sempre que eu posso. Como não estou concursada, estou sempre estudando, O último concurso foi do TJ, deve ter uns três meses, esse ano acho que reli Serviço Social e Contemporaneidade. Fiz um curso de direitos humanos e mediação de conflitos de 60 hs, fiz um na área da criança e adolescente de 90 hs. Acho que mais específico foi isso que fiz (codinome Regina Miotto).

Minha leitura está péssima nossa, te juro. Minhas últimas leituras foram os estudos pra concurso. Eu terminei uma pós em outubro do ano passado, em gestão pública municipal, na UFU, e isso me cansou muito. Foi EAD e eu tinha na minha cabeça que EAD era coisa muito fácil e EAD é muito complicado, porque você tem que estudar sozinho, minhas últimas leituras foram a pós e o concurso e aí dei uma parada. Depois da graduação em 2008 eu fiz um curso na UFU de líder Comunitário pelo movimento Cidade Futura com a PROEX, então eu fiz esse curso e a Pós (codinome Marina Maciel).

Na verdade foi depois da graduação que eu comecei a ler e estudar, que eu fui ler o nosso Código de Ética inteiro, que eu fui ler as leis, o ECA, o Estatuto do Idoso, tudo isso veio depois da minha formação porque durante a graduação eu fazia o que pedia e olha lá. Fiz um curso de especialização; trabalho social com Famílias, fiz muitos cursos de extensão, muitos deles a distância. Últimas leituras, livro inteiro que eu li, não sei, foi revista Serviço Social e Sociedade. Hoje por exemplo eu estava lendo educação para além do Capital, eu já tinha pego uns materiais do Mezáros pra ler e me falaram que ele era bom e eu comecei a ler pra valer. E a questão dos concursos, como eu fiquei sem trabalhar um ano depois da minha formação, eu tive essa necessidade de ler pra prestar concurso e eu fiquei conhecendo um pouco de cada área. Fiz concurso pro TJ, pra área de educação, ministério público, saúde e tive que conhecer um pouquinho de cada (codinome Carmelita Yazbek).

Eu fiz uma pós graduação na Católica de Uberlândia curso de especialização Trabalho Social com Famílias e normalmente eu estou sempre lendo, porque eu estudo pra concurso, inclusive eu estou lendo ainda aquele autor Simões o livro curso de Direito em Serviço Social (codinome Marilda Iamamoto).

Em relação à efetivação desse princípio ético na prática profissional observou-se, por um lado, o interesse dos profissionais pela educação continuada e, por outro, as restrições impostas pelo cotidiano, seja de ordem pessoal e/ou institucional. Por se tratar de um quadro profissional com imensa maioria feminina, destaca-se os determinantes culturais em relação à questão de gênero, em que cabe à mulher os afazeres domésticos e o cuidado com os filhos, estes, em muitos casos, assumindo prioridade em relação à qualificação.

Observa-se que esta condição, em alguns casos, tem impossibilitado e/ou adiado esse desejo e essa necessidade, enquanto que em outros, tem exigido um desdobramento das profissionais que buscam aprimorar-se profissionalmente.

Nota-se ainda que a possibilidade real de aprovação e contratação em concursos públicos tem motivado os(as) assistentes sociais a se atualizarem, o que legitima, ainda mais, a defesa dessa bandeira pela categoria que, ao defender essa modalidade de vínculo empregatício sustenta, também, a melhoria na qualidade dos serviços prestados à população.

3.10 Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física, reafirma a

valorização da liberdade, a qual determina a singularidade de cada um, com base cultural e social

O décimo primeiro princípio, qual seja, *exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física*, reafirma a valorização da liberdade, a qual determina a singularidade de cada um, com base cultural e social.

Essa compreensão possibilita o respeito e o reconhecimento à identidade que se constitui a partir da particularidade e das diferenças individuais. Atuar profissionalmente e de forma ética, considerando a diversidade e a diferença humana, é uma das habilidades que o(a) assistente social adquire no conjunto de conhecimentos que compõe a sua formação. Assim, com sua intervenção profissional, poderá contribuir no combate à discriminação, na medida em que descarta a ideia de verdade absoluta e não generaliza nem simplifica as situações que são específicas de cada pessoa.

Superando o dogmatismo, a intolerância, a omissão e a convivência abre-se espaço para a existência da dúvida e para a alteridade, contribuindo para o rompimento de velhas práticas discriminatórias que, teoricamente, o assistente social está preparado para combater.

Para entendimento dessa experiência do(a) assistente social com a diversidade e a diferença presente no seu cotidiano profissional, conversou-se novamente sobre as relações que estes estabelecem com os usuários e com os outros profissionais nos espaços ocupacionais.

Eu tento ao máximo seguir as diretrizes do Código de Ética, então questão de atender em uma sala adequada, a questão do sigilo, esse cuidado com a demanda que o outro traz, as vezes eu não sou preconceituosa sou é medrosa, eu diria que eu tenho alguns receios e alguns cuidados em relação a alguns atendimentos a algumas demandas, mas preconceito não. Estou tão acostumada com as nossas diversidades que não é algo que me causa mais no sentido do repúdio de nada nesse sentido. Eu consigo entender o pluralismo, quando eu penso na profissão eu acho que o assistente social tem que respeitar essa questão da diversidade ele tem que conduzir o seu trabalho respeitando essas diferenças, então eu consigo identificar que no exercício profissional existe a necessidade de respeito às diferenças à diversidade (codinome Berenice Rojas Couto).

Eu não vejo essa diferenciação, dentro do trabalho que é feito aqui, nosso público alvo não tem essa diferenciação, é visto normal, o atendimento é normal é o mesmo, independente de qualquer questão que o usuário traga. Aqui a gente tem um trabalho em conjunto no sentido de que quando eu atendo algum aluno, que menciona alguma questão de atendimento psicológico ou pedagógico, eu encaminho esse aluno para o setor específico da mesma forma acontece com elas. Quando tem algum caso que a gente precisa discutir em equipe, já teve caso da gente sentar com o psicólogo, com o pedagogo e discutir a situação do aluno, que jeito que a gente vai intervir para aquele aluno conseguir voltar para o nível que ele estava, dentro do desempenho acadêmico dele, e conseguir superar alguma questão que está atrapalhando para ele terminar o curso. O objetivo é trabalhar junto, no sentido de ajudar o aluno para ele melhorar o desempenho para não dar só as condições econômicas pra ele se manter na universidade, entrar com o apoio pedagógico também, assim não vejo esta questão hierárquica não (codinome José Paulo).

Para mim é muito tranquila. Eu não tenho dificuldade, até pode parecer, então está tudo lindo? Não, mas realmente não tenho dificuldade nenhuma, atender uma prostituta, atender um homossexual ou um travesti mesmo que pode estar com os trejeitos ou assim com roupas não tem dificuldade. Não tem problema, é um ser humano normal que eu não vou tratar ela menos ou mais por causa disso (codinome Regina Miotto).

Eu acredito que seja indiferente em relação ao atendimento. No entanto tem grupos que exigem mais dos profissionais. Saúde mental eu tenho um pouco mais de dificuldade com os pacientes porque além de ser um grupo diferenciado eles se diferenciam entre si também, tem aquele paciente mais depressivo, choroso é complicado trabalhar com ele mas nem tanto quanto o paciente agressivo (codinome Marina Maciel).

A minha ação é natural porque eu respeito muito o indivíduo no contexto em que ele está inserido, se é um homossexual, se é um idoso, seja lá qual for, eu vou fazer minha intervenção naturalmente, se for um dependente químico que chegar aqui eu vou me posicionar com ele da mesma forma tranquilamente. Cada um dentro do seu contexto, minha intervenção é procurar promover alguma coisa pra essa família dentro do que ela vem buscar aqui no CREAS (codinome Beth Mota).

Com os profissionais específicos alguns eu sinto muita barreira muita dificuldade, algumas categorias, como os médicos eu sinto uma certa resistência pra conversar com a gente, eu vejo que o diálogo de médico pra médico ou com o enfermeiro tem muito mais abertura do que com o assistente social, as vezes, vamos pedir uma informação e eles retêm essa informação, ou não fala direito porque acha que não vamos entender, as vezes eu não entendo mesmo mas eu pergunto o que significa aquilo. Em relação ao usuário, de acordo com a minha / nossa formação eu me considero preparado pra trabalhar com esses diversos segmentos, a minha linguagem é sempre a mesma da mesma forma que eu falo com o idoso eu falo

com outra pessoa digamos escolarizado (codinome Carmelita Yazbek).

Eu sempre respeitei não tenho nenhuma discriminação, eu procuro dentro do que é direito do usuário, estar conduzindo, direcionando eles a ter acesso aos direitos, nunca tive nenhuma discriminação. Enquanto assistente social, normal tem todo o respeito, pessoas negras eu tenho muitos amigos negros não tem essa questão. Soro positivo que tem muita discriminação até hoje essas diferenças é um fato pra mim que não atrapalha, eu vejo como pessoa humana. Eu acredito que facilita, quando a pessoa não tem essa discriminação, que vem de valores fica muito mais fácil para a prática profissional. Quando eu estava na faculdade eu pensava não quero trabalhar com idoso, eu não tenho muita paciência com idoso, e chegando aqui pra trabalhar, tenho um carinho imenso por idoso, até o meu tratamento com idoso, dentro da minha família melhorou muito. Foi atuação profissional que me ensinou muita coisa (codinome Marilda Iamamoto).

O próprio doente mental, eu vejo muito dentro desse grupo, porque no segmento da saúde ele é o mais excluído ainda. A gente lida com tranquilidade tendo clareza que a profissão é vinculada a classe trabalhadora, e a classe trabalhadora hoje ela vai desde a chamada classe média, até a pobreza extrema, e a gente lida cotidianamente com isso a questão de idosos é um grupo que a gente lida aqui na instituição agora imagina; idoso, negro, mulher e doente mental. Do meu ponto de vista, eu entendo pela questão da igualdade, e se você tratar de uma forma diferente é um jeito de discriminar e de tachar uma visão pejorativa da pessoa, há o coitadinho... o fulano...eu entendo que temos que ver a pessoa enquanto sujeito de direitos independente da condição que ela estiver. Nem facilitar ou dificultar o acesso a nada em detrimento da situação que ela se encontra, eu acho que se a pessoa chega bem vestida ou em condição de rua, o tratamento nosso tem que ser o mesmo, dentro daquilo que ele tem direito enquanto sujeito, enquanto ser humano a obrigação nossa é atender da mesma forma (codinome Lucia Barroco).

Em relação à equipe em geral, nunca teve muita resistência ao trabalho do assistente social, nós padecemos em comum das dificuldades e de certa forma isso nos une, a dificuldade do outro é a minha e vice versa. É claro que em todo lugar que trabalhamos temos mais afinidade com um colega do que com outro, mas sempre teve respeito de todas as partes. Só tem esse problema que os profissionais não ficam por muito tempo então nós estamos sempre com colegas novos. A relação com o usuário, como aqui é um atendimento especializado e ele vem encaminhado, é bem tranquila porque ele traz as demandas geralmente bem claras pra ele também, a gente busca esclarecer o que ainda falta a ele compreender e procuramos ampliar o entendimento dele nas questões relativas à própria saúde, por exemplo o auto cuidado, informar sobre os serviços e como ele pode acessá-los e todos os atendimentos que eu faço eu procuro incentivar à participação no controle social, de acordo com cada situação (codinome Ivanete Boschetti).

Ao analisar os depoimentos, percebe-se uma aproximação dos profissionais com o Projeto Ético Político, resguardadas as limitações, na medida em que se identifica em todas as falas uma preocupação com o usuário dos serviços. Por outro lado, é possível observar que o(a) assistente social padece das mesmas agruras da classe trabalhadora como um todo, trazendo em suas falas a reprodução social do entendimento que se tem, na sociedade, da diversidade. Isso é positivo, se a análise tomar o(a) assistente social como um membro da classe trabalhadora e, portanto, sujeito às mesmas condições de venda da sua força de trabalho. Logo, detentor de espaço de atuação limitado às determinações do mercado e às regras do sistema.

Uma análise cuidadosa dos depoimentos demonstra que o Projeto Ético Político do Serviço Social está presente nas ações profissionais do(a) assistente social, alguns mais, outros menos, mas todos demonstraram conhecimento em relação aos princípios que dão concretude à proposta profissional.

Observa-se, também, que a implementação de tal projeto profissional, num projeto societário adverso, encontra as previsíveis dificuldades que vão se efetivar na ponta, ou seja, onde a vida acontece, na prática profissional dos emitentes dessa perspectiva de atuação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por mais rigoroso que seja o saber, é conhecida a distância entre o conhecimento e a realidade social, por isso ele é sempre uma aproximação, mas em contrapartida é fulcral lembrar que a pesquisa é uma possibilidade objetiva de compreender a sociedade [...]. (LARA, 2011, p. 51).

Ao concluir um estudo abre-se a oportunidade para outro. Assim, não é possível encerrar essa discussão, mas contribuir no processo do debate e da efetivação do projeto Ético Político do Serviço Social. A principal motivação para estudar essa temática foi se desenvolvendo a partir das próprias indagações geradas no decorrer do meu triplo envolvimento com a profissão. A minha efetiva participação no Serviço Social teve início com a conclusão da graduação em 1992 e a inserção no espaço ocupacional da saúde em 1994, prosseguindo com a militância no conjunto CFESS-CRESS a partir 1996 e o ingresso na docência em 2001. Os espaços que ocupei na profissão até agora constituíram-se em um privilégio, aliado com a assunção de uma grande responsabilidade, na medida em que vivenciei e vivencio, ao mesmo tempo, todas as dimensões do Serviço Social.

Chego ao final de esse estudo com muitos esclarecimentos, mas ainda com angústias próprias do processo investigativo. Primeiro, passo a compreender que o Projeto Ético político do Serviço Social não é estranho aos Assistentes Sociais como pode parecer numa análise mais superficial. A oportunidade de conversar com os colegas que estão nos mais diversos espaços da prática cotidiana possibilitou uma aproximação do entendimento que se tem do referido Projeto e das possibilidades de se efetivá-lo. Diferentemente do que se coloca, muitas vezes, na análise da profissão realizada por alguns profissionais, a teoria funciona no curso como elemento estruturante que fundamenta e oferece sustentação à prática profissional na região estudada. Foi muito significativo, enquanto pesquisador e formador de profissionais da categoria, a constatação realizada no estudo na qual foi identificado o conhecimento e o envolvimento que os profissionais possuem com os princípios defendidos pelo Projeto Ético Político do Serviço Social.

Em muitos depoimentos, ainda que os sujeitos não se referissem diretamente ao Projeto, foi possível identificar, na sua fala, a preocupação de estar, na prática profissional, resguardando e garantindo os valores presentes nos princípios que balizam os rumos do Serviço Social.

No diálogo com os entrevistados, esteve presente a preocupação de não se mencionar que o foco do estudo era o Projeto Ético Político do Serviço Social. Desta forma, o diálogo estabelecido e as questões propostas estavam relacionadas com a prática profissional, sobre o cotidiano dos assistentes sociais, o que faziam e como faziam. Só então, ia-se introduzindo os conceitos presentes nos onze princípios que oferecem sustentabilidade ao Código de Ética do Assistente Social, tomado como o principal pilar desse Projeto Profissional.

Assim, os profissionais falavam de liberdade, emancipação, democracia, direitos humanos, equidade, cidadania, preconceito, pluralismo, nova ordem social, movimentos sociais, qualidade dos serviços e exercício profissional sem, necessariamente, relacionar essas categorias teóricas com o Projeto da Profissão. Entretanto, mesmo não mencionado essa relação, foi possível identificar, através dos depoimentos que todos(as) os entrevistados acreditam e defendem esses princípios em seus espaços ocupacionais.

Confirmou-se, também, a hipótese inicial de que as condições materiais nas quais ocorrem as práticas profissionais são limitadoras das possibilidades. Todavia, não são impeditivas para um exercício profissional com atuação mais coerente com

o Projeto. Para a superação das dificuldades encontradas e manutenção da coerência com os princípios basilares da profissão, os Assistentes Sociais contam com sua relativa autonomia profissional e com sua capacidade de estabelecer estratégias de intervenção que vão além do meramente estabelecido. Iamamoto (2010, p. 416) elucida bem esse dilema profissional:

[...] verifica-se uma tensão entre projeto profissional, que afirma o assistente social como um ser prático-social dotado de liberdade e de teleologia, capaz de realizar projeções e buscar implementá-las na vida social; e a condição de trabalhador assalariado, cujas ações são submetidas ao poder dos empregadores e determinadas por condições externas aos indivíduos singulares, às quais são socialmente forçados a subordinar-se, ainda que coletivamente possam rebelar-se.

Assim, os profissionais que atuam nessa região de Minas Gerais, vivenciam dificuldades semelhantes àquela experimentada pelos demais colegas que atuam em outras regiões do Brasil. Esta aproximação entre as diferentes realidades imprime atualidade aos desafios apontados por Iamamoto em sua obra de 1998 *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. Os(as) assistente sociais continuam sendo convocados, pelo cotidiano, a desenvolver as competências relacionadas com a experiência diária, pois

[...] um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir das demandas emergentes no cotidiano. Enfim ser um profissional propositivo e não executivo. (IAMAMOTO, 2005, p. 20).

Esse dilema e esses desafios são frutos da divergência entre o projeto societário vigente e projeto profissional do Serviço Social. Enquanto a formação ocorre fundamentada na teoria crítica, a atuação profissional acontece no estado neoliberal. Por outro lado, o Serviço Social recruta seus quadros formativos no projeto societário. O fato de o assistente social ter sua formação na teoria crítica, não torna o Serviço Social uma profissão marxista, como pondera Paulo Netto (1998, p. 101):

[...] por mais que seja rigorosa, intensa e extensa a interlocução com a teoria marxista, não se constituirá um Serviço Social “marxista” enquanto profissão. O Serviço Social sempre contemplará uma tal complexidade que no seu campo se moverão legitimamente

profissionais que, incorporando diferentes expressões do pensamento contemporâneo, encontrarão espaços de prática e intervenção diversos e plurais.

Com esses apontamentos, tem-se a impressão de estar-se diante de um impasse diametralmente oposto, que inviabiliza a efetivação do projeto Ético Político Profissional. Entretanto, não é impressão, é fato. Isto porque, o próprio projeto estabelece como princípio a construção de uma nova ordem societária que oportunize o âmago de sua proposta: a emancipação humana.

Ao analisar-se essa situação de forma despolitizada e/ou desprendida da realidade, corre-se o risco de se incorrer na falácia de creditar apenas ao profissional da prática uma tarefa hercúlea a ser cumprida, eivada de limitações e portanto, com um cariz forte de insucesso. Entendemos que o nosso Projeto é tarefa profissional que abarca, portanto, todos os segmentos dessa profissão, e deve estar presente nos três eixos, quais sejam, na formação, na representação política e no exercício da prática.

Na pesquisa realizada foi também possível perceber nas construções discursivas dos sujeitos, com maior e/ou menor adensamento, a conjugação dialética entre teoria e prática, que precisam ser entendidas como indissociáveis. Afinal, Como trabalhado no capítulo 1 desse estudo, considera-se para esse objetivo, as três dimensões que dialeticamente devem permear as ações: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Compreende-se que a articulação entre as três dimensões constitui-se na possibilidade real de efetivação do projeto. Ressalta-se aqui a utilização desse entendimento nos espaços de formação e, por conseguinte, a possibilidade de sua vivência nas experiências profissionais dos novos assistentes sociais.

Para ilustrar essa argumentação, qual seja, da necessidade e da possibilidade de apreensão dessas dimensões ainda na academia, apresenta-se aqui, com autorização, a reflexão realizada por uma das formandas do Curso de Serviço Social de Faculdade Católica em 2012 que, nessa senda de raciocínio, conseguiu em seu Trabalho de Conclusão de Curso, sintetizar com propriedade essa perspectiva. A mesma desenvolveu sua reflexão com o fito de superar impasses que acompanham o Serviço Social, tais como a relação entre o conhecimento e a profissão, o Projeto Ético-Político e a intervenção na realidade,

que possuem implicações diretas na prática e no significado social do exercício profissional (SANTOS, A. R., 2012).

A acadêmica destaca que não bastam os aparatos jurídicos nos quais o Projeto está pautado: Diretrizes Curriculares, Regulamentação da Profissão Lei nº8662/93, sendo considerado um dos mais bem conceituados Código de Ética profissional. Mesmo assim, com esse arcabouço legal, o Projeto não deve ser pensado sem os pilares que o sustentam, ou seja, sem as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnica-operativa.

Buscando explicar suas ideias Andreza Santos (2012) produz uma ilustração a qual denomina de Regência Profissional Tridimensional e que define esse conceito.

Figura 4: Regência Profissional Tridimensional: Articulação entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnica-operativa do Serviço Social

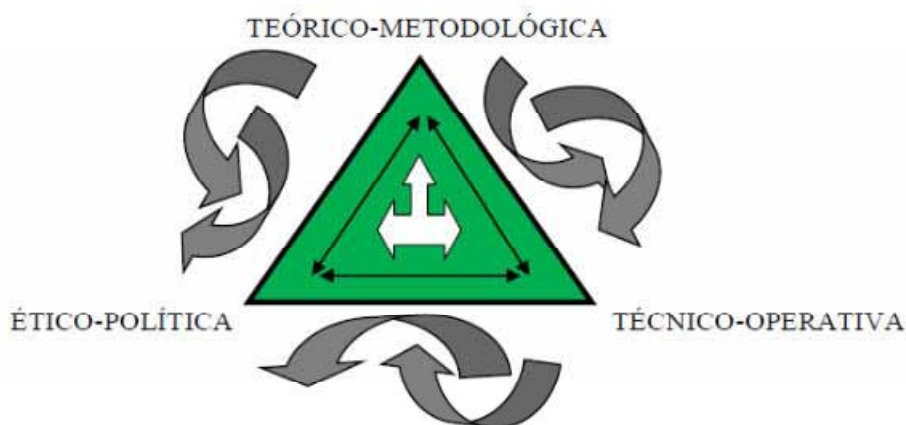


Ilustração 2 – Regência Profissional Tridimensional: articulação entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnica-operativa do Serviço Social. Ilustração elaborada pela autora, 2012.

Fonte: Andreza Rezende dos Santos (2012, p. 93).

Na explicação a autora essa figura representa as dimensões profissionais. Estão, em formato de triângulo devido ao fato de as três partes (teórica-metodológica, ético-política e técnica-operativa) se complementarem em prol de um bem comum (nesse caso, combatendo e/ou reduzindo o agravamento das expressões da questão social) e, nem por isso, deixarem de ser congruentes. Ou seja, nenhuma delas tem um peso e/ou valor maior que outra. Já a palavra regente foi, propositalmente, colocada com a finalidade de expressar o resultado da união desses ângulos que, quando estudados e praticados corretamente, se traduzem em uma maneira e/ou em uma direção que impossibilita e/ou, pelo menos, dificulta uma visão e uma prática errônea da profissão. Em outras palavras, é uma articulação tanto no interior quanto fora da profissão.

Neste caso, nenhuma das vertentes se sobrepõe, muito pelo contrário, sempre se complementam em uma dialética constante, sem deixar que nenhuma dimensão seja desvinculada uma da outra, e, ainda, com o intuito de que o trabalho dialético entre as três dimensões facilite a viabilização do Projeto profissional.

Isto não significa que as variantes da prática não afetarão o processo dialético entre as três dimensões, até porque na vida cotidiana nada tem fórmula

e/ou vem com um modelo pronto; mas demonstra, isto sim, que há possibilidade de viabilizar o Projeto Ético-Político profissional por meio da junção das três dimensões, mesmo existindo atualmente um cenário sociopolítico desfavorável.

Portanto, se cada profissional, mesmo tendo suas afinidades e particularidades, buscar balancear suas ações pautadas na teoria, na ética e na técnica (sem cair no teorismo e/ou no tecnicismo), será difícil ter uma prática incoerente. Assim, ampliam-se as possibilidades de viabilizar na prática o que o Projeto Ético-Político do (a) Assistente Social se propõe.

A ideia que se trabalha é a de que a articulação entre as três dimensões pode facilitar a prática profissional e contribuir na viabilização do Projeto Ético político do Serviço Social. Tal pressuposto pôde ser constatado em alguns depoimentos com mais substância teórica, e/ou seja, quanto mais embasado teórica e eticamente, melhor se consegue explicar a prática realizada. Constatamos também, de acordo com os relatos obtidos na pesquisa, em maior e/ou menor grau, foram relacionados seu fazer profissional com o Projeto Ético-Político. Em algumas falas, foi possível identificar as três dimensões e a afirmação de que fazem uso dessas dimensões e dos princípios do projeto na prática profissional.

Nunca é demais frisar que na atualidade nenhuma teoria, individualmente, pode esgotar a visão da realidade e, por isso, faz-se necessário um aguçamento crítico constante para que os desafios sejam entendidos e superados na perspectiva de se manter os avanços obtidos, evitando que ocorram retrocessos.

Após a análise dos resultados da pesquisa, renova-se a confiança na jornada profissional de autoafirmação, pois foi possível perceber que os (as) Assistentes Sociais não estão alheios ao Projeto profissional. Mas, é preciso salientar que há que se avançar na consolidação das estratégias de defesa do projeto, seja na formação, na representação política e/ou no exercício profissional.

Na formação é preciso continuar forcejando pela defesa do ensino público de qualidade, porém, sem descuidar dos dados de realidade da formação do assistente social brasileiro, que são originários numa proporção de mais de 80% de instituições de natureza privada. Situação essa que contribui com a complexidade de esse cenário, apoiado pelo extraordinário avanço contemporâneo do Ensino a Distância.

Na representação da política da categoria, as entidades precisam buscar uma aproximação ainda maior com suas bases. Essa relação se estreita à medida em que houve e/ou que se procurar oferecer respostas às demandas imediatas e

prementes da categoria. O desafio está em ampliar essa relação sem perder o caráter político de direção hegemônica das entidades. Hegemonia, entendida aqui no sentido Gramsciano como uma relação democrática que implica unidade na diversidade. Constatou-se um reclame quase que unânime dos sujeitos da pesquisa por essa relação.

Por último, mas não menos importante, a ampliação dos espaços ocupacionais com condições de trabalho. A respeito, cite-se uma frase utilizada pelo conjunto CFESS/CRESS em campanhas anteriores de divulgação da profissão que trazia a mensagem de que “O Brasil precisa de Assistente Social”. É possível atualizar e complementar esse chamamento: o Brasil continua precisando de Assistente Social, mas com boa formação profissional, com trabalho e com as necessárias condições para seu adequado desempenho, com um compromisso profissional de transformação social como prega o Projeto ético Político Profissional. Ou seja, venceram-se algumas batalhas, mas ampliou-se o campo de luta.

Utiliza-se aqui da sutileza de Iasi (2010, p. 79-80) para situar o atual momento para Projeto Ético do Serviço Social:

[...] uma vez que não estão dadas as condições de uma ruptura revolucionária, o que deveríamos fazer? Com o risco de parecer cético, responderia se não estão dadas as condições de uma ruptura revolucionária, nem objetiva (embora acredite que cada vez mais estas se apresentem mais desenvolvidas) nem subjetivamente, cabe a nós, naquilo que nos compete, desenvolver ações que possam preparar a necessária ruptura e, enquanto isso resistir ao estranhamento e a exploração. Negar-se a encontrar formas que tornem as relações mais aceitáveis aos explorados e ao gênero humano subsumido ao estranhamento. Em poucas palavras resistir ao estranhamento enquanto preparamos a emancipação.

As palavras de Iasi (2010) apresentam um bom direcionamento para as ações em relação ao Projeto Ético Político da profissão.

Esse estudo traz como estímulo a agregação de conhecimentos mas com a necessidade de desenvolver novas pesquisas, pois afinal, nenhum estudo finda-se em si mesmo, ele é apenas uma resposta pontual que servirá de base para outros estudos, fazendo da produção de conhecimento um movimento constante. A dinamicidade da realidade, com a qual se trabalha, exige a investigação permanente e pesquisadores dispostos a entender essas modificações.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Disponível em: <http://www.cressrs.org.br/docs/Lei_de_Diretrizes_Curriculares.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2012.
- AMORIM, M. Vozes e silêncio no texto de pesquisa em ciências humanas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 7-19, jul. 2002.
- ANDRÉ, M. E. D. A.; LUDKE, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPEU, 1986.
- _____. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 113, p. 51-64, jul. 2001.
- AS 10 MAIORES cidades do Triângulo Mineiro! Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1647253>>. Acesso em: 2013.
- BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H. **Código de ética do/a assistente social: comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. ; ALLUM, N. C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento. Evitando confusões. In: MARTIN, W. ; BAUER, G. G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução de Maria João Alvarez, Sara B. Santos e Telmo Baptista. Porto: Ed. Porto, 1994.
- BONETTI, D. A. et al. (Org.) **Serviço Social e ética: um convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2006.
- BOSCHETTI, I. Seguridade social e projeto ético político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 25, v. 79 p. 108-132, set. 2004.
- CFESS. **Código de ética do/a assistente social: Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 9. ed. rev. e atual. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2011.

CFESS. **Código de ética do/a assistente social**. Brasília, DF, 1997.

CNE. CES. Resolução CNE/CES 15, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Nacionais para o curso de Serviço Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 abr. 2002. Seção 1. p. 33. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES152002.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2012.

BRITO, Â. X. ; LEONARDOS, A. C. A identidade nas pesquisas qualitativas: construção de um quadro analítico. São Paulo: Cortez. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 113, p. 65-81, jul. 2001.

CANNAC, Y. **La qualité des services publics**. Paris: La Documentation Française, 2004. (Bibliothèque des rapports publics).
CHAUI, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática 1994.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez. 1991.

CORBALÁN, M. A. **El Banco Mundial: intervención y disciplinamiento**. El caso argentino: enseñanzas para América Latina. Buenos Aires: Biblos. 2002

CORTELA, M. S. O espaço da ética na relação indivíduo e sociedade. In: BONETTI, D. A. et al. (Org.). **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2006.

COSTA, M. V. (Org.). **Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

COUTINHO, C. N. Pluralismo: dimensões teóricas e Políticas. **Caderno ABESS**, São Paulo, n. 4, p. 56-78, maio 1991.

DIAZ BORDENAVE, J. Opções pedagógicas. In: Encontro de Experiências de Educação e Saúde da Região Norte, Belém, 1982. **Anais...** Brasília, DF: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1982. p. 13 -18. [Série F: Educação e Saúde, 3].

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, p.139-154, mar. 2002.

FALEIROS, V. P. **Estratégias em Serviço Social**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FOUCAULT, M. La gubernamentalidad. In: GIORGI, G.; RODRIGUEZ, F. (Comp.). **Ensayos sobre política: excessos de vida**. Buenos Aires: Paidós. 2007.

FREITAS, M. T. A. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 21-39, jul. 2002.

FRITSCH, R. Planejamento estratégico: instrumental para a intervenção do Serviço Social? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano. 17, n. 52, p. 127-143, jul. 1996

GATTI, B. A. Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 113, p. 65-81, jul. 2001.

GENTILLI, R. **Representações e práticas: identidade e processo social no Serviço Social**. São Paulo: Veras, 1998.

GUIMARÃES, E. N. **A influência paulista na formação econômica e social do Triângulo Mineiro**. 2004. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A065.PDF>>. Acesso em: 22 jun. 2013.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **Teoria de las necesidades en Marx**. 2. ed. Provença: Península, ene. 1986. (apêndice). p. 159-182. Disponível em: <http://cddhcampinas.org/CN02/noticias/notes_07_det.asp?id=1712>. Acesso em: 22 nov. 2013.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. O debate contemporâneo do Serviço Social e a ética profissional. In: BONETTI, D. A. et al. (Org.). **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo, Cortez, 1996.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IASI, M. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

KAMEYAMA, N. Concepção de teoria e metodologia. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 8, p. 99 -116, 1995.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. São Paulo: paz e Terra, 1976.

LARA, R. **A produção de conhecimento no Serviço Social**: o mundo do trabalho em debate. São Paulo: Ed. Unesp. 2011.

LUDKE, M. Pesquisa e formatação docente. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 125, p. 11-12, maio/ago. 2005.

LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martin Fontes, 1983.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. O 18 Brumário. In: MARX, Karl. **O 18 Brumário e cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

MEC. INEP. **Censo 2003**. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2004/resumo_tecnico_050105.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2012.

_____. SESU. CONESS. Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social. **Diretrizes Curriculares**: curso: Serviço Social. Brasília, DF, 1999.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set. 1993.

_____. **O desafio do conhecimento científico**: pesquisa qualitativa em saúde. 2. ed. São Paulo: Hucitec; -Rio de Janeiro: Abrasco, 1994.

MIOTO, R. C. T.; LIMA, T. C. S. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 22-48, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/download/5673/4126>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

MONTAÑO, C. **A natureza do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007.

MPOG. IBGE. **Sinopse do censo 2010**. Brasília, DF, 2011.
<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse.pdf>>.
Acesso em: 26 out. 2012.

NERI, M. **Bolsa Família tem que ser revisto para que país acabe com miséria, defendem economistas**. 2010. Disponível em:
<<http://www.cps.fgv.br/cps/bd/clippings/nc0075.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2012

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades. **Cadernos de Pesquisa em Administração**, São Paulo, v.1, n. 3, p. 2-5, jul./dez. 1996.

OLIVERIA, C. A. H. S. O estágio supervisionado na formação profissional do Assistente Social: Desvendando significados. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 25 n. 80, p. 59-81, nov. 2005.

PAIVA, B. A; SALES, M. A. A nova ética profissional: práxis e princípios. In: BONETTI, D. A. et al. (Org.). **Serviço Social e ética**: um convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2006.

PAULO NETTO, J. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, A. E. et al. **Serviço Social e saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez: OPAS : OMS : Ministério da Saúde, 2006.

_____. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez 1991

_____.; CARVALHO, M. C. B. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução critica. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica do Serviço Social).

_____. O Serviço Social e a tradição marxista. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 10, n. 30, p. 89-102, abr. 1989.

PINTO, J. B. Ação educativa através de um método participativo no setor saúde. In: Encontro de Experiências de Educação e Saúde da Região Nordeste, Natal, 1982. **Anais...** Brasília, DF: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1987. p. 15 - 19. (Série F: Educação e Saúde, 4).

PINTO, R. M. F. **Estágio e supervisão**: um desafio teórico prático do Serviço Social. Núcleo de estudos e pesquisas sobre identidade. São Paulo, 1997. (mimeo.).

PONTES, R. N. **Mediação**: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. São Paulo: Cortez, 2000.

RIOS, T. A. **Ética e competência**. São Paulo: Cortez, 2001.

ROMANELLI, G.; BIASOLI-ALVES, Z. M. M. (Org.). **Diálogos metodológicos sobre prática de pesquisa**. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1998.

SADER, E. **O anjo torto**: esquerda e direita no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. **Filosofia da práxis**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SANTOS, A. R. **O projeto ético político e o cotidiano das práticas dos (as) assistentes sociais**: um estudo sobre as dimensões profissionais. 2012. 110 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Faculdade Católica de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

SANTOS, C. M. **Os instrumentos e técnicas**: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil. 2006. 247 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. **Trabalhando com gestantes**: manual para profissionais de saúde. São Paulo: FESIMA, 1988.

_____. Centro de Vigilância Epidemiológica. **Educação em saúde - planejando as ações educativas**: teoria e prática. São Paulo, 1997.

SARAMAGO, J. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SERAPIONI, M. Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 187-192, 2000.

SETUBAL, A. A. Hegel e Marx: duas concepções para o entendimento de práxis. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 12, n.35, p.103-133, 1991.

SILVA, J. F. S. **Serviço social**: resistência e emancipação? São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, R. C. A falsa dicotomia qualitativo-quantitativo: paradigmas que informam nossas práticas de pesquisas. In: ROMANELLI, G.; BIASOLI-ALVES, Z. M. M. (Org.). **Diálogos metodológicos sobre prática de pesquisa**; Ribeirão Preto: Legis Summa, 1998.

TRINIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1995.

TSÉ-TUNG, M. **Filosofia**. 2. ed. Belém: Boitempo, 1979.

URIBE, M. T. Las incidências del miedo en la política: una mirada desde Hobbes. In. DELUMEAN, J. et al . (Comp.) **El miedo**: reflexiones sobre su social y cultural. Medellin. Corporación Region. 2002.

VALLES MARTÍNEZ, M. S. **Técnicas cualitativas de investigacion social**: reflexion metodológica y práctica profesional. Madrid: Sintesis Sociologia, 1997.

YASBEK, M. C. Os fundamentos do serviço social na contemporaneidade. In: CAPACITAÇÃO em serviço social e política social: o trabalho do assistente social e as políticas sociais. mod. 4. Brasília, DF: Ed. UNB : CEAD, 2000.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE: _____
 DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____. IDADE: ____
 DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: _____ Nº _____ SEXO: M () F ()
 ENDEREÇO: _____
 BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____
 CEP: _____ FONE: _____

Eu, _____,
 declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **O Exercício Profissional do Assistente Social e o Projeto Ético Político do Serviço Social: Um Estudo da Profissão no Triângulo Mineiro**. O projeto de pesquisa será conduzido pelo doutorando **Pedro Alves Fernandes**, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, orientado pela Profa. Dra. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira, pertencente ao quadro *docente* da **Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho"**, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de Tese de Doutorado, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição.

O presente projeto de pesquisa traz como objeto de estudo a prática profissional do assistente social e sua relação com os princípios fundamentais do projeto Ético Político do Serviço Social, tendo como objetivo: Conhecer a dimensão dessa relação na região do Triângulo Mineiro. O sujeito terá livre arbítrio em participar e/ou abandonar a pesquisa quando desejar. Será resguardado sua integridade social, moral e profissional, respaldado pela Resolução 196/1996 (CNS). A entrevista, do tipo semi-estruturada, tendo como técnica o uso de gravador, será realizada com o sujeito em recinto fechado e adequado, possibilitando o sigilo e garantindo-lhe o seu anonimato. Sigilo e anonimato acontecerão desde a entrevista, permeando a construção da tese, até a publicação dos dados.

Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, _____ de _____ de _____.

 Assinatura do participante

 Pesquisador Responsável
 Nome: Pedro Alves Fernandes
 Endereço: Rua Do Falcão, nº 69,
 B. jardim das Palmeiras, Uberlândia, MG.
 Tel: (34) 32386919 – (34) 91026930
 E-mail: pfernandes@ufu.br

 Orientadora
 Profa. Dra. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira
 Endereço: Rua João Uirias Pimenta, 4390
 Parque Franville - Franca/SP
 Tel: (16) 3702-3280 / 9965-1170
 E-mail: cirleneoliveira@terra.com.br

ANEXOS

ANEXO A – Parecer Consubstanciado do CEP

FACULDADE DE CIÊNCIAS CAMPUS DE
BAURU/ UNESP - "JÚLIO DE MESQUITA"



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL E O PROJETO ETICO POLITICO DO SERVIÇO SOCIAL: Um Estudo da Profissão no Triângulo Mineiro

Pesquisador: Pedro Alves Fernandes

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 17602513.4.0000.5398

Instituição Proponente: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- Unesp - Campus de Franca

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 393.853

Data da Relatoria: 12/09/2013

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto da área de Ciências Humanas, mais especificamente da área de Serviço Social, que busca ampliar o conhecimento sobre a dimensão ético-política da atuação profissional.

Objetivo da Pesquisa:

a pesquisa visa a explicitar e compreender o projeto político e ético dos profissionais de Serviço Social na região do triângulo Mineiro, articulando essa dimensão nas Diretrizes Curriculares para a formação em Serviço Social e a prática dos profissionais da área.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

não há riscos imediatos detectáveis; os formadores da área do serviço Social podem se beneficiar pela melhor compreensão dos problemas e possibilidades relacionados ao projeto político e pedagógico do Serviço Social.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

trata-se de uma pesquisa que privilegia a dimensão ético-política da formação e prática do Serviço Social, permitindo uma maior compreensão das possibilidades e limites da atuação profissional.

Endereço: Av. Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 14-01

Bairro: CEP: 17.033-360

UF: SP **Município:** BAURU

Telefone: (143)103—6087

Fax: (143)103—6087

E-mail: arimaia@fc.unesp.br

FACULDADE DE CIÊNCIAS CAMPUS DE BAURU/ UNESP -"JÚLIO DE MESQUITA"



Continuação do Parecer: 393.853

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

o TCLE encontra-se corretamente redigido em acordo com os parâmetros estabelecidos pela resolução 466/12.

Recomendações:

nada a declarar

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

nada a declarar

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Projeto considerado aprovado por estar em conformidade com os parâmetros legais, metodológicos e éticos analisados pelo colegiado.

BAURU, 13 de Setembro de 2013.

Assinado por:

Ari Fernando Maia
(Coordenador)

Endereço: Av. Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 14-01

Bairro: **CEP:** 17.033-360

UF: SP **Município:** BAURU

Telefone: (143)103—6087

Fax: (143)103—6087

E-mail: arimaia@fc.unesp.br

ANEXO B - DIRETRIZES CURRICULARES PARA OS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 15, DE 13 DE MARÇO DE 2002

Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social

O Presidente da Câmara de Educação Superior, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e ainda o Parecer CNE/CES 492/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 9 de julho de 2001, e o Parecer CNE/CES 1.363/2001, homologado em 25 de janeiro de 2002, resolve:

Art. 1º As Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, integrantes dos Pareceres CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001, deverão orientar a formulação do projeto pedagógico do referido curso.

Art. 2º O projeto pedagógico de formação profissional a ser oferecida pelo curso de Serviço Social deverá explicitar:

- a) o perfil dos formandos;
- b) as competências e habilidades gerais e específicas a serem desenvolvidas;
- c) a organização do curso;
- d) os conteúdos curriculares;
- e) o formato do estágio supervisionado e do Trabalho de Conclusão do Curso;
- f) as atividades complementares previstas.

Art. 3º A carga horária do curso de Serviço Social deverá obedecer ao disposto em Resolução própria que normatiza a oferta de curso de bacharelado.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ARTHUR ROQUETE DE MACEDO

1 Perfil dos Formandos

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho.

2 Competências e Habilidades

A) GERAIS

A formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à

- compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social;
- utilização dos recursos da informática.

B) ESPECÍFICAS

A formação profissional deverá desenvolver a capacidade de

- elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social;
- contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais;
- planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- realizar pesquisas que subsidiem formulação de políticas e ações profissionais;
- prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos;

- realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social.

3 Organização do Curso

- Flexibilidade dos currículos plenos, integrando o ensino das disciplinas com outros componentes curriculares, tais como: oficinas, seminários temáticos, estágio, atividades complementares;
- rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta;
- estabelecimento das dimensões investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
- presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional;
- exercício do pluralismo teórico-metodológico como elemento próprio da vida acadêmica e profissional;
- respeito à ética profissional;
- indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio.

4 Conteúdos Curriculares

A organização curricular deve superar as fragmentações do processo de ensino e aprendizagem, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos como experiência concreta no decorrer da formação profissional. Sustenta-se no tripé dos conhecimentos constituídos pelos núcleos de fundamentação da formação profissional, quais sejam:

- núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, que compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético políticos para conhecer o ser social;
- núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, que remete à compreensão das características históricas particulares que presidem a

sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais;

- núcleo de fundamentos do trabalho profissional, que compreende os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado.

Os núcleos englobam um conjunto de conhecimentos e habilidades que se especifica em atividades acadêmicas, enquanto conhecimentos necessários à formação profissional.

Essas atividades, a serem definidas pelos colegiados, se desdobram em disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares.

5 Estágio Supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso (Tcc)

O Estágio Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso devem ser desenvolvidos durante o processo de formação a partir do desdobramento dos componentes curriculares, concomitante ao período letivo escolar.

O Estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita conjuntamente por professor supervisor e por profissional do campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio.

6 Atividades Complementares

As atividades complementares, dentre as quais podem ser destacadas a monitoria, visitas monitoradas, iniciação científica, projeto de extensão, participação em seminários, publicação de produção científica e outras atividades definidas no plano acadêmico do curso.

ANEXO C

Lei n º 8.662, de 7 de Junho de 1993

Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É livre o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional, observadas as condições estabelecidas nesta lei.

Art. 2º Somente poderão exercer a profissão de Assistente Social:

I - Os possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País, devidamente registrado no órgão competente;

II - os possuidores de diploma de curso superior em Serviço Social, em nível de graduação ou equivalente, expedido por estabelecimento de ensino sediado em países estrangeiros, conveniado ou não com o governo brasileiro, desde que devidamente revalidado e registrado em órgão competente no Brasil;

III - os agentes sociais, qualquer que seja sua denominação com funções nos vários órgãos públicos, segundo o disposto no art. 14 e seu parágrafo único da Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953.

Parágrafo único. O exercício da profissão de Assistente Social requer prévio registro nos Conselhos Regionais que tenham jurisdição sobre a área de atuação do interessado nos termos desta lei.

Art. 3º A designação profissional de Assistente Social é privativa dos habilitados na forma da legislação vigente.

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;

III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;

IV - (Vetado);

V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;

VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;

VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;

IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;

XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;

II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;

III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;

IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;

V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;

VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;

VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e

Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;

VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;

IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;

X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;

XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;

XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;

XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

Art. 5º-A. A duração do trabalho do Assistente Social é de 30 (trinta) horas semanais. (Incluído pela Lei nº 12.317, de 2010).

Art. 6º São alteradas as denominações do atual Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e dos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS), para, respectivamente, Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS).

Art. 7º O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) constituem, em seu conjunto, uma entidade com personalidade jurídica e forma federativa, com o objetivo básico de disciplinar e defender o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional.

1º Os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) são dotados de autonomia administrativa e financeira, sem prejuízo de sua vinculação ao Conselho Federal, nos termos da legislação em vigor.

2º Cabe ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e aos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), representar, em juízo e fora dele, os interesses gerais e individuais dos Assistentes Sociais, no cumprimento desta lei.

Art. 8º Compete ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), na qualidade de órgão normativo de grau superior, o exercício das seguintes atribuições:

I - orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Assistente Social, em conjunto com o CRESS;

II - assessorar os CRESS sempre que se fizer necessário;

III - aprovar os Regimentos Internos dos CRESS no fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS;

IV - aprovar o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais juntamente com os CRESS, no fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS;

V - funcionar como Tribunal Superior de Ética Profissional;

VI - julgar, em última instância, os recursos contra as sanções impostas pelos CRESS;

VII - estabelecer os sistemas de registro dos profissionais habilitados;

VIII - prestar assessoria técnico-consultiva aos organismos públicos ou privados, em matéria de Serviço Social;

IX - (Vetado).

Art. 9º O fórum máximo de deliberação da profissão para os fins desta lei dar-se-á nas reuniões conjuntas dos Conselhos Federal e Regionais, que inclusive fixarão os limites de sua competência e sua forma de convocação.

Art. 10. Compete aos CRESS, em suas respectivas áreas de jurisdição, na qualidade de órgão executivo e de primeira instância, o exercício das seguintes atribuições:

I - organizar e manter o registro profissional dos Assistentes Sociais e o cadastro das instituições e obras sociais públicas e privadas, ou de fins filantrópicos;

II - fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão de Assistente Social na respectiva região;

III - expedir carteiras profissionais de Assistentes Sociais, fixando a respectiva taxa;

IV - zelar pela observância do Código de Ética Profissional, funcionando como Tribunais Regionais de Ética Profissional;

V - aplicar as sanções previstas no Código de Ética Profissional;

VI - fixar, em assembleia da categoria, as anuidades que devem ser pagas pelos Assistentes Sociais;

VII - elaborar o respectivo Regimento Interno e submetê-lo a exame e aprovação do fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS.

Art. 11. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) terá sede e foro no Distrito Federal.

Art. 12. Em cada capital de Estado, de Território e no Distrito Federal, haverá um Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) denominado segundo a sua jurisdição, a qual alcançará, respectivamente, a do Estado, a do Território e a do Distrito Federal.

1º Nos Estados ou Territórios em que os profissionais que neles atuam não tenham possibilidade de instalar um Conselho Regional, deverá ser constituída uma delegacia subordinada ao Conselho Regional que oferecer melhores condições de comunicação, fiscalização e orientação, ouvido o órgão regional e com homologação do Conselho Federal.

2º Os Conselhos Regionais poderão constituir, dentro de sua própria área de jurisdição, delegacias seccionais para desempenho de suas atribuições executivas e de primeira instância nas regiões em que forem instalados, desde que a arrecadação proveniente dos profissionais nelas atuantes seja suficiente para sua própria manutenção.

Art. 13. A inscrição nos Conselhos Regionais sujeita os Assistentes Sociais ao pagamento das contribuições compulsórias (anuidades), taxas e demais emolumentos que forem estabelecidos em regulamentação baixada pelo Conselho Federal, em deliberação conjunta com os Conselhos Regionais.

Art. 14. Cabe às Unidades de Ensino credenciar e comunicar aos Conselhos Regionais de sua jurisdição os campos de estágio de seus alunos e designar os Assistentes Sociais responsáveis por sua supervisão.

Parágrafo único. Somente os estudantes de Serviço Social, sob supervisão direta de Assistente Social em pleno gozo de seus direitos profissionais, poderão realizar estágio de Serviço Social.

Art. 15. É vedado o uso da expressão Serviço Social por quaisquer pessoas de direito público ou privado que não desenvolvam atividades previstas nos arts. 4º e 5º desta lei.

Parágrafo único. As pessoas de direito público ou privado que se encontrem na situação mencionada neste artigo terão o prazo de noventa dias, a contar da data da vigência desta lei, para processarem as modificações que se fizerem necessárias a seu integral cumprimento, sob pena das medidas judiciais cabíveis.

Art. 16. Os CRESS aplicarão as seguintes penalidades aos infratores dos dispositivos desta Lei:

I - multa no valor de uma a cinco vezes a anuidade vigente;

II - suspensão de um a dois anos de exercício da profissão ao Assistente Social que, no âmbito de sua atuação, deixar de cumprir disposições do Código de Ética, tendo em vista a gravidade da falta;

III - cancelamento definitivo do registro, nos casos de extrema gravidade ou de reincidência contumaz.

1º Provada a participação ativa ou convivência de empresas, entidades, instituições ou firmas individuais nas infrações a dispositivos desta lei pelos profissionais delas dependentes, serão estas também passíveis das multas aqui estabelecidas, na proporção de sua responsabilidade, sob pena das medidas judiciais cabíveis.

2º No caso de reincidência na mesma infração no prazo de dois anos, a multa cabível será elevada ao dobro.

Art. 17. A Carteira de Identificação Profissional expedida pelos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), servirá de prova para fins de exercício profissional e de Carteira de Identidade Pessoal, e terá fé pública em todo o território nacional.

Art. 18. As organizações que se registrarem nos CRESS receberão um certificado que as habilitará a atuar na área de Serviço Social.

Art. 19. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) será mantido:

I - por contribuições, taxas e emolumentos arrecadados pelos CRESS, em percentual a ser definido pelo fórum máximo instituído pelo art. 9º desta lei;

II - por doações e legados;

III - por outras rendas.

Art. 20. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) contarão cada um com nove membros efetivos: Presidente, Vice-Presidente, dois Secretários, dois Tesoureiros e três membros do Conselho Fiscal, e nove suplentes, eleitos dentre os Assistentes Sociais, por via direta, para um mandato de três anos, de acordo com as normas estabelecidas em Código Eleitoral aprovado pelo fórum instituído pelo art. 9º desta lei.

Parágrafo único. As delegacias seccionais contarão com três membros efetivos: um Delegado, um Secretário e um Tesoureiro, e três suplentes, eleitos dentre os Assistentes Sociais da área de sua jurisdição, nas condições previstas neste artigo.

Art. 21. (Vetado).

Art. 22. O Conselho Federal e os Conselhos Regionais terão legitimidade para agir contra qualquer pessoa que infringir as disposições que digam respeito às prerrogativas, à dignidade e ao prestígio da profissão de Assistente Social.

Art. 23. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 24. Revogam-se as disposições em contrário e, em especial, a Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957.

Brasília, 7 de junho de 1993; 172º da Independência e 105º da República.

ITAMAR FRANCO

Walter Barelli

Acrescenta dispositivo à Lei no 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei no 8.662, de 7 de junho de 1993, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 5º-A:

“Art. 5º-A. A duração do trabalho do Assistente Social é de 30 (trinta) horas semanais.”

Art. 2º Aos profissionais com contrato de trabalho em vigor na data de publicação desta Lei é garantida a adequação da jornada de trabalho, vedada a redução do salário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de agosto de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Carlos Lupi

José Gomes Temporão

Márcia Helena Carvalho Lopes

Lei nº 12.317, de 26 de Agosto de 2010